

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Percepções, saberes e práticas sobre o meio ambiente
na favela: o caso de uma intervenção ambiental na
Grota do Surucucu - Niterói, RJ**

Jay Marinus Nalini van Amstel

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PERCEPÇÕES, SABERES E PRÁTICAS SOBRE O MEIO AMBIENTE
NA FAVELA: O CASO DE UMA INTERVENÇÃO AMBIENTAL NA
GROTA DO SURUCUCU, NITERÓI, RJ.**

JAY MARINUS NALINI VAN AMSTEL

Sob a Orientação da Professora
Maria José Teixeira Carneiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Fevereiro de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

JAY MARINUS NALINI VAN AMSTEL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

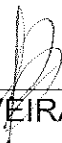
Dissertação aprovada em 21/03/2018.



Prof.^a Dr.^a MARIA JOSE TEIXEIRA CARNEIRO (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.^a Dr.^a CLAUDIA JOB SCHMITT (CPDA/UFRRJ)



Prof.^a Dr.^a GLÁUCIA OLIVEIRA DA SILVA (UFF)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A528p Amstel, Jay Marinus Nalini van, 1986-
Percepções, saberes e práticas sobre o meio
ambiente na favela: o caso de uma intervenção
ambiental na Grota do Surucucu - Niterói, RJ / Jay
Marinus Nalini van Amstel. - 2018.
160 f.: il.

Orientadora: Maria José Teixeira Carneiro.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2018.

1. Favelas e comunidades. 2. Intervenção ambiental.
3. Produção intercognitiva. 4. Educação ambiental. 5.
Percepção ambiental. I. Carneiro, Maria José Teixeira
, 1950-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
III. Título.

RESUMO

AMSTEL, Jay Marinus Nalini van. **Percepções, saberes e práticas sobre o meio ambiente na favela: o caso de uma intervenção ambiental na Grotta do Surucucu, Niterói, RJ.** 2018. 153p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A presente pesquisa se volta para a compreensão das questões ambientais vivenciadas pelos moradores da comunidade da Grotta do Surucucu, Niterói-RJ, a partir das interações promovidas pela ação de uma ONG (Projeto Ecomagente). Busca-se elencar um repertório de relações entre moradores e interventores o que envolve fricções entre ideias, valores e interesses, recorrendo para isso às noções de “interface” e de “comunidades epistêmicas” de Long (2001). Com o foco voltado para os atores sociais, a pesquisa revela os diferentes significados e práticas sobre o meio ambiente que implicam em relações de sociabilidade próprias de um modo de vida. O foco desta análise está orientado para o conteúdo cognitivo que envolve os cultivos de plantas e criações animais, considerando como essas práticas se inserem no cotidiano e se justapõem no tempo/espaço com pequenos lixões, com a falta de esgotamento sanitário, entre outras questões. Com isso a pesquisa pretende discorrer sobre como a questão ambiental é (res)significada frente às especificidades da favela, tanto por processo interacionais quanto pela relação dos moradores com seu ambiente.

Palavras chave: Favelas e comunidades; Intervenção ambiental; Produção intercognitiva; Educação ambiental; Percepção ambiental.

ABSTRACT

AMSTEL, Jay Marinus Nalini van. **Perceptions, knowledge and practices about the environment in the slum: the case of an environmental intervention in Grotta do Surucucu, Niterói, RJ.** 2018. 153p. Dissertation (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society), Institute of Human and Social Sciences, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The present research seeks to understand the environmental issues experienced by the residents of the community of Grotta do Surucucu, Niterói-RJ, based on interactions promoted by the action of an NGO (Ecomagente Project). It seeks to list a repertoire of relationships between residents and interveners, which involves frictions between ideas, values and interests, using the notions of “interface” and “epistemic communities” of Long (2001). With a focus on social actors, the research reveals the different meanings and practices about the environment that imply relationships of sociability specific to a livelihood. The focus of this analysis is oriented to the cognitive content that involves the cultivation of plants and animal creations, considering how these practices are inserted in the daily life and juxtaposed in time/space with small dumps, lack of sanitary sewage, among other issues. With this, the research intends to discuss how the environmental issue is (res)signified in relation to the specificities of the slum, both by interactional processes and by the relationship of the residents with their environment.

Keywords: Slums; Environmental intervention; Intercognitive production; Environmental education; Environmental perception.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente minha família, e em especial minha companheira Bruna Medeiros e meu filho Hari, por tolerarem minhas ausências durante os períodos de campo. A todos que me acolheram na Grota do Surucucu presto minha homenagem e admiração pela força de vontade em lidar com as dificuldades cotidianas. Sou inteiramente grato à família de Dona Eliane que abriu sua casa e me confiou suas histórias de vida, assim como Gerson e Luiz que me apresentaram novos caminhos pela comunidade.

Sem que houvesse um norte bem marcado, um leigo demoraria muito tempo para encontrar um caminho minimamente coerente em meio à selva tão diversa das Ciências Sociais. Neste sentido meus agradecimentos são direcionados à minha orientadora Maria José T. Carneiro e a todos os professores do CPDA, em especial a professora Claudia Job Schmidt e Andrey Cordeiro. O convívio em sala de aula e as conversas diárias com estas pessoas sempre me ajudaram a reforçar minhas origens e refinar minhas reflexões.

Não posso esquecer-me de dois amigos, Lucas Sielski e Vinicius Palermo, que tanto me deram forças para concretizar este trabalho. Sem eles, provavelmente não conheceria a Grota, tão pouco tido a oportunidade de participar do Projeto Ecomagente, meu ponto de partida. Esta pesquisa também é filha destes dois colegas.

Devo muito aos ensinamentos de Srila B. S. Govinda Maharaj que me acompanharam nos momentos mais críticos deste trabalho que exigiam um esforço mental e vitalidade. De fato a fórmula por ele tão enfocada, “tolerância, humildade e respeito a todos” é uma grande chave que abre a possibilidade de relacionamentos profundos com os outros e consigo mesmo.

Por fim, agradeço minhas duas mães, Erica e Anilda, e ao meu pai, José, por terem me estimulado a curiosidade em relação à natureza e às favelas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CE	Comunidades Epistêmicas
CLIN	Companhia de Limpeza de Niterói
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CSF	Canal de São Francisco
FAFERJ	Federação de Associações de Favela do Rio de Janeiro
IAM	Instituto Ambiente em Movimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRN	Instituto Rumo Náutico (Projeto Grael)
NDVI	Índice de Vegetação da Diferença Normalizada
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAL	Projeto Águas Limpas
PE	Projeto Ecomagente
PMF	Programa Médico de Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 Mapa dos moradores que foram entrevistados.....	20
Figura 1.2. Bairros que compreendem a área de estudo: Cachoeira, São Francisco e Largo da Batalha	21
Figura 1.3 Uma moradia embaixo da Ponte Velha.....	22
Figura 1.4 Mapa da Microbacia Hidrográfica da Grotta do Surucucu	23
Figura 1.5 Uma das cachoeiras na comunidade na qual houve uma tentativa de implementar a rede coletora de esgoto	26
Figura 1.6 Vista da parte alta da comunidade da Grotta.....	30
Figura 3.1Capa de gaiola dos criadores de Tiziu, "criar é preservar".	57
Figura 3.2Fossa bananeira no quintal de Jussara.....	76
Figura 4.1 Mapa sobre os Conflitos de Uso do Ambiente.....	94
Figura 4.2 Exemplo de uma “roça” feita no alto do morro onde há mais espaço	98
Figura 4.3 "Buda do meio ambiente", trabalho de jardinagem feito por um morador	100
Figura 4.4Cavalos pastando ao lado da nascente do "Cantão" onde bebem água.....	108
Figura 4.5 A Baía que Mariana construiu para sua égua.....	109
Figura 4.6 Juca cuidando dos morangos plantados numa calha de amianto	113
Figura 4.7 Dona Adelina e sua coleção de plantas medicinais, ornamentais e frutíferas.....	121
Figura 4.8 Marlete preparando as plantas para a mudança.....	126
Figura 4.9Bombona de 200l. acoplada a calha por uma conexão e filtro de garrafa pet.....	128
Figura 4.10Composteira de baldes que Ferdinando conheceu pela internet	131
Figura 4.11 Dona Marlete adaptando um balde para recolher o chorume (fertilizante líquido).	132
Figura 4.12 Mapa da composição de vegetação da microbacia da Grotta do Surucucu (NDVI)	134
Figura 4.13 "Roça misturada" de dona Shirley em um lote que mageia a mancha vegetada.	135
Figura 4.14 Os canos soltos da rede coletora implementada pela prefeitura no 318	137
Figura 4.15Locais com despejo irregular de lixo. Fonte: Palermo (2014, p.102).....	138
Figura 4.16 Pedra da Lagoa antigamente um local de lazer, hoje está aterrada e com lixo...	138

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO.....	1
1.1	Apresentação do Pesquisador: Motivações e Implicações.....	2
1.2	Questão de Pesquisa.....	3
1.3	Quadro Teórico	7
1.4	Plano Geral da Dissertação	12
1.5	Metodologia	14
1.6	Histórico de Ocupação da Área de Estudo	21
2.0	A “QUESTÃO AMBIENTAL” NAS FAVELAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	31
2.1	A favela como um problema ou solução?.....	32
2.2	Remoções de favelas.....	37
2.3	Agenda Habitacional vs. Agenda Ambiental	39
2.4	A crítica à favela como uma ameaça ao meio ambiente.....	41
2.5	Síntese: uma “questão ambiental” mais sensível às diferentes formas de uso do ambiente	44
3.0	A PRODUÇÃO INTERCOGNITIVA NA INTERVENÇÃO AMBIENTAL	46
3.1	Pressupostos que embasavam o Projeto Ecomagente.....	51
3.2	A percepção dos técnicos sobre os problemas locais.....	54
3.3	Como os moradores enxergam o local onde vivem.....	60
3.4	Histórico de Atuação do Projeto Ecomagente	64
3.5	Reorientando a atuação do projeto.....	65
3.6	Distâncias e proximidades entre percepções, conhecimentos e práticas	68
3.7	Remodelando os conhecimentos e suas finalidades nas “multiplicações”	70
3.7.1	Compostagem	72
3.7.2	Hortas Urbanas	73
3.7.3	Saneamento ecológico	75

3.8	A incorporação e complementaridade entre práticas, conhecimentos e tecnologias .	78
3.9	Quando a comunidade é convidada mas não aparece: oscilações na participação	81
3.10	Disputas e conflitos internos à estrutura do projeto	84
3.11	Mudanças nas percepções de técnicos e moradores.....	86
3.12	Síntese: a produção intercognitiva entre técnicos e moradores.....	89
4.0	RELAÇÕES NATUREZA E SOCIEDADE NA GROTA DO SURUCUCU.....	92
4.1	Uma visão geral sobre os plantios	97
4.2	Percepções sobre o “homem” e a “natureza”.....	100
4.3	Galinhas, cavalos, bois e cabras na favela	105
4.4	Reciprocidades entre vizinhos	111
4.5	Relações de espaço e tempo: as conformações peculiares dos plantios e criações animais.....	117
4.6	Diversidade das espécies	120
4.7	Mobilidade rural-urbana	123
4.8	A complementaridade das fontes de água.....	126
4.9	Manejo e renovação da fertilidade do solo	129
4.10	Relações entre o manejo da vegetação e o saneamento básico	132
4.11	Questão dos resíduos	137
4.12	Síntese: as relações natureza e sociedade na Grota do Surucucu.....	142
5.0	CONCLUSÕES FINAIS	144
5.1	Conclusões de âmbito teórico	146
5.2	Proposições para intervenção.....	148
5.3	Proposta de uma agenda de pesquisa futura	149
5.4	Considerações pessoais de teor político.....	151
6.0	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

1.0 INTRODUÇÃO

O processo abrupto de urbanização da sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século passado, traz consigo uma série de particularidades históricas, econômicas e culturais. Mais recentemente a questão da sustentabilidade nas cidades tem sido amplamente discutida frente aos impactos ambientais crescentes e as previsões de mudança climática. A favela é também produto deste processo de urbanização acelerada caracterizando-se como uma área ambientalmente delicada e socialmente complexa que frequentemente é tratada superficialmente como a origem dos diversos problemas, tais como a ameaça às áreas verdes remanescentes, poluição visual e dos corpos hídricos, além de todo o tratamento que esta recebe como o *locus* da violência e criminalidade da cidade.

Em contraste a determinado padrão urbanístico, a favela é fruto da desigualdade social estrutural, da especulação imobiliária e da falta de políticas de habitação para as camadas populares. A favela assume assim formas espontâneas e imprevisíveis, tendo sua lógica própria de ocupação, expansão e crescimento. Esta outra cidade pode ser também rural e floresta, local das nascentes, cachoeiras e rios, que também assumem a forma de valões com esgoto a céu aberto. Mas é também o lugar onde, pela ausência da administração pública, muitos moradores são levados a buscar, por seus próprios meios, a criar alternativas às questões mais cotidianas que envolvem a qualidade de vida. Isto implica numa complexa gama de conhecimentos e adaptações ao ambiente, mas também numa série de sociabilidades e relações de interdependência com o seu redor, inclusive com a cidade formal, não sendo, portanto, isolada em si.

Em determinados discursos do poder público e do senso comum, a favela é considerada uma ameaça à preservação do meio ambiente e seus moradores como responsáveis pela degradação ambiental. A partir desta imagem construída legitimam-se intervenções do poder público e da sociedade civil, que muitas vezes desconsideram as relações locais com o ambiente e seus processos constitutivos atrelados à sociedade capitalista periférica. Para entender estas peculiaridades em sua complexidade inerente, é preciso ir além de estereótipos que colocam o morador da favela como alguém “que precisa ser conscientizado” ou como moradores de “área de risco”.

Neste contexto é importante o estudo detalhado, que traga luz à pluralidade de situações, levando em conta a diversidade de condições dentro da localidade e que atente para os modos de vida, as relações com o ambiente, os fluxos de pessoas e conhecimentos, ou seja, considerar uma ampla gama de fatores que permitem a formação deste ambiente complexo, muitas vezes tratado com generalizações nas formulações de intervenções, políticas públicas, serviços básicos e nos escopos de projetos socioambientais.

1.1 Apresentação do Pesquisador: Motivações e Implicações

As origens desta pesquisa estão na minha atuação profissional em projetos socioambientais com populações categorizadas como “vulneráveis”, mais especificamente no envolvimento como técnico do Projeto Ecomagente na comunidade da Grota do Surucucu (Niterói, RJ), participando desde 2013 de sua construção e de uma série de trocas, intercâmbios e negociações que se seguiram.

Durante minha graduação em Engenharia Agrônoma realizei uma formação à parte buscando vivências práticas e teóricas em agriculturas alternativas de base ecológica, em contraponto à grade curricular que preconizava majoritariamente disciplinas voltadas à agricultura convencional. Este contato com os movimentos de Agroecologia e Permacultura marca minha atuação profissional como um todo, o que posteriormente levou-me a trabalhar no terceiro setor coordenando projetos de educação ambiental em comunidades de baixa renda, conjuntos habitacionais, projetos itinerantes de arte-educação, em favelas no Brasil, África e Ásia. Entretanto algumas inquietações e incertezas sempre pairaram sobre tais intervenções e, em certo sentido, a própria estrutura destas intervenções limitava a possibilidade de aprofundamento em algumas questões. Um dos principais desafios em tais projetos era sua sustentabilidade após seu término, por mais que todo tipo de conhecimentos, práticas, insumos ou subsídios fossem parte do escopo, a população local era quem de fato permaneceria e escolheria dar ou não continuidade. Orçamentos e cronogramas de projetos nunca permitiram deter-se de forma delongada em tais questões, principalmente em termos de um acompanhamento que fosse realizado de maneira independente, sem uma reflexão inicialmente comprometida com demandas de reprodução e legitimação institucional, o que muitas vezes é inibidor de processos críticos e investigativos.

Algumas questões de fundo teórico ficavam restritas pelo ferramental da Educação Ambiental, mesmo recorrendo à sua vertente crítica, justamente pelo caráter intervencionista

desta com seus pressupostos políticos que buscam reorganizar as relações do homem com o ambiente. A abordagem destas intervenções e das relações entre os atores envolvidos, através das Ciências Sociais, permite trazer outra perspectiva que coloca a Educação Ambiental não como um ponto de partida, mas como uma das imagens da realidade que disputam significações, ações, posicionamentos e mobilizações políticas. A própria prática da educação ambiental pode ser alterada pela interação com outras visões de mundo e formas da relação ambiente-sociedade presentes na localidade. Desta forma busco direcionar a pesquisa considerando as complexas interações entre estes mundos tão diferentes dos atores envolvidos, em processos de interação que interferem um no outro, que estão na origem das hibridações inéditas, coexistências e conflitos.

Esta minha opção implica em trabalhar com autores que de alguma forma contribuíram para reabilitar os conhecimentos locais frente à hegemonia tecnicista e cientificista da sociedade moderna. Existe uma grande mobilização em torno do reconhecimento das populações tradicionais e grupos étnicos, principalmente exaltando a relação destas sociedades com a natureza, como é o caso de seu papel na preservação da biodiversidade indicado pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000). Estas formulações assentam-se no pressuposto que tais populações estão inseridas num ambiente a que lhe é atribuído certo grau de preservação. Entretanto existem poucas referências, debates ou pesquisas que buscam compreender as relações sociedade-natureza no contexto de pobreza urbana. Este tema é de extrema valia para o contexto da região Metropolitana do Rio de Janeiro, no qual muitas favelas estão dentro de áreas de preservação ou se expandem sobre as áreas vegetadas da cidade.

Talvez uma das principais contribuições desta pesquisa seja visibilizar que na favela, mesmo com todas suas contradições, existe um rico repertório de formas de uso do ambiente e de sua significação. Isto pode contribuir efetivamente para os debates sobre sustentabilidade dos grandes aglomerados urbanos, relativizando certos determinismos e dicotomias tais como a cidade/favela, preservação/degradação e natureza/cultura.

1.2 Questão de Pesquisa

As comunidades da Grota do Surucucu e Igrejinha, alvos desta pesquisa, caracterizam-se por ocupações informais em torno do Canal de São Francisco que se estendem pelas encostas de morros ao longo de um pequeno vale, fazendo fronteira com uma Unidade de

Conservação Municipal, o Parque da Cidade (Niterói-RJ). Os riscos que implicam a ocupação destas áreas de fragilidade ambiental, acrescido à falta de infraestrutura e de serviços públicos marcam o cotidiano dos moradores. Em abril de 2010, severos deslizamentos provocaram mortes, desalojamentos e uma posterior atuação do poder público na remoção de famílias das áreas de risco junto às obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Estas intervenções restringiram-se a apenas uma parcela da população, deixando de fora muitas famílias que continuam a viver em condições precárias, o que faz com que constantemente o poder público e a sociedade civil organizada promovam novas intervenções de caráter socioambiental. Soma-se a este cenário os constantes incidentes relacionados à violência que, juntamente com as questões já citadas, desafiam o padrão de desenvolvimento urbanístico e a atuação de agentes externos.

a) Questão central de pesquisa

Como a “questão ambiental” é traduzida e significada no processo de interação entre técnicos-interventores e moradores no contexto de vulnerabilidade socioambiental da comunidade da Grota do Surucucu?

b) Questões específicas

Qual é o repertório de conhecimentos de uso e ocupação do ambiente desses dois universos?

Quais as implicações e desafios de se falar em “meio ambiente” na favela?

Como a “questão ambiental” como problemática política atinge os moradores da favela? Como os moradores entendem essa “questão” e a traduzem em suas práticas cotidianas?

c) Eixo central de análise

O ponto de partida desta investigação são as percepções, conhecimentos e práticas que conformam este ambiente específico, obviamente isto envolve uma série de repertórios e um universo por si extenso, o que me leva a ter que fazer escolhas. Elenco como fio condutor da pesquisa as práticas relacionadas ao cultivo de plantas e criações animais, considerando como elas se relacionam com outros conjuntos de práticas como o despejo do lixo, o abastecimento de água, o saneamento dos efluentes domésticos e a relação com as manchas de vegetação.

O plantio e a criação animal são práticas relevantes pois envolvem uma série de leituras do ambiente, assim como promovem a circulação de saberes, bens e pessoas e, numa escala mais ampla, criam redes de sociabilidades e reciprocidades (positivas e negativas) dentro e fora da comunidade. Para além desses apontamentos, esta opção está diretamente ligada a meu envolvimento com a comunidade nas atividades do Projeto Ecomagente, muito por conta da tentativa de promoção de temas como a agricultura urbana agroecológica e o “resgate” dos conhecimentos locais através de ações na localidade (realização de oficinas e outras atividades de agricultura urbana, tais como mutirões de plantio, troca de mudas e sementes, rodas de conversas e vídeo-debates).

Buscar entender como as práticas de cultivo e criações animais se inserem no cotidiano e como elas se espacializam pode contribuir para o entendimento de certos padrões de relações com o ambiente, assim como, suas justaposições no tempo/espço com outras práticas, que ocasionalmente proporcionam conflitos decorrentes da heterogeneidade de percepções de moradores ou de agentes externos. Esta escolha leva-me então a indagar: como os conhecimentos e práticas sobre cultivo de plantas e criação animal em favelas pode contribuir para a construção de uma “questão ambiental” mais sensível à multiplicidade de interações com o ambiente?

Como ponto de entrada para esta questão direciono a análise para as interações entre técnicos¹ e moradores ao longo da duração do projeto. Entretanto extrapolo a investigação para uma parcela mais ampla de moradores, buscando registrar a heterogeneidade de formas de relação com o ambiente². Fica claro assim que a “questão ambiental”, entendida como tal, pode não ser uma preocupação comum a toda comunidade, sendo percebida nas relações de alteridade e na interface entre técnicos e moradores. Um exemplo ilustrativo é a questão dos resíduos. Da perspectiva de alguns moradores a disposição do lixo ou o esgotamento não são, necessariamente, uma preocupação ou prioridade, mas é, necessariamente, um objeto de interesse dos técnicos (e pesquisadores) motivando a busca de soluções (ou análises).

¹ Quando refiro-me aos técnicos do Projeto Ecomagente também caberia outras designações tais como educadores ambientais, “facilitadores” ou mobilizadores comunitários. Esta escolha tem por base que tais profissionais tem como referência principal o conhecimento tecnocientífico compondo uma comunidade epistêmica (*vide* Item 3.2).

² Faço a opção de utilizar prioritariamente o termo “ambiente” ao invés de “meio ambiente”, justamente por este último carregar um conceito mais ou menos estabilizado nos discursos ambientalistas, e não necessariamente presentes no universo empírico em questão. O que se propõe aqui é buscar entender como os atores modificam seu ambiente e são modificados por tal interação, seja este um ambiente construído ou natural.

d) Definição dos conceitos chave

Uma ressalva metodológica importante é não partir de uma “questão ambiental” pré-formada, formulada de fora para dentro, o que me impede de assumir pressupostos apregoados pelo discurso ambiental, tais como a “crise ambiental” ou “mudanças climáticas”. Minha preocupação é saber como as “questões ambientais” são abordadas e significadas pelos atores, em seus diferentes contextos sociais e espaciais, num processo que envolve diferentes percepções, conhecimentos e visões de mundo. Estarei tratando aqui de ambiente, ou meio ambiente ou questão ambiental, como categorias êmicas, cujos significados são dados pelos atores em situações específicas.

É importante considerar que a construção da “problemática ambiental” como um discurso global se dá num âmbito de negociações políticas, que são consolidadas em grandes tratados internacionais, buscando penetrar a dimensão local através de mecanismos econômicos, políticas públicas e pela mobilização da sociedade civil. Esta chave ambiental faz parte da sociedade contemporânea e gera constantemente novos quadros de referência que permeiam uma série de ações locais de caráter pontual. É neste sentido que o Projeto Ecomagente se insere nesta trama de significações sobre a “questão ambiental” e ao se deparar com a complexidade ambiental e social da dimensão local, tais definições são tensionadas pelos atores mais diversos numa arena extremamente dinâmica, na qual se habilitam determinadas percepções, conhecimentos e ações, em detrimento às outras. É importante considerar que historicamente os moradores de favela sempre tiveram que lidar com questões relacionadas a seu ambiente, resolvendo imperativos que não são ofertados pela administração municipal, como ocorre em outros bairros. Assim, os moradores foram levados a prover por conta própria o acesso à água através de nascentes, rios e poços; a criar formas de construção adaptadas às encostas; a adaptar plantações e criações animais em espaços reduzidos; a recorrer às matas para obter lenha, frutas, remédios e caça; a mobilizar-se coletivamente para superar desastres como deslizamentos de encostas e incêndios.

Na localidade cujo estudo é realizado, os moradores geralmente fazem referência ao termo “comunidade”, sendo que “favela” é considerada pejorativa ou como sinônimo de precariedade. Por esta distinção local refiro-me preferencialmente à Grota do Surucucu e Igrejinha como “comunidades”, muito embora tenha ciência de que este termo foi introduzido por entidades católicas nos idos do século passado que pretendiam realizar a promoção das

favelas ao status de comunidades. Já há algum tempo os movimentos sociais tem advogado pela utilização do termo da “favela”, não apenas para afirmar questões de precariedade, mas como uma cultura e identidade própria, um sinal de resistência e mobilização social. Entretanto, até onde pude constatar, este não é o caso do conjunto de entrevistados que escolhi. Portanto, opto preferencialmente em utilizar o termo “comunidade” em respeito às categorias locais ao me referir à Grota do Surucucu.

Outra questão advém da opção em referir-me a “plantios e criações animais” ao invés de agricultura urbana. Não considero que tais práticas deixem de ser agricultura urbana, mas como afirma Mougeot (2000), esta expressão foi utilizada inicialmente por acadêmicos e pela mídia, ganhando reconhecimento e passando por projetos institucionais³. Na presente pesquisa há a preocupação, assim como é feito para as “questões ambientais”, em utilizar as categorias nativas o que traz uma distinção substancial de pesquisas que focam no estudo da agricultura urbana, sua multifuncionalidade e projeção em arenas políticas (ALMEIDA; COSTA, 2014; COUTINHO, 2010; LOVO, 2011; OLIVEIRA, 2017). O enfoque da presente pesquisa é partir das práticas de plantar como uma maneira de lidar com o ambiente, dentro de um modo de vida ainda presente na comunidade.

1.3 Quadro Teórico

Em algumas abordagens sociológicas sobre as favelas prioriza-se uma análise mais estrutural das relações políticas e ideológicas que conformam um histórico de omissões, coerções, os processos de marginalização a que estas populações estão sujeitas, entretanto não fica claro qual é a parcela atribuída ao agenciamento dos moradores nesta conjuntura. É importante articular estas duas dimensões distintas de análise, o que se apresenta com um grande desafio, mas que pode trazer contribuições ao debate.

3 A definição do autor sobre a atividade é: “O cultivo, o processamento e a distribuição, com fins alimentícios e não alimentícios, de plantas, árvores e a criação de animais, tanto dentro como na periferia de uma área urbana, dirigidos ao mercado urbano. Para lograr êxito, a AU aproveita recursos (espaços usados ou subutilizados, resíduos orgânicos), serviços (extensão técnica, financiamento, transporte) e produtos (agroquímicos, ferramentas, veículos), encontrados nessa área urbana, gerando por sua vez recursos (áreas verdes, microclimas, composto), serviços (abastecimento, recreação, terapia), e produtos (flores, aves de curral e lácteos), em grande parte para a mesma área urbana (MOUGEOT, 2005, p.5)

A presente pesquisa se utiliza da Teoria da Ação que demonstra como as práticas cotidianas protagonizadas por atores reproduzem ou alteram as estruturas sociais. Neste sentido o ponto de partida são os atores e suas práticas, de forma a considerar sua capacidade reflexiva sobre as situações nas quais estão envolvidos, expressando assim em alguma forma de descrição suas motivações. Entretanto nem todas as implicações e ramificações das atividades são conhecidas (GIDDENS, 2003, p.31). Esta perspectiva pode contribuir para o entendimento de como a “questão ambiental” é retrabalhada no cotidiano da favela, e isto é possível ao seguir as linhas que partem destes atores, como eles se relacionam, quais tipos de conhecimento, práticas e sociabilidades circulam, quais são os processos de tradução que estes processos envolvem, e como é possível esboçar a escala que este agenciamento atinge.

Parto da premissa de que, independente do grau de dominação ou privação que tais populações vivenciam tal situação não as destitui da capacidade de agência, de recorrer a recursos pragmáticos e cognitivos para a solução de determinadas necessidades cotidianas. Entretanto isto pode implicar em algum tipo de romantização ou predileção pelos conhecimentos locais. Olivier de Sardan (2005) faz uma distinção básica entre “populismo ideológico” e “populismo metodológico”, este primeiro teria uma visão romântica do conhecimento popular e busca sua revalorização em detrimento dos procedimentos científicos, através de uma idealização sistemática das competências, em termos de “autonomia” ou “resistência”⁴. Já o “populismo metodológico” consideraria que os “grupos base” e atores sociais têm conhecimento e estratégias que devem ser exploradas, entretanto não há a necessidade de estabelecer seu valor ou validade, conferindo à Ciência o papel de descrever com rigor metodológico tal realidade. Acredito que esta discussão que busca habilitar determinada concepção em detrimento de outra, reflete a tentativa de invocar a autoridade, seja para o ator local ou para o pesquisador, e torna-se muito complexo atribuir pesos e medidas para elencar um vencedor. Dentro desta prerrogativa, minha preocupação é entender o processo dinâmico de interação que ocorre constantemente entre estes distintos corpos de conhecimentos, sejam eles científicos ou locais, dando margem a diferentes repertórios de conflitos, resistências, coexistências e tolerâncias.

Em termos de operacionalização de minha opção teórica recorro a determinados conceitos da perspectiva “orientada aos atores” (LONG, 2001), na qual a investigação é direcionada para as estratégias que são adotadas pelos atores frente às estruturas e conjunturas dispostas. Esta perspectiva se enquadra no campo da Antropologia do Desenvolvimento que

⁴ É nesta categoria que o autor situa a matriz teórica da pesquisa participativa de Chambers e a pedagogia do oprimido de Paulo Freire

surge mais proeminentemente na década 90, como uma crítica aos grandes projetos de Cooperação Internacional, a partir da noção de desenvolvimento apregoada pelas “agências de desenvolvimento” e o contraste com os valores de seu “público alvo”. Embora no meu caso não tenha deixado de realizar uma abordagem crítica de intervenções, refletindo sobre a atuação de uma ONG nas comunidades em questão, considero que há uma conjuntura e processo histórico bem diferente dos projetos de Cooperação Internacional, o que produz um repertório muito diferente de interações. Primeiramente há uma diferença de escalas e cifras, pois a intervenção do ONG é diminuta e circunscrita à localidade, e um segundo ponto é da não observância de diretrizes previamente estabelecidas por governos ou agências financiadoras, condicionando as prerrogativas da intervenção, mas há sim uma proposta de elaborar uma metodologia experimental de intervenção ambiental em comunidades com vulnerabilidade socioambiental.

A perspectiva de Long contribui para o entendimento das interações entre os diferentes atores e como neste processo os conhecimentos e práticas são gerados, remodelados ou reforçados no cotidiano. Este processo de interação é aprofundado pelos conceitos de “interface”, no qual se assume que existem pontos de intersecção entre universos cognitivos diferentes. Nesta visão, a intervenção da ONG, anteriormente citada, provocaria o encontro entre dois universos diferentes, os técnicos de um lado e os moradores da favela de outro. O alvo de investigação nesta interface é identificar como as metas, percepções, valores, interesses e relações entre os atores são reforçadas ou remodeladas por este processo de interação.

Entretanto nesta abordagem não fica claro qual é o papel do ambiente nestas interações, em alguns momentos vê-se a definição deste como um “recurso” a ser disputado pelos atores, ou na qualificação da prática ou lógicas dos atores “adaptada” as especificidades de seu ambiente. Mas como se dá a produção do conhecimento a partir da interação do ator com seu ambiente?

A “*dwelling perspective*” de Tim Ingold apresenta algumas contribuições para esta discussão, reforçando que é importante considerar esta articulação ator-prática como um fluxo contínuo imerso no mundo, o que reivindica o engajamento das populações locais com seu ambiente, reabilitando assim os conhecimentos e práticas como frutos de uma leitura aprofundada das qualidades salientes do ambiente. Desta forma a produção ou aquisição de conhecimentos e práticas viria da aprendizagem da percepção direta engajada com os outros

atores, considerando que os processos de perceber, pensar, imaginar, relembrar e aprender, devem ser estudados dentro do contexto das interações das pessoas com seus ambientes.

Se por um lado Ingold traz conceitos importantes para entender a relação dos atores com o ambiente, sua abordagem é limitada para compreender outros processos de individualização, sejam estes em um ou em diferentes pertencimentos coletivos, justamente pela possibilidade desta abordagem em gerar infinitas singularidades (SILVA, 2011). Veremos que o morador da favela recorre a diferentes fontes de conhecimentos que não estão restritos apenas ao pertencimento àquele ambiente da favela, mas estão ligados aos múltiplos engajamentos, inclusive em ambiente virtuais, e a contextos sociais específicos, como é o caso dos moradores “nascidos na roça” que adaptam formas de plantio e criação animal para o contexto da favela.

Muito embora exista uma grande diferença conceitual entre Ingold e Long, principalmente nas respectivas significações sobre cultura e natureza, a proposta desta pesquisa não é de formular uma teoria genérica da sociedade ou elencar princípios universais do ordenamento social, mas sim tentar articular o instrumental por eles desenvolvidos explorando suas contribuições e limitações para este estudo de caso. A meu ver, mesmo com tais diferenças, existem um ponto comum específico que possibilita esta articulação entre os autores: ambos consideram o conhecimento que é gerado em sua dimensão prática no cotidiano dos atores.

Ingold desenvolve seu argumento a partir da crítica à Ciência Cognitiva que consideraria que as pessoas conhecem o ambiente externo por meio de representações mentais, e que tais representações são resultado do processamento da informação recebida pelos sentidos. Assim o ator seria apenas um receptáculo passivo de estímulos, sendo o papel do cientista cognitivo mostrar como estes dados sensoriais são reconstruídos, em termos de um esquema pré-existente, numa imagem coerente do mundo. Isto implica numa estrutura social pré-existente (ou num conhecimento pré-existente) que é “transmitida” a tais receptores passivos no processo de socialização dentro de uma cultura. Para Ingold tais representações não existem inicialmente e o conhecimento é gerado pela condição de imersão no mundo no qual o ator busca ativamente pelas propriedades salientes do ambiente, tendo sido treinado a realizar esta leitura nas situações do cotidiano.

Esta argumentação sobre a produção do conhecimento no cotidiano encontra um paralelo na crítica que Long faz à “metodologia sistêmica” e ao “modelo comunicativo”. Estas vertentes extensão agrícola buscam entender os problemas de comunicação entre

pesquisa agrícola, extensão, utilização do conhecimento e a mudança tecnológica. Estes modelos assumem que o fluxo de informação depende da sinergia entre os componentes do sistema (cientistas, extensionistas e agricultores), assumindo que o conhecimento é “transferido” de uma engrenagem a outra. Qualquer resistência a este fluxo deve ser alvo de intervenção de especialistas para realizar a “calibração” deste sistema. Na visão de Long este modelo centraliza e hierarquiza a produção do conhecimento na raiz do sistema, negligenciando as diferenças advindas das condições dos agentes, do espaço que eles ocupam em seu mundo, e do poder de influência que eles têm. Os atores muitas vezes atravessam as conexões e estruturas destes sistemas, e apenas uma abordagem a partir de suas percepções pode trazer esclarecimentos sobre as relações entre conhecimento, poder e intervenção.

Tanto para Ingold quanto para Long, o conhecimento não é “transferido” a um “receptáculo passivo”, mas é gerado nas ações práticas do dia-a-dia, seja pelo engajamento no ambiente e num campo relacional, seja pelo caráter interacional entre os mundos diferentes dos atores em questão.

Vejamos um exemplo rápido para exemplificar esta articulação. Dona Marlete, 52 anos, dona-de-casa, tem em seu quintal de 10m² uma grande variedade de plantas tanto para fins ornamentais, quanto para seu uso na alimentação como remédio. Ela participou de uma das atividades que a ONG realizou, devido a seu interesse a respeito das hortas. Neste evento ela interagiu com os técnicos da ONG e moradores que participavam da intervenção há mais tempo, com os quais entrou em contato com a técnica da compostagem. Esta senhora já tinha como prática misturar o lixo orgânico com areia numa lata de 20 litros para obter um adubo, prática comum entre “quem é da roça”. Contrapondo as informações selecionadas por ela no evento, comparando-os com seus próprios conhecimentos, ela se convenceu em fazer uma experiência. Passou a misturar o lixo com serragem, folhas secas e adicionou um compartimento coletor do excesso de umidade (biofertilizante). O teste da qualidade do adubo (sólido e líquido) foi feito pela leitura do crescimento vigoroso e da boa florada do maracujá, resolvendo por fim adubar as outras plantas com o biofertilizante e o húmus. Este é um exemplo simples, de escala diminuta, mas que mostra que a produção do conhecimento advém tanto da interação com corpos de conhecimentos distintos (os “quem vem da roça” e os da compostagem de resíduos orgânicos), como pelo próprio engajamento ativo realizando experiências e na leitura do ambiente (a florada do maracujazeiro). Desta forma Dona Marlete remodela constantemente novos e velhos conhecimentos no cotidiano e com base em seu ambiente específico. Como veremos no capítulo 2, é muito comum que as formulações e

motivações dos moradores sejam muito diferentes das dos técnicos da ONG, justamente pela diferença na percepção entre estes. Neste sentido a compostagem é ilustrativa, pois poucos são os casos que os moradores seguiram os modelos apresentado pelos técnicos (caixa de plástico, baldes empilhados, ou neozelandês), mas adaptaram-na pautado por questões de praticidade e de disponibilidade de materiais e espaço. Joana, por exemplo, considerava ter pouco lixo orgânico para ampliar sua de adubo para a horta, e por isso acordou com sete vizinhos que passaram a lhe entregar o lixo orgânico em troca de produtos de sua horta. Se adicionarmos o fato de que esses moradores que fazem a compostagem também separam o lixo reciclável para catadores locais (pendurando a sacolinha de recicláveis em seu portão), é possível relativizar a imagem de que o estado de pobreza provoca ou é o único responsável pela degradação do ambiente. Mas é verdade também que outros moradores não tenham o interesse nestas práticas, despejando seu lixo em encostas e no quintal dos vizinhos. Em outro momento tratarei sobre quais são as percepções destes moradores que têm tal conduta, por hora basta mencionar que tratar sobre determinada prática na favela, como a compostagem, é indissociável desta condição de conflitos pré-existentes entre a vizinhança, uma percepção que é relativamente exclusiva de quem habita aquele ambiente.

Acredito, assim, que esta dimensão intercognitiva e sua extensão prática no ambiente é uma dimensão chave para o entendimento da percepção do ambiente destas populações. Isto nos leva assumir que a “sustentabilidade”, a “questão ambiental” ou as “práticas ecológicas”, mesmo sendo conceitos que adentram à favela, também são (res)significados por processos dentro da favela ou se deparam com seus correlatos.

Desta forma minhas opções teóricas partem da premissa de que os moradores de favela, muito embora inseridos em processos de subordinação históricos, detêm um agenciamento que se articula em processos dentro e fora da favela, em diferentes interfaces com agentes externos, e expressam desta maneira outras percepções, conhecimentos e práticas gerados pela imersão em seu ambiente específico e contexto ecológico.

1.4 Plano Geral da Dissertação

O Capítulo 1 foca na apresentação e discussão da literatura sobre favela, o histórico de intervenções e como a “questão ambiental” tem sido invocada neste contexto. Ressalto os pontos em debate distinguindo as diferentes faces destes “ambientalismos” e sua emergência na história dos estudos sobre favela. Considero assim que a “questão ambiental” já tem sido

abordada desde o higienismo social no final do século XIX, obviamente sob outro contexto mais ligado a precariedade e insalubridade das moradias, assim como ao longo de todo o histórico de tentativas de remoção das favelas, em documentos oficiais e nos discursos políticos e midiáticos. Mais recentemente alguns debates acadêmicos surgem em defesa das populações pobres tais como a Justiça Ambiental e o Racismo Ambiental.

No Capítulo 2 utilizo como porta de entrada uma análise pormenorizada das intervenções ambientalistas na localidade, no período de 2013 até 2017, tanto aquelas relativas ao poder público (Programa Enseada Limpa), mas principalmente uma intervenção referente ao terceiro setor (Projeto Ecomagente). Com isso pretendo demonstrar como a produção intercognitiva de conhecimento se traduz em disputas de percepções sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, práticas diferenciadas. Para tal utilizarei de alguns conceitos da Antropologia do Desenvolvimento para chegar a uma perspectiva crítica deste processo de interação entre técnicos do projeto e moradores.

O Programa Enseada Limpa surge com a pretensão de se legitimar como uma alternativa para a despoluição da Baía de Guanabara, tendo em vista os jogos Olímpicos de 2016, focando numa frente de atuação local dentro da microbacia hidrográfica contribuinte da Enseada de São Francisco, o que inclui as comunidades da Grota do Surucucu e Igrejinha. O Projeto Ecomagente, é inicialmente orientado para a gestão de resíduos na comunidade da Grota do Surucucu, visando diminuir o aporte de lixo na Enseada de São Francisco. Entretanto posteriormente este sofre uma série de transformações e passa a trabalhar principalmente utilizando a compostagem e a agricultura urbana como possíveis soluções para reduzir as emissões de resíduos. As seguintes ações foram enfocadas: criar exemplos de conversão de pequenos lixões em hortas; promover tecnologias mais ecológicas adaptadas ao contexto da favela; desenvolver formas de mobilização comunitária em torno da melhoria da qualidade ambiental. Estas duas intervenções inicialmente interagem entre si, entretanto algumas divergências emergem, por visões diferenciadas de como “problemática” deve ser tratada, e passam a disputar tal significação.

Este capítulo se desenvolve em torno do questionamento de como se dá a interação entre os universos cognitivos de técnicos e moradores, no sentido de captar as relações de conflito, de cooperação, confronto, reinterpretções, nas quais é possível ver operando percepções, conhecimentos e práticas, e, por consequência, diferentes significados da “questão ambiental” são postas em jogo.

Existe toda uma particularidade neste tipo de ocupação urbana que traz outras formas de relação com o ambiente, que apresenta em si uma diversidade de contradições imanentes e justaposições de diferentes visões de mundo. A investigação destas particularidades da favela e sua relação com os conhecimentos e práticas apregoadas por tais intervenções pode revelar fricções entre ideias, valores, significados e colaborações que implicam num grande desafio de tradução entre estes universos diferentes. Desta forma, é fundamental ir além destas intervenções pontuais para ampliar o entendimento de como os moradores percebem tal ambiente e quais padrões podem-se extrair desta forma de ocupação.

Seguindo esta análise, no Capítulo 3 adentro nas particularidades das relações com o ambiente deste mundo em questão, com a pretensão de investigar como a “questão ambiental” é (res)significada, não apenas como um elemento que adentra a comunidade e sofre reinterpretções, mas também num processo ativo a partir das percepções dos moradores.

Os esforços do trabalho de campo foram direcionados para o levantamento das percepções, conhecimentos, práticas e suas relações com as dinâmicas do ambiente, revelando assim uma intrincada rede de solidariedades e sociabilidades entre moradores, que não se restringe apenas a localidade, mas se conecta a outras partes da cidade formal e cruza grandes distâncias, muitas vezes retornando aos locais de origem de tais pessoas, inclusive em zonas rurais.

Nas conclusões discorro, com um pouco mais de liberdade, sobre o objetivo de construir uma agenda de pesquisa específica visando a criação de subsídios para políticas públicas e intervenções ambientais nas favelas. Desta forma discorro sobre o papel da pesquisa em Ciências Sociais em facilitar o entendimento entre diferentes setores da sociedade, de forma a diminuir os ruídos e aprofundar a compreensão sobre as especificidades das questões ambientais nestes territórios.

1.5 Metodologia

A presente pesquisa é feita a partir de uma constante interpelação do quadro teórico escolhido com os dados coletados na pesquisa de campo, baseado principalmente na observação participante, entrevistas semi-estruturadas e registros fotográficos. Neste processo houve o contato constante com os atores pesquisados, propondo um diálogo com os moradores e técnicos envolvidos na intervenção estudada, agregando outros atores que por

ventura puderam acrescentar experiências que tenham ficado à margem de tais atuações pontuais.

O trabalho de campo foi direcionado para cumprir duas finalidades: primeiramente acompanhar as atividades do Projeto Ecomagente com frequência mensal, desde abril de 2016 até setembro de 2017; e num segundo esforço, de caráter mais intenso, composto por um momento de imersão completa na localidade, entre abril e maio de 2017, e em 20 visitas durante o período de setembro a dezembro de 2017.

A análise do Projeto Ecomagente será feita cruzando as informações fornecidas por seus escopos, pelo relatório anual de atividades e documentos das Conferências Livres do Meio Ambiente. Utilizarei entrevistas semiestruturadas com os técnicos do projeto do qual fazem parte: oceanógrafos, engenheiros ambientais e agrônômicos, biólogos e cientista ambiental. Algumas reflexões serão baseadas na experiência do tempo que integrei a equipe de técnicos e a transformação da perspectiva ocasionada pelo envolvimento posterior como pesquisador.

O universo de informantes que irei trabalhar é de 5 técnicos e 22 moradores (10 participantes do Projeto Ecomagente e 12 que não participaram) de acordo com as Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Técnicos entrevistados

Nome	Formação Profissional	Idade	Sexo	Experiência com favelas	Origem	Instituição
David	Oceanógrafo	32	M	Não	PR	IAM
Guilherme	Oceanógrafo	35	M	Não	RJ	IRN
Rafael	Estudante Ciências Ambientais	23	M	Sim	RJ	IRN
Teresa	Biologia	28	F	Não	RJ	IAM
Willian	Engenheiro Agrônomo	32	M	Não	PR	IAM

Tabela 2 - Moradores da Grota do Surucucu entrevistados

Morador	Idade	Sexo	Ocupação	Participação no Projeto Ecomagente
Adelina	72	F	aposentada	Não
Aparecida	54	F	faxineira/artesã	Sim, 3 anos
Camille Cristina	23	F	estudante	Sim, 4 anos
Conceição	49	F	caseira	Sim, 4 anos
Ferdinando	28	M		Não
Francisca	85	F	aposentada	Não
Geraldo	52	M		Não
Jeferson	30	M	contador	Não
Joana	21	F	dona de casa	Sim, 4 anos
Josiane	24	F	agente de saúde	Sim, 4 anos
Juca	45	M	construção civil	Não
Jurema	38	F	emp. doméstica	Sim, 4 anos
Jussara	55	F	vendedora	Sim, 3 meses
Luiz	48	M	agente zoonose	Sim, 1 ano
Maria	83	F	aposentada	Não
Mariana	24	F	repcionista	Não
Marlete	51	F	dona de casa	Sim, 1 atividade
Mestre Besouro	52	M	motorista	Não
Miguel	43	M	construção civil	Não
Shirley	72	F	dona de casa	Não
Tião	52	M	construção civil	Sim, 2 anos
Zé	49	M	agente zoonose	Não

Durante o campo foram enfrentadas condições extremamente adversas relacionadas ao conflito armado entre policiais e traficantes, o que ocasionou muitas interrupções. É importante mencionar o sentimento de insegurança generalizada gerado pelos embates entre o tráfico e a polícia. Na comunidade da Grota não há Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), de forma que as incursões policiais com frequências que podem chegar de 3 a 4 vezes por semana. Vê-se que o poder do tráfico permeia as relações que conformam o ambiente, o que ocasiona diferentes posicionamentos dos moradores frente a esta questão. Restrinjo minha análise a definição que tal configuração acumula funções Executivas, Legislativas e Judiciárias, mantendo uma relação de coexistência com os moradores, desde que não haja interferência no “trabalho” de venda.

Durante os tiroteios sempre fui muito bem acolhido por moradores do local até que estes momentos de tensão dessem tréguas e permitissem a continuação do trabalho. Também experimentei períodos no qual a favela voltava à normalidade e tranquilidade, cujo principal sintoma era de crianças brincando na rua e em terrenos baldios.

O contato visual com armas, inclusive sendo portadas por menores de idade é algo constante, e a entrada de pessoas estranhas na localidade é algo sempre muito controlado. A mediação de qualquer representante do poder público é feita sempre pela associação de moradores, de forma que ter realizado uma pesquisa independente foi um grande desafio e acredito que só tenha sido possível pelo meu histórico de envolvimento com as comunidades desde 2013.

Uma estratégia que contribuiu para a entrada nestas comunidades é ter acompanhado os agentes de zoonose em suas visitas rotineiras no combate à dengue e roedores, o que possibilitou o acesso às áreas restritas às pessoas de fora. Assim, pude ampliar o registro das práticas de cultivos de plantas e criações animais em ambientes domésticos e espaços não ocupados, assim como outras práticas correlacionadas, tais como: coleta e catação de materiais recicláveis; construções a partir do reaproveitamento de materiais; captação de água de chuva; formas de tratamento de esgoto doméstico.

Com base neste levantamento tomei como unidade de análise, além das práticas sobre o ambiente, também os discursos dos moradores sobre estas. Desta forma minha unidade de observação foram os espaços domésticos e habitados, assim como o seu entorno, como as vielas e áreas vegetadas. Estes agentes foram acompanhados durante 20 dias, sendo visitadas 30 casas por dia, totalizando 600 residências. É importante ressaltar que seguir estes agentes trouxe outras perspectivas que até então não tinha acessado dentro do circuito do projeto. Tal

itinerância trouxe aspectos dos conflitos que surgem da sobreposição dessas práticas no cotidiano da comunidade. Isto permitiu constatar mais claramente as diferentes lógicas dos moradores e confrontar assim as formulações que tinham contribuído para construir junto os técnicos ao longo do projeto. Tais constatações reforçam o que Long e Ploeg (1989) afirmam sobre as intervenções planejadas e sua dimensão discreta devido ao tempo limitado de relação com a comunidade, entrando em circuitos de interações já existentes e/ou propondo a criação de novos. Ao englobar na investigação as percepções dos moradores que não participaram do Projeto Ecomagente o objetivo foi justamente acessar circuitos mais amplos e com interfaces diferentes. Por mais que Palermo (2014) também tenha recorrido aos agentes de saúde para percorrer esta mesma localidade, sua abordagem é substancialmente diferente da minha. O caminho traçado por tal pesquisador está ligado a uma rota que o agente de zoonose costuma fazer com representantes do poder público, na qual são mostrados os principais problemas dos serviços públicos da comunidade. Em meu caso, propus acompanhar a rotina diária de tais agentes o que me levou para fora desta rota, permitindo um contato com uma heterogeneidade de casos para além das deficiências e carências do local.

Escolhi como informantes privilegiados os moradores com seus plantios e criações animais, assim como moradores próximos a áreas de despejo de lixo nas encostas, o que me permitiu registrar uma pluralidade de casos entre estes dois casos. Minha intenção foi tentar captar os conflitos nas quais estas práticas estão inseridas, para captar como elas se relacionam com outros usos dados ao ambiente. De uma maneira geral a prática do cultivo de plantas está ligada a um asseio e cuidado com o ambiente circundante, que é altamente tensionado pelo despejo de lixo (dos vizinhos) ou pela falta de saneamento, assim como também é conformado pela falta de espaço ocasionado pelo aumento da área construída (os “puxadinhos” que surgem com a reprodução da família).

Para tentar entender estas dinâmicas foi necessário desenvolver um grau de intimidade maior com tais moradores, portanto as entrevistas foram tratadas mais como “conversas”, onde muitas vezes não foi possível realizar a gravação. Busquei assim extrair as categorias e quadros explicativos dos entrevistados, tentando articular os elementos de suas trajetórias de vida com o histórico de ocupação da região, para assim chegar aos significados que as práticas adquirem para estes moradores e como eles significam sua relação com o ambiente. Também procurei entender qual era o tipo de relação que um morador tem com seu ambiente nos casos em que há o despejo de lixo, algo muito desafiador de ser extraído a partir de uma “conversa”, sendo a observação participante fundamental para se extrair reflexões.

O morador que planta e cria animais geralmente tem muita abertura para falar de suas práticas, por outro lado, os moradores que jogam lixo nas encostas e na vegetação dificilmente assumem tal prática e a questão é sempre tratada com um sujeito indefinido: “o pessoal lá de cima que joga”, “o vizinho que joga”. Mesmo havendo esta dificuldade consegui alguns depoimentos que atestam a transformação na percepção sobre esta questão, num momento pretérito sendo feito tal prática de despejo de lixo e uma posterior mudança de comportamento, que incluiu a transformação numa área de acúmulo de lixo em área de cultivo.

A distribuição destes informantes pelos diferentes territórios da favela está representado na Figura 1.3, que também expressa as diferentes localidades e indica os pontos onde a pesquisa centrou.

Várias vezes eu saí a campo para descobrir as fronteiras da comunidade e ela parece que sempre escapa. Onde é a Grota e onde começa Igrejinha? Muitas definições se sobrepunham ao inquirir dos moradores sobre estas fronteiras, sempre escapando de minha tentativa de sistematização. É muito difícil definir “a comunidade”, suas fronteiras, sua estratificação social, conflitos entre grupos.

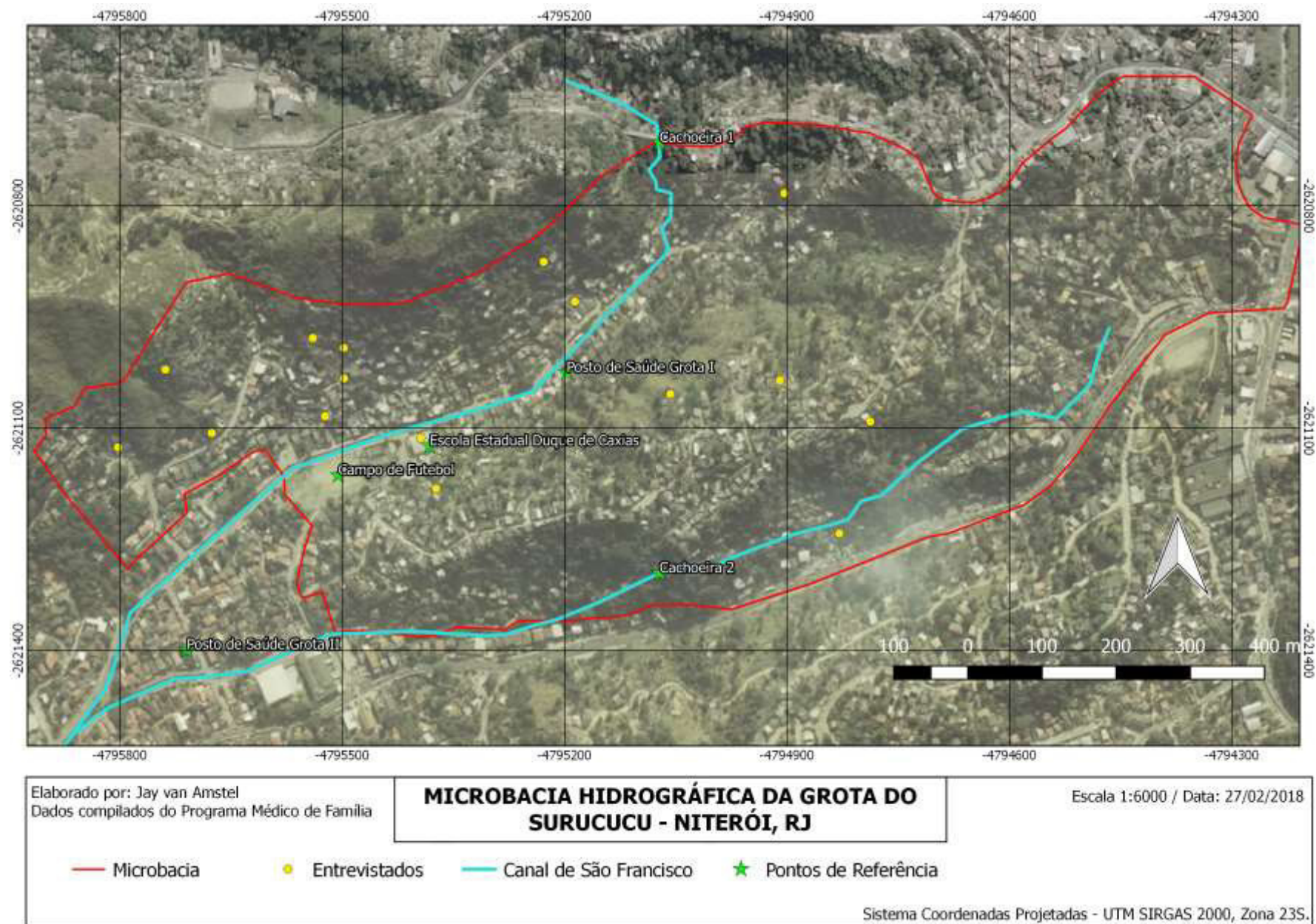


Figura 1.1 Mapa dos moradores que foram entrevistados

É principalmente com a abertura do túnel Roberto Silveira em 1930, e com a autorização da prefeitura, na década posterior, que é feita uma série de loteamentos na região. Tratava-se de plano urbanístico para São Francisco e Charitas, inicialmente projetado para moradias de alto padrão de habitação, próximas a orla e ao longo do assim retificado Canal de São Francisco (antigo Rio Santo Antônio), sendo seguido pelas ocupações informais em encostas e à montante do eixo de drenagem.



Figura 1.3 Uma moradia embaixo da Ponte Velha

Utilizo a divisão administrativa do Programa Médico de Família (Figura 1.2) para delimitar a área de estudo, muito embora esta não explicita as fronteiras internas entre as comunidades.

Na área de estudo podemos citar dois processos importantes que são promotores desta ocupação informal: primeiramente os loteamentos informais, que compreendiam a compra e venda de lotes no morro por famílias com envolvimento político, tais como o Vereador Otto Bastos; e um segundo que seria a ocupação de terras “sem dono”, principalmente por populações migrantes das zonas rurais, sendo sua expansão feita “a base do puxadinho”. A partir principalmente da instituição do Uso Capião na Constituição de 1988⁵, foi possível a entrada nos processos de título de posse.

⁵ O Usocapião Especial Urbana foi reforçado pelo Código Civil de 2002 e pelo Estatuto da Cidade, estabelecendo o primado dos direitos e valores fundamentais da pessoa humana.

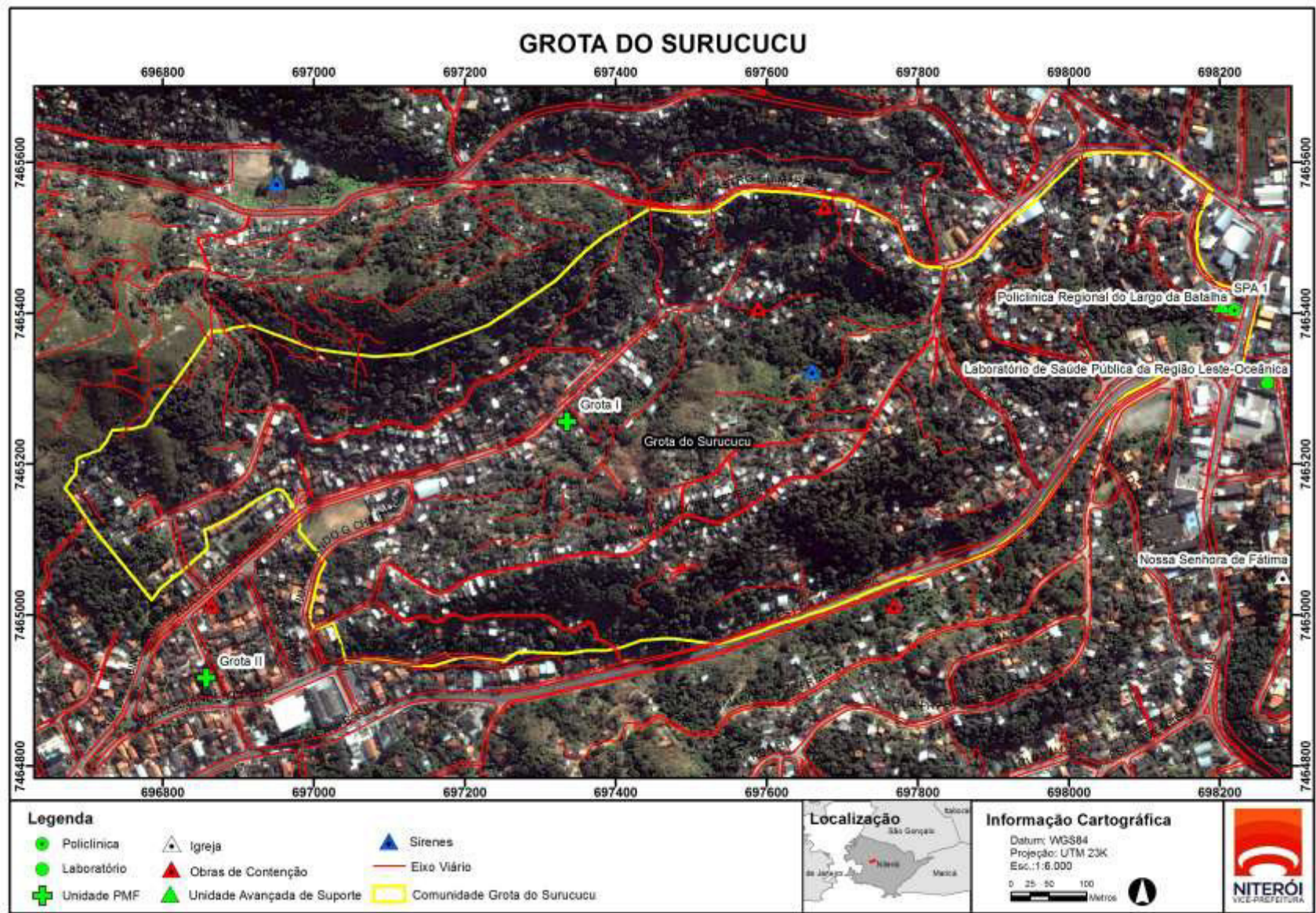


Figura 1.4 Mapa da Microbacia Hidrográfica da Grotto do Surucucu

É importante considerar que durante as décadas de 1950 até 1980, no país, houve uma evolução demográfica jamais vista antes ao mesmo tempo em que aconteceu a inversão do predomínio rural para o urbano, num processo inédito principalmente em relação à experiência europeia, pois não houve a possibilidade de exportação do excedente demográfico (Valladares, 2005 p. 127). Desta forma na localidade em questão é possível encontrar uma diversidade muito grande de locais de origem destes migrantes: Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, São Paulo e Santa Catarina, assim como provenientes de cidades do Estado do Rio de Janeiro, principalmente dos municípios de São Fidelis, Itaperuna, Silva Jardim e Campos de Goytacazes. Algumas pessoas são “crias da Grotá” e seus pais e avós já residiam no local e viviam basicamente da agricultura e criação de animais, posteriormente sendo absorvidos pelo processo de urbanização na construção civil, serviços gerais e pequenos comércios. Esta população mais antiga é formada negros, caboclos e alguns poucos imigrantes portugueses.

Nesta ocupação algumas questões são lembradas pelos moradores mais antigos como, por exemplo, o acesso à água. Algumas bicas, poços e um chafariz davam suporte à população, que tinham de carregar latas e baldes morro acima. Estas memórias das “dificuldades” de sobreviver nesta época em comparação com as “facilidades” atuais são marcantes para os mais velhos. Por tal comparação do passado com o presente, o “progresso” trouxe tanto benesses como malefícios. Antigamente, mesmo com toda a falta de infraestrutura, morar na localidade era viver em um “paraíso tranquilo” e com poucas pessoas, era tudo “mato”. A partir da década de 70 e 80, à medida que o “progresso” foi chegando também houve a expansão demográfica, aumentando assim a pressão sobre o ambiente: a “fossa” não dava mais conta e por isso o esgoto foi sendo direcionado para os corpos hídricos, a vegetação foi sendo removida para dar espaço a novas construções.

Relatos dos moradores mais antigos, nascidos na década de 1950, contam que quanto mais se subia o morro mais a vegetação se tornava densa, na área mais plana havia um capinzal e vegetação de brejo, por onde serpenteava o Rio Santo Antônio, com suas margens barrentas e mais largo que o atual Canal de São Francisco. Em volta do rio havia um pasto do qual alguns animais se alimentavam, havia também muitas árvores frutíferas, assim como o campo de futebol da comunidade (que mudou de lugar várias vezes no processo de expansão subsequente). Moradores contam que como o canal ainda não era retificado na porção referente à comunidade, sendo muito pouco comum os alagamentos no bairro de São Francisco, o que atualmente é recorrente. Era possível pescar no rio e sua água era utilizada

tanto para consumo humano quanto para animal. Quando ocorria uma chuva mais forte os “barracos” na beira do rio eram levados pela enxurrada, mas não tardava para que novamente ali se construísse de forma improvisada. Há relatos que em 1966 e em 1967 houve chuvas extremamente fortes que causaram deslizamentos e muitos moradores perderam suas casas.

As casas eram inicialmente feitas de madeiras e placas de zinco, aquelas que eram feitas numa intenção mais permanente eram de pau-a-pique com recursos encontrados na região: barro, bambu caniço e cipó⁶. Aos poucos estes materiais foram sendo substituídos pela alvenaria, e conforme a população foi negociando junto à municipalidade em anos de eleição, houve a ampliação da canalização do rio, a pavimentação das ruas principais, o acesso à luz e a água tratada. Os materiais de construção passam também por uma transformação, sendo, por exemplo, que as vigas de ferro, muito importante na sustentação das lajes, passaram a ser vendidas já amarradas e prontas para uso, facilitando a construção de pisos superiores.

Muitas “pessoas de fora” vieram morar na comunidade encontrando trabalho principalmente na construção civil e em serviços domésticos. Por não terem condições, tiveram que ocupar as áreas menos favoráveis, mais acima do morro, na esperança de um dia poder ocupar “um lugar bom” dentro da Grota. Passado algumas décadas alguns relatam que continuam a morar onde sempre moraram.

Ocorre desta forma um crescimento constante da década de 1950 aos anos 1980, se acelerando em muito no período posterior, que marca então o momento no qual os corpos hídricos locais ficaram com altos níveis de poluição e impróprios para uso. Para aqueles que vivenciaram a época em que se tomava banho e lavava roupa na Pedra da Lagoa e nas duas Cachoeiras, o momento atual é marcado pela expressão “tudo que o homem bota a mão é destruído”, também exemplificado pela questão do lixo.

Coincidentemente a luta pelo acesso à água encanada na comunidade tem seu início na década de 80, mas é apenas na década seguinte que se alcança o fornecimento para a maioria dos moradores, tal período é lembrado como a “época do Brizola”. Durante os anos 90 os municípios do Estado do Rio de Janeiro receberam a autonomia para privatizar o serviço de saneamento e abastecimento, tendo a companhia Águas de Niterói em 1999 assumido o sistema de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto do município.

⁶ Ainda existem casas de pau-a-pique desta época que ainda estão de pé na região de Charitas e no Beltrão, regiões próximas a Grota do Surucucu.



Figura 1.5 Uma das cachoeiras na comunidade na qual houve uma tentativa de implementar a rede coletora de esgoto

Este aumento da densidade demográfica e a pressão no ambiente trouxe grandes mudanças nos modos de vida destas populações que até meados da década de 50 e 60, recorriam aos recursos locais (matas e nascentes), seja utilizando materiais locais para a construção de suas moradias ou pela utilização dos corpos hídricos, bicas e poços da região, o que implicava num grau de autonomia maior em relação ao restante da cidade e uma relação de maior dependência do ambiente local, que implicava na manutenção dos mesmos. Neste sentido o cultivo e criações animais se inseriam nesta mesma lógica deixando de ser uma atividade principal de subsistência para se tornar uma prática complementar, muito por conta da perda de espaço para a área construída.

O acesso à água tratada, a luz e outros serviços públicos valorizaram a região, conjuntamente o crescimento populacional e os fluxos migratórios, contribuindo assim para uma rápida expansão das moradias morro acima nas décadas de 80 e 90, ampliando a instabilidade e a insalubridade das condições de moradia. Nos anos 2000 uma série de estudos de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense é feita na região, pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, tendo em vista o diagnóstico das condições socioambientais para dar subsídios para políticas públicas e intervenções (Werder et al., 2002;

Werder et al., 2003). As principais contribuições destes estudos estão em realizar uma caracterização socioambiental detalhada que compreende, o perfil socioeconômico da população, as características físicas (relevo, hidrografia, drenagem, fontes de água, qualidade da água, vegetação), e por último, a condição dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitários e da coleta de resíduos sólidos. Nestas pesquisas é bem claro o caráter propositivo de intervenções baseadas neste delineamento executado.

Em abril de 2010 ocorreram chuvas constantes que ocasionaram num evento desastroso de deslizamentos de encostas, com 17 mortes e mais de 700 pessoas desabrigadas (PLATONOW, 2010). Muitos moradores tiveram suas casas completamente destruídas, ficando abrigados na Escola Estadual Duque de Caxias (dentro da comunidade) durante meses, até que fossem incluídas no programa de aluguel social ou relocadas em conjuntos habitacionais. Este momento é lembrado pela grande solidariedade entre os moradores da localidade, mais do que pelos auxílios externos que muito focaram o morro do Bumba que desmoronou na mesma época. Moradores cederam suas casas, alimentos, gás e tempo para ajudar os desabrigados, inclusive no momento dos desmoronamentos, durante à noite de chuva forte, havendo diversos casos de pessoas que empreenderam resgates daqueles que não evacuaram suas residências. Embora não seja o principal enfoque desta pesquisa, é preciso apontar para as marcas que estes eventos deixaram nas pessoas afetando seus modos de vida, sendo necessário considerar não apenas o caráter psicológico desta questão, mas a própria dimensão social do desastre e a fragmentação que este proporcionou. Um dos setores, dentro da comunidade de Igrejinha, o 318, era ocupado por moradores antigos que se mobilizaram conjuntamente para construir as suas casas, as trilhas de acesso e fazer o saneamento. Após os desastres estas pessoas foram morar fora da comunidade, deixando para trás as ruínas de suas casas que foram posteriormente ocupadas por “pessoas de fora” com a pretensão de ali ser um trampolim para “um lugar melhor”. Obviamente que este caráter temporário tem um grande impacto sobre o grau de pertencimento local e a forma de ocupação que se faz precária, muito diferente da coesão entre moradores que anteriormente permitiu a construção de forma autônoma da infraestrutura básica para a habitação. Esta entrada de “pessoas de fora” também aponta para o constante fluxo de novos contingentes populacionais nestas favelas, talvez hoje menos proeminentes das zonas rurais, mas de outras favelas e periferias menos privilegiadas. A Grota é muito visada por ter proximidade ao mercado de trabalho em bairros adjacentes (São Francisco, Charitas, Icaraí e Santa Rosa), possuir 2 postos de saúde, linha de ônibus que entra na comunidade e proximidade com áreas

de lazer (Enseada de São Francisco e Jurujuba, Parque da Cidade e, um pouco mais distante, a região oceânica).

Obras de contenção de encostas, em 19 pontos críticos, e de urbanização foram feitas pelo PAC na região, por um contrato assinado em 2006 com o montante de R\$ 9 milhões (Palermo, 2014, p. 69 *apud*. Niterói, 2014). Em algumas áreas da comunidade foram construídas escadarias com a drenagem pluvial e redes coletoras de esgoto, não abrangendo a totalidade da comunidade nem tão pouco acompanhando seu crescimento posterior e decorrente de tais obras. Agentes de saúde que atendiam o 318 batalharam para que as obras incluíssem este setor, entretanto este foi considerado como uma “área de risco” da qual os moradores deveriam ser removidos para dar lugar às áreas de preservação permanente. Entretanto como relatam estes agentes de saúde, o PAC abrangeu outras “áreas de risco” na Grota do Surucucu, o que levanta dúvidas sobre quais seriam os critérios do planejamento das obras e como a participação da população foi levada em conta neste processo. A percepção dos moradores do local é de que este risco é “criado” pelo poder público quando decide não fornecer a infraestrutura básica.

Em 2013 uma nova gestão assume a prefeitura com Rodrigo Neves (PT) como prefeito e Axel Graef (PV) como vice-prefeito, propondo uma gestão comprometida com metas ambientais. É fundamental remeter-se aos ciclos de protagonismo que a cidade de Niterói tem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, desde a época Estado da Guanabara sendo sua capital, e atualmente exercendo sua influência na gestão e planejamento regional⁷.

Na cidade foram elaborados uma série de programas voltados ao desenvolvimento sustentável, num posicionamento propositivo frente aos desafios em sediar os Jogos Olímpicos de 2016, em específico uma proposta para a despoluição da Baía de Guanabara, pois Niterói fazia parte da raia olímpica que receberia os esportes náuticos. É neste contexto que surge o Programa Enseada Limpa, que elegeu as microbacias contribuintes das Enseadas de São Francisco e Jurujuba para receberem ações prioritárias, visando a melhoria da

⁷ Atualmente Niterói preside o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE) que congrega os municípios impactados pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que visa discutir políticas públicas a nível regional de mobilidade urbana, habitação, saúde. A atual gestão da Prefeitura tem se promovido através de políticas de inclusão e participação social, representadas pelo planejamento estratégico de Desenvolvimento de Curto, Médio e Longos Prazos, “Niterói que Queremos”, “Pela primeira vez, uma gestão municipal irá envolver profundamente a sociedade niteroiense para pensar em conjunto sobre o que nos aflige no presente e o que esperamos para o amanhã.” (NITERÓI, 2017).

balneabilidade, tais como: gestão de lixo nas comunidades, melhoria na infraestrutura de saneamento, campanha de ligação a rede coletora de esgoto e a gestão do Canal de São Francisco.

Embora haja um histórico de omissão do estado, é preciso relativizar a ausência de estado nesta localidade, principalmente a partir desta sendo eleita para ser desenvolvido o “projeto piloto” e, que posteriormente, seria estendido às outras regiões. Neste sentido a localidade passa a ser um laboratório para as políticas ambientais envolvendo populações de baixa renda, cujos indicadores de resultado principal se situam fora desta, como é o caso da melhora do índice de balneabilidade⁸, mas que traz benefícios diretos para a valorização imobiliária das residências de alto padrão situadas na orla.

Também no ano de 2013, outra iniciativa se inicia na localidade, o Projeto Ecomagente, realizado por duas ONGs (Instituto Ambiente em Movimento e Projeto Rumo Náutico) um projeto com o objetivo de empoderamento comunitário voltado às soluções das questões socioambientais tendo como eixo central os resíduos sólidos despejados no Canal de São Francisco.

É importante ressaltar o retardo na chegada dos serviços básicos, que historicamente prioriza os bairros mais nobres (a meta da melhora da balneabilidade pode ser visto como outra expressão deste mesmo processo) e quando há o atendimento de áreas periféricas este é precário e temporário. Principalmente após os deslizamentos de 2010 e toda a repercussão midiática, houve investimentos em contenção de encostas e urbanização nas comunidades da Grota e Igrejinha, mas que tão pouco duraram mais de dois ou três anos, e atualmente não há nenhum investimento neste sentido. Outra coisa que os eventos de deslizamentos atraíram foram projetos e ações ligadas ao meio ambiente. É neste contexto que o Projeto Ecomagente, assim como ações da prefeitura como o Programa Enseada Limpa e muitas outras ações da Defesa Civil e de outras ONGs se inserem, disputando terreno, causas e públicos alvos.

Estas informações preliminares sobre os modos de vida dos moradores será complementado ao longo da pesquisa, com a apresentação dos dados coletados sobre as práticas das populações locais que moldam o ambiente, o que considero uma forma própria de intervenção, que é por natureza heterogênea e não deixa de apresentar contradições, mas que incluem complexas redes de sociabilidades e de ajuda mútua, formas de ocupação e uso do

⁸ De janeiro a novembro, as praias de São Francisco, Charitas, Jurujuba, Adão e Eva estiveram próprias para banho em 62,58% do total de dias em que foram recolhidas amostras. Em 2013 esse índice foi de 27,8% (Niterói, 2017 b)

solo que extrapolam a clivagem rural/urbano, e conhecimentos ancestrais que circulam e interagem com conhecimentos técnicos e científicos dando espaço a uma grande diversidade de combinações.



Figura 1.6 Vista da parte alta da comunidade da Grotta

2.0 A “QUESTÃO AMBIENTAL” NAS FAVELAS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

É muito escassa a literatura acadêmica diretamente sobre a questão ambiental, movimentos ou projetos ambientais em favelas, ao mesmo tempo em que há muitas iniciativas neste sentido na região metropolitana do Rio de Janeiro, protagonizadas pelos mais diversos atores promovendo ações e debates através de diferentes arranjos como organizações do terceiro setor, pontos de cultura, movimentos informais, coletivos, grupos de estudo formados por universitários, redes que se conectam em diferentes níveis. Podem-se citar alguns destes atores: ASPTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), uma instituição pioneira na promoção da Agricultura Alternativa e a Agroecologia, com mais de 30 anos de existência, desde 2000 promove no Rio de Janeiro o Programa de Agricultura Urbana atuando em “arranjos locais” que ao todo congregam 200 agricultores urbanos no Complexo do Alemão, Pedra de Guaratiba, Vargem Grande, Campo Grande, Centro da cidade, Penha e Nova Iguaçu; Verdejar Socioambiental, presente há mais de 20 anos no Complexo do Alemão no último fragmento florestal da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, a Serra da Misericórdia, trabalhando paralelamente com a noção de “gestão ambiental residencial” através de tecnologias sociais de captação de água de chuva, aquecimento solar, compostagem e agricultura urbana; Rede Carioca de Agricultura Urbana, que articula uma série de atores da região metropolitana do Rio de Janeiro, diversos destes localizados em áreas de ocupação informal, promovendo mobilizações política para inserção da agricultura urbana nas agendas políticas; Formiga Verde, formado por moradores do morro da Formiga, zona norte do Rio de Janeiro, que trabalharam nos mutirões de reflorestamento e em projetos de hortas comunitárias da respectiva municipalidade; Museu do Rancho Verde, localizado no Morro do Bumba em Niterói, lida com as dimensões sócio/afetivo/ambiental através da linguagem da arte e terapia; Vale Encantado, comunidade situada dentro da floresta da Tijuca oferece serviços de turismo ecológico em trilhas e cachoeiras, tendo se mobilizado junto à universidade para a construção de sistemas de saneamento com biodigestores e a implementação de sistemas agroflorestais sintrópicos.

A questão das favelas e meio ambiente é tratada de forma pulverizada pela literatura acadêmica tributária das diferentes áreas do conhecimento, havendo poucas referências às iniciativas de atores locais. Existe uma série de publicações ligadas à arquitetura, urbanismo e

saúde que discutem sobre a justiça ambiental buscando refletir sobre a questão habitacional e a agenda ambiental (HERCULANO, 2006, 2008; POLLI, 2008; PORTO, 2012, 2015). O enfoque destes autores correspondem a diferentes abordagens da questão ambiental, mas que em certa medida buscam defender as favelas contra o discurso ambiental utilizado por setores dominantes da sociedade para legitimar remoções, salvaguardar áreas de preservação, bem como, outros interesses políticos e econômicos.

A seguir busco elencar a emergência das imagens construídas sobre a favela, iniciando pela clássica polaridade desta como “problema” ou “solução”, tentando entender como elas são acionadas ao longo do tempo e se constituem a partir de processos de disputas. Na sequência busco apontar em que momento a “questão ambiental” começa a ser mobilizada, que sentidos são disputados. Com isso pretendo trazer à tona os conhecimentos invocados e o conjunto de ações que decorrem destas interpretações, para ao final situar como esta pesquisa se insere neste debate e quais são suas possíveis contribuições.

2.1 A favela como um problema ou solução?

Uma perspectiva histórica das imagens atribuídas à favela aponta para que desde seu surgimento, e em toda sua existência, a favela tem sido alvo de discursos que a desqualificam e enquadram-na como um problema a ser resolvido, como local de carência, muitas vezes desconsiderando a ocupação histórica do local, os modos de vida, suas relações às pressões externas e os processos de superação e resistência que permeiam as relações sociais que são estabelecidas no seio de sua formação.

As sucessivas reformas urbanas, no final do século XIX e início de século XX, na região central do Rio de Janeiro tinham como referenciais padrões urbanísticos europeus, que se pautaram na expulsão e remoção dos “bolsões de pobreza” que habitavam os cortiços da época, tendo como caso emblemático o “Cabeça de Porco”⁹. A decorrente valorização imobiliária de determinadas áreas conjuntamente com a crise de moradia, deu início a uma massiva ocupação dos morros (VALLADARES, 2000). Esta forma como o poder público lida com as populações pobres na cidade evidencia que pouco se tem feito para a garantia do acesso a moradia e sua integração no tecido da cidade. Desta forma as ocupações informais ocorrem em áreas não incorporadas pelo mercado imobiliário formal, e são geralmente

⁹ Era composto por barracos e habitações precárias muito parecidos com aqueles identificados posteriormente no Morro da Providência. Valladares (2000, p. 24 *apud* Vaz, 1986) considera que estes cortiços podem ser considerados o “germe” da favela.

desfavorecidas em termos das condições ambientais, seja em solos instáveis das encostas de morro, ao longo de rios que em época de chuva transbordam, seja em cima de manguezais.

Em sua gênese, a favela é vista pelos higienistas como uma “doença” a ser tratada, sendo os primeiros profissionais a escrever sobre o assunto, médicos, engenheiros e arquitetos que se aventuravam a subir o morro. O primeiro documento oficial a reconhecer a existência da favela é o *Código de Obras* de 1937, no Capítulo XV, Seção II, sob a ótica de um problema a ser resolvido e condenando este padrão de habitação por sua qualidade de “desordem” (VALLADARES, 2000).

Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

A culpabilização das populações pobres pela “desordem urbana” é acionada sem que seja questionada porque a situação destas populações é assim, não se faz correlação sobre como a intervenção do poder público assevera as desigualdades nas cidades e não apresentam alternativas a tais populações.

É importante ressaltar a posição contraditória do Estado que ora proíbe ora permite. Um exemplo disso é o caso dos combatentes de Canudos que aguardando o recebimento do soldo ocuparam temporariamente o morro da Providência, considerada a primeira favela do Rio de Janeiro, que acabou dando margem aos loteamentos informais que também receberam os moradores expulsos do “Cabeça de Porco”. Posteriormente este assentamento se perenizou em lutas contra as tentativas posteriores de remoção.

Esta perseguição da favela é entremeada por processos recorrentes de tolerância parcial que trazem mobilizações em prol de infraestrutura. A partir de 1940, o Partido Comunista ganha força ao promover um trabalho de assistência com médicos e professores nas favelas, e no início da década seguinte auxilia o surgimento de associações de moradores envolvendo 12 favelas. Como resposta a tal crescimento a ala conservadora da Igreja Católica cria a Fundação Leão XIII, em 1947, com o propósito de fornecer assistência educacional, de saúde e na construção de conjuntos habitacionais populares. Outra iniciativa da Igreja, considerada da ala esquerda e capitaneada pelo bispo Dom Helder, é a Cruzada São Sebastião com o principal objetivo promover a integração dos “ex-favelados” na vida normal do bairro, ou seja, é proposta uma elevação dos moradores de favela ao estatuto de “comunidade”,

pautando-se em conceitos de protagonismo, autonomia política e a possibilidade do desenvolvimento comunitário. Esta imagem da favela rompe com a visão de “um mal a ser extirpado”, assim como, de sua vulnerabilidade frente às políticas clientelistas e assistencialismos. Posteriormente, Padre Lebrez irá consolidar uma alternativa humanista e solidária, simultaneamente antimperialista e anticomunista, que buscasse promover as mudanças sociais necessárias e o desenvolvimento econômico, a partir de um estudo detalhado com rigor científico sobre as favelas (VALLADARES, 2000, p. 74- 83). Em conjunção com as recomendações das Nações Unidas sobre desenvolvimento comunitário, esta abordagem das favelas ganhou força e irá desencadear uma série de desdobramentos políticos em resposta às tentativas de remoção de favelas e na reivindicação de acesso à infraestrutura básica. As favelas se organizam através da fundação de uma série de associação de moradores e da Federação de Associações de Favela do Rio de Janeiro (FAFERJ), promovendo mutirões em conjunto com organismos oficiais que desencadeou uma série de obras de pavimentação, saneamento, contenções, construção de equipamentos públicos e centros comunitários, além de reflorestamento de encostas. É justamente a partir do acumulado destas experiências que cria-se uma polaridade no debate sobre a questão das favelas: urbanização *versus* remoção.

A década de 70 é marcada pela atuação impactante do governo federal, através do Banco Nacional de Habitação (BNH), muitas críticas são tecidas às remoções em massa feitas nesta época. Mudanças nas políticas internacionais da ONU irão desestimular tais remoções, principalmente durante a Primeira Conferência do Hábitat, em 1976. Durante a década de 80, com o processo de redemocratização do país em curso e a extinção do BNH, os governos estaduais e as municipalidades exerceram um protagonismo importante, desenvolvendo projetos piloto de urbanização de favelas. Um exemplo disso é, durante a gestão de Leonel Brizola, a urbanização das comunidades de Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, que serviria de base para programas subsequentes como o Programa Favela Bairro de 1993 a 2000, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento na ordem de 180 milhões de dólares. As linhas gerais de atuação deste programa se resumiam em fornecer infraestrutura básica (vias de acesso, saneamento, acesso à luz, alternativas para recolhimento de lixo, equipamentos sociais e de lazer) e deixar por conta dos moradores a construção das moradias.

Mike Davis (2005) aponta para uma mudança interna nas recomendações do Banco Mundial, a partir das contribuições de John Turner, que proclama que a favela deveria ser

vista mais como solução do que um problema, elogiando assim a *práxis* dos pobres¹⁰ e a autonomia na construção de ambientes. Sendo assim o estímulo da intervenção do poder público deveria ser no sentido de urbanizar tais localidades, entretanto, para Davis, isto não passaria de uma “cortina de fumaça” que reforça a política neoliberal de omissão estatal e a falta de uma resposta à questão da pobreza urbana, e desta forma a urbanização de favelas não passaria de uma “ilusão da autoajuda”.

Estes investimentos foram feitos no sentido de reconhecer a favela como uma solução dada à questão habitacional nas grandes cidades do Terceiro Mundo, entretanto não é em si uma posição definitiva nem completamente unânime, pois não deixaram de haver remoções e dispositivos de controle de sua expansão horizontal, como aponta para tal preocupação os autores Vial e Cavallieri (2009) no caso POUZO (Posto de Orientação Urbanística e Social) no Programa Favela Bairro.

Os investimentos mais recentes em urbanização de favelas foram feitos através do Programa de Aceleração do Crescimento 1 e 2, através da linha específica: Social e Urbano (Saneamento, Habitação, Transporte Urbano, Luz para Todos e Recursos Hídricos). Diferentemente do Programa Favela-Bairro, os recursos do PAC advinham do Tesouro Público, da união, do estado e do município, de forma que não há financiamento e geração de dividendos, não havendo o contingenciamento de recursos o que contribuía para reforçar o ritmo “acelerado” no qual tais obras deveriam ocorrer. Como aponta Trindade (2009), ao se debruçar sobre o caso do PAC em Mangueiras, tais obras tenderam a reforçar as assimetrias internas das favelas, não houve um planejamento executivo claro e a participação da população na definição das obras foi contestável e no mínimo dúbia. O ritmo acelerado no qual tais obras foram tocadas fez com que os projetos fossem modificados constantemente dificultando o controle de custos. O PAC-Favelas conjuntamente com as UPPs, foram assim concebidos também para cumprir a agenda política frente às demandas dos grandes eventos esportivos (Copa 2014 e as Olimpíadas de 2016), atrelando a imagem redentora da suposta “presença do Estado” que supostamente “passaria a ocupar um suposto vácuo de poder”, o que por si desconsidera a construção histórica das relações de poder e lógicas territoriais da favela (CAVALCANTI, 2013).

Além das obras propriamente de infraestrutura, uma porcentagem de 0,5 a 3% dos recursos do PAC deveria ser destinada a projetos sociais a serem realizados na localidade (PEAMSS, 2009). Particularmente pude participar de alguns que se propuseram a trabalhar a

¹⁰ Tais como: a característica orgânica e criativa das autoconstruções a se adequarem as especificações do terreno; a flexibilidade destes espaços em desempenhar multifunções como moradia.

“questão ambiental” com os moradores, ficando restritos a uma abordagem comportamental desta e na tentativa de aliar formas de geração de renda como reciclagem, agricultura urbana, artesanato, entre outras atividades. Esta perspectiva é ampliada por Gerhardt (2014) aos esquemas de licitações que envolvem os “grandes projetos de desenvolvimento” muito comuns na política neodesenvolvimentista pós anos 2000 em diante. Estes projetos sociais e ações de mitigação são empreendidos por “entidades satélites” (empresas da área de comunicação, escritórios de arquitetura e ONGs) que orbitam em torno das grandes empreiteiras e consórcios, desempenhando um caráter “cosmético” em vincular a imagem de responsabilidade social e ambiental a tais empreendimentos, sem jamais contestar a validade ou necessidade de tais projetos (GERHARDT, 2014).

Nesta análise das imagens associadas à favela é possível apontar para uma atual repaginação das remoções utilizando-se de categorias baseadas na legislação ambiental, como é o caso das famílias residentes em “áreas de risco”, que tem sido uma imagem que vem sendo reforçada após os deslizamentos ocorridos em 2010 e 2011, na região metropolitana do Rio de Janeiro e na região serrana. Conjuntamente com a “crise da segurança” estas imagens legitimam a intervenção do poder público e elevam à categoria de fato consumado, ou seja, não há uma discussão clara sobre a necessidade ou a forma de intervenção.

A polarização entre remoção ou urbanização caracterizam ondas ressurgentes, nas quais é importante ressaltar que a partir de sua publicização e politização o próprio discurso ambiental passa a se tornar uma possibilidade para legitimar o controle da expansão de tais assentamentos. Esta preocupação com a “questão ambiental” do governo existe ao mesmo tempo em que este mesmo promove os “grandes projetos de desenvolvimento” em outras áreas, muitas vezes com severos impactos ambientais e sociais. São portos, termoelétricas, hidrelétricas, mineração, commodities agrícolas, indústrias com alto potencial poluidor e consumo energético, os grandes eventos esportivos e religiosos e projetos de “pacificação” e “revitalização” urbana (GERHARDT, 2014, p.59). Isto aponta para o caráter contraditório que o governo assume, em suas diferentes esferas, por um lado criando categorias e dispositivos de controle da expansão das favelas sobre as áreas de preservação, e por outro causando uma série de impactos ambientais e sociais em nome do “desenvolvimento”. Diversos autores vem consolidando uma crítica a esta confluência política vivida nas últimas décadas:

O enfoque socioambiental crítico em construção (Porto, Rocha e Finamore, 2014) tem articulado ecologia e política e aprofunda a análise do fenômeno da

globalização e o crescimento do neoextrativismo no chamado Sul Global, incluindo aí países da América Latina, Ásia e África.

No caso brasileiro, a intensificação por novos territórios e recursos naturais em setores como o agronegócio, mineração, produção de energia, novas infraestruturas e complexos industriais- portuários resulta em significativos impactos sobre os ecossistemas e a vida das populações vulnerabilizadas nos campos, florestas, águas e cidades. (PORTO, 2015)

Tanto as contribuições de Gerhardt (2014) quanto de Porto (2015), evidenciam a cidade como um espaço de disputas, inserida em processos macro de acumulação de capitais. Mesmo com investimentos significativos do governo nos últimos anos, este é marcado pelo caráter neodesenvolvimentista, dando continuidade aos processos de espoliação ambiental e da desterritorialização de populações pobres. Processos estes que são presentes desde a gênese da favela, antes mesmo desta vir a ser considerada um “problema” ou “solução”.

2.2 Remoções de favelas

O histórico de remoções na cidade do Rio de Janeiro aparece como uma constante sempre ligada a projetos de “embelezamento” desde a época do Império e da República, nas tentativas frustradas do Banco Nacional da Habitação (BNH) na década de 60 e 70. Mais recentemente os projetos de “revitalização” implicam na retomada das remoções na cidade do Rio de Janeiro, ocasionadas pelos grandes eventos esportivos que reforçam a exclusão de populações menos favorecidas em prol da abertura de espaço para empreendimentos de capital. Segundo Azevedo (2016) mais de 65 mil pessoas foram removidas entre 2009 e 2013. O atual prefeito Marcelo Crivella apresentou o Plano Estratégico em julho de 2017 prevendo a remoção de 14 mil famílias em “área de risco” no entorno do Maciço da Tijuca. Conflitos em âmbito federal continuam a ameaçar as famílias das comunidades do Horto, Radio Sonda, Maracajás, Cantão, Tubiacanga, Vila Hípica e Araçatiba.

Na cidade de Niterói está em processo de viabilização o projeto de “Requalificação do Centro” que prevê a criação de 5 mil unidades habitacionais visando o atendimento das vítimas do desastre de 2010 e para receber os moradores de “áreas de risco”. Nestes processos de remoções tem se utilizado da categoria de “áreas de risco” recorrendo aos casos emblemáticos como o Morro do Bumba, para fortalecer a imagem de que estas populações constroem suas moradias sem considerar as normas e a legislação ambiental, se tornando

assim um fator agravante destes desastres. Em tais formulações não se considera, no entanto, a histórica ausência de uma política habitacional para as camadas populares que acarretou a ocupação destas áreas.

O caso do Morro do Bumba, em Niterói, traz em si um equívoco no qual o poder público atuou na urbanização, construindo unidades habitacionais e equipamentos sociais sobre uma antiga área de despejo de lixo, que sob chuvas fortes em 2010 cedeu ao excesso de carga. Como aponta Herculano (2006) os meios de comunicação muitas vezes tratam estes casos como uma fatalidade e resultado da fúria da natureza, “as fortes chuvas fizeram desabrigados...”, entretanto a autora aponta para o processo gradual de construção social e paulatina das catástrofes, composta por uma sucessão de erros e omissões do poder público, e a falta de medidas preventivas e de uma política habitacional e urbana consistentes.

Esta política de remoção de caráter emergencial tem demonstrado uma série de ingerências e incapacidades de lidar com este “risco” criado, não são poucos os exemplos dos moradores que receberam apartamentos em conjuntos habitacionais ou o aluguel social, mas continuam a manter suas residências nas “áreas de risco”, que são reconstruídas, alugadas ou ocupadas por novos moradores, impedindo a remoção efetiva. Não só pelos motivos de ordem financeira os moradores se recusam a viver em conjuntos habitacionais longe do mercado de trabalho, mas também por não permitir que a extensão da casa seja também a oficina, que haja espaço para um quintal que porventura possa se plantar ou criar animais, que se tenha um espaço que seja livre do portão pra dentro para fazer como se bem entende, assim como, a disponibilidade de espaço para ampliação da construção que acompanhe o crescimento da família. Novamente Herculano (2013) traz outro exemplo de um conflito ambiental que em seu centro está a remoção de posseiros pobres de ocupação antiga, para abrir espaço para um “bairro-modelo”, um conjunto habitacional de “interesse social”, em Pendotiba na região do cinturão verde de Niterói, para justamente receber os moradores que perderam suas casas no Morro do Bumba.

No processo de remoção são destruídos os modos de sociabilidade coletivas, as reciprocidades que não visam lucro, as redes de apoio mútuo de longa data, todos estes elementos fundamentais para a reprodução dos modos de vidas destas populações (HARVEY, 2012, p. 20-21). Além disso, é preciso considerar que também o ambiente é um importante fator na conformação e reprodução de modos de vida, relações de pertencimento e identidades. A pessoa que é relocada em um conjunto passa a habitar um ambiente altamente urbanizado, verticalmente orientado, com protocolos de uso e manutenção, e, em muitos casos

convivendo com pessoas deslocadas de outras comunidades que nunca tiveram contato anteriormente. Os projetos sociais que acompanham a “entrega das chaves” (quando existentes) atuam em prazos curtíssimos tentando estabelecer organizações sociais de condomínios através de estatutos e eleições de síndicos e subsíndicos, algo que é por natureza muito diferente da maneira com que estes moradores se organizavam anteriormente. Não é raro que na saída destas empresas o tráfico ou a milícia ocupa este vácuo.

Nesta relação conflituosa e muitas vezes contraditória vemos o embate entre o poder público, a sociedade civil e os moradores de favela, ao mesmo tempo em que agendas políticas acabam se chocando pela falta de articulação e uma ação transtomatual entre estas.

2.3 Agenda Habitacional vs. Agenda Ambiental

É apenas na segunda metade do século XX que a questão ambiental ganha repercussão e mais recentemente é confrontada com a questão habitacional, como aponta Gondim (2012):

Apesar de a problemática ambiental ser oriunda das ciências naturais e inicialmente restrita aos meios científico, técnico e governamental, sua publicização foi acompanhada de uma crescente politização. A recepção do meio ambiente como objeto de estudo das ciências sociais acompanhou o debate público sobre a temática, capitaneado pelos movimentos sociais. A questão ambiental tornou-se pervasiva, deixando o nicho de uma “natureza intocada” para emergir, de forma conspícua, em uma realidade representada como o seu outro: a cidade (p. 128).

Desta forma a partir da década de 1970 a agenda ambiental e a habitacional entram em conflito sobre o uso e ocupação do solo principalmente nestas áreas de risco protegidas pela legislação. É importante situar que neste momento está ocorrendo a inversão do contingente populacional do meio rural para o urbano, para dar suporte a intensa industrialização do país, formando as famosas “reservas de mão de obra”. Este contingente de desempregados se mostra muito importante na dinâmica do capital, pois aumenta a competição, o que fragiliza os laços de solidariedades entre trabalhadores, que acabam amedrontados pelo fantasma do desemprego. A chegada constante destes contingentes populacionais à cidade não foram acompanhados pela criação de novos empregos e infraestrutura urbana, gerando um grande

déficit habitacional¹¹. A tão conclamada “desordem urbana” configura a ordem espacial própria do capitalismo brasileiro de baixos salários, que não incluiu o custo da moradia nos salários (MARICATO, 2000), o que pode ser visto como uma estratégia de aumento de competitividade para inserção nos mercados mundiais dentro da lógica capitalista.

Assim o grande desafio teórico aqui é articular esta questão habitacional, e todo histórico de omissão para com determinadas populações, sem também desprezar o valor e importância das áreas de preservação. Para que se tenha um avanço consistente é necessária a garantia de condições dignas de reprodução social e o exercício de cidadania dos pobres urbanos (SOUZA, 2014). Seguindo estes apontamentos é possível constatar claramente a impossibilidade de tratar a “questão ambiental” desvincilhada destas especificidades que estão conectadas à origem das favelas.

A separação da questão ambiental da social também é algo a ser revisto, o que também poderia ser considerado uma questão social perpassada por uma polaridade do caráter universal/particular da questão ambiental, numa abordagem construtivista.

Esta polaridade expressa as tensões e articulações possíveis entre, de um lado, a atribuição de universalidade ao interesse em relação ao "problema ambiental" e, de outro, a inserção "local" das visões em disputa (FUKS, 1994).

Dentro desta perspectiva o conceito de “ambientalização” (Leite Lopes, 2004 p.) dos conflitos nos sugere que a “questão ambiental” como um novo fenômeno mas inserido em processos históricos, ou seja, uma repaginação de antigos conflitos sociais. Como é possível enxergar os problemas ambientais nas favelas sem discutir as questões de habitação? Frente a esta indagação óbvia, seria mais adequado indagar o que permite que muitas vezes a “questão ambiental” possa ser tratada sem considerar tais conflitos antigos ou as especificidades de cada recorte social?

Um exemplo ilustrativo da desacoplagem destas duas questões pode ser extraído, a partir de uma análise ontológica, de um dos maiores símbolos da sustentabilidade na atualidade: a imagem do Planeta Terra. Essencialmente esta é uma representação que posiciona o homem como observador, fora do objeto de preservação, reiterando a divisão moderna homem-natureza (Ingold, 2002 p. 209-218). Justamente por partir de tal divisão, se torna possível um ambientalismo universal que não necessariamente consideraria as questões de classes, vínculos de identidade mais amplos, como a etnia e o gênero (Fuks, 1998). Desse

¹¹ Atualmente estima-se para a cidade do Rio de Janeiro um déficit habitacional da ordem de 300 mil residências (RIO DE JANEIRO, 2010). Para Niterói temos a condição de déficit de 10.004 unidades habitacionais (HERCULANO, 2013 *apud* Prefeitura de Niterói e Lates Consultoria).

modo são impostas condutas homogêneas que desconsideram as diferentes percepções locais do ambiente.

Este paradigma dominante do ambientalismo preconiza uma transição para uma vida mais sustentável a partir do indivíduo, através da mudança das atitudes, comportamentos e escolhas. Vê-se um crescente número de ações de educação ambiental, campanhas, projetos, políticas públicas, focando apenas a mudança para adoção de comportamentos padronizados, como se fosse possível uma pasteurização social através educar as pessoas sobre as consequências de suas ações ou por oferecer benefícios e incentivos econômicos.

Esta visão tem consequências políticas que parte da concepção que o papel do Estado é de encorajar os cidadãos a terem comportamentos em prol do meio ambiente, enquanto ao mesmo tempo este mantém instituições insustentáveis, projetos desenvolvimentistas altamente impactantes, projetos de revitalização e embelezamento que continuam a flagelar o meio ambiente e as populações pobres (SHOVE; PANTZAR; WATSON, 2012, p. 18 e 179).

De um lado vemos que a questão habitacional continuando a ser postergada e tratada com ações paliativas dentro de ciclos políticos, por outro lado a questão ambiental muitas vezes é acionada para fazer valer interesses dos grupos dominantes, mas que também encontra desafios imensos e dificuldade em “adestrar” as camadas mais populares.

A proteção ambiental tende a se concentrar em determinadas coordenadas socioespaciais de interesse, constituindo-se como um bem coletivo, entretanto a distribuição de tais benefícios ou “serviços” pode estar fortemente concentrados a um grupo restrito (FUKS, 1998), vemos assim que a favela não é comumente tratada como um “público beneficiário” deste tipo de política conservacionista, pelo contrário, este discurso é mobilizado de forma a criar uma culpabilização destas populações pela supressão das últimas “áreas verdes” da cidade, mesmo nos casos dos surgimentos favelas sendo anteriores a delimitação dos polígonos que conformam as áreas de preservação.

2.4 A crítica à favela como uma ameaça ao meio ambiente

Fuks (1998) expõe o “pacote interpretativo”, extraído de pronunciamentos oficiais e artefatos midiáticos da década de noventa no Rio de Janeiro, que teria a função de organizar a base ideológica que sustenta o discurso da favela como ameaça, as quais são utilizadas tanto pelo senso comum, pela mídia, atores mais variados, bem como, por órgãos públicos e autoridades, qualificando a favela da seguinte maneira:

Sua presença gera desordem, modificando o traçado de vias projetadas, comprometendo a utilização de áreas públicas e impedindo a preservação do meio ambiente... Além de ser um solo propício ao oportunismo (político, financeiro), a favela é o principal fator responsável pelo crescimento desordenado da cidade e, conseqüentemente, pela degradação ambiental. Seja por insuficiência de recursos ou por ausência de vontade política, a administração pública é omissa. A curto prazo, a única forma de se proteger o meio ambiente é através da remoção desta população para longe das áreas de proteção ambiental (p. 13).

A crítica marxista considera que o discurso ambiental é utilizado pelas classes para manter sua hegemonia, de forma que as populações pobres são vítimas das externalidades da produção de riquezas e da “acumulação por despossessão” que causaria o deslocamento de contingentes do rural para o urbano (HARVEY, 2012). Desta forma estas populações são colocadas na condição de “favelizadas”, sendo expostas às condições precárias de infraestrutura e em contato com altos índices de poluição (em torno de polos industriais) ou em áreas mais suscetíveis a desastres ambientais (deslizamentos de encostas e inundações) (HERCULANO, 2002).

Herculano (2008) ao apresentar o campo da Justiça Ambiental, caracteriza da seguinte maneira a condição destas populações e sua atuação política:

Por conta da vulnerabilidade dessas populações e do baixo grau de associativismo e de exercício de cidadania ainda presentes na cultura política brasileira, as iniciativas que convergem para a temática da Justiça Ambiental têm se desenvolvido mais através de movimentos ambientalistas formados por uma classe média de alta escolaridade e mais informada, alguns sindicatos profissionais, como os dos químicos e petroleiros, e comissões de meio ambiente de federações sindicais, do que por conta de movimentos de base e/ou coalizões de movimentos de cidadãos pobres afetado... (Herculano, 2008)

Existe nesta abordagem uma questão intrínseca de representação política, que obviamente cumpre uma demanda que se pode considerar de caráter emergencial, no entanto, instaura uma condição de “carência” e da necessidade destas populações serem representadas por uma classe “mais informada”. Não quero me estender sobre as questões sobre representação política ou a análise de movimentos sociais, mas apenas apontar que em se tratando destas populações faveladas, é preciso voltar a análise para os diferentes repertórios

de ação de tais populações, em resposta a tais processos de espoliação e integração ao sistema capitalista. Nem toda atuação política se dá no campo dos movimentos sociais, pois se mantém restritos à dimensão cotidiana e apresentam uma amplitude que precisa se reconhecida na conformação das relações com o ambiente¹².

Não é possível reduzir estas restrições estruturais a categorias sociológicas e hierarquias baseadas em classe, gênero, status, etnicidade, descoladas do seu contexto específico e sua própria geração. É preciso estudar como estas questões surgem e tomam forma pelos processos de interação entre indivíduos e suas redes conformando um modo de vida. O conceito de modos de vida expressa assim o esforço de determinados grupos em sobreviver, buscando sanar suas necessidades de reprodução social, lidando com incertezas, respondendo a novas oportunidades e escolhendo entre diferentes posicionamentos. Modos de vida são individualmente e coletivamente construídos e representam assim padrões de interdependência entre necessidades, interesses e valores de grupos particulares (Long, 2001, p. 50, 54).

Um rápido exemplo que se pode mencionar aqui é quanto ao “deslocamento” de populações rurais para servir de “mão de obra barata” na cidade. Primeiramente este não é um processo acabado, pois fluxos do campo para a cidade e vice-versa continuam a ocorrer. O deslocamento para a vida urbana para muitos é percebido como uma melhora nas condições de vida e de trabalho, e esta mudança só foi possível pela construção de circuitos entre os próprios moradores baseados principalmente em laços de parentesco e redes de ajuda mútua (Lomnitz, 1977). Muitos moradores vieram para a cidade pois tinham um familiar que poderia ajudar no período de adaptação e a encontrar um emprego. Neste processo existem muitas manobras, desvios e resistências que atuam sobre a manutenção de modos de vida dos moradores e nem sempre são mediadas pela lógica capitalistas. Atualmente com o aumento da densidade populacional das favelas, pela falta de emprego nas cidades e pelos incidentes de violência, muitos moradores estão comprando de lotes maiores em outras regiões rurais circundantes ou voltando para o local de origem¹³. Resumidamente, existem relações que não são apagadas por tais processos de espoliação e dispossessão e que encontram novas formulações que advém da manipulação do próprio sistema por tais moradores.

¹² Para Scott (1990) a resistência cotidiana tem consequências que se equiparam ou suplantam a atuação política dos movimentos sociais contra as formas de extração e dominação, impondo limites às classes dominantes.

¹³ Embora seja comum o histórico de dívidas que levam a venda dos imóveis rurais no passado, ou os processos de dispossessão e concentração de terra por parte de grandes empresas que acarretam o deslocamento destas populações, há muitos casos em que a terra de onde vieram ainda é propriedade da família ou fluxos de recursos e pessoal continuam a ocorrer.

2.5 Síntese: uma “questão ambiental” mais sensível às diferentes formas de uso do ambiente

Algumas proposições formuladas por cientistas e políticos, seja em debates internacionais ou na formulação de políticas públicas, incidem sobre os mais diversos ambientes visando estabelecer práticas padronizadas que visam melhorar genericamente as condições ambientais, entretanto isto retira o espaço da experiência individual das populações locais e sua relação com o ambiente (INGOLD, 2002). Estas proposições desconhecem a própria dinâmica das formas locais de relação com o ambiente e se pautam em padrões externos às lógicas e racionalidades locais, chegam assim ao território através das mais diversas vias: políticas públicas, sistema educacional, aplicação da legislação, terceiro setor, negócios sustentáveis, mediadores e lideranças locais, meios de comunicação, entre outros.

Segundo Fuks (1998) é preciso construir dispositivos que permitam a "audibilidade" das versões do meio ambiente buscando um conceito mais inclusivo sobre as questões ambientais, “abrigando as reivindicações, projetos e compreensões distintos que a pluralidade dos grupos que constituem a sociedade estão inclinados a associar a ele”. Acselrad (2004, p.12) afirma que o desafio está no “desenvolvimento de um olhar sobre a questão ambiental que se faça sensível ao papel da diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material.”

Tanto Fuks quanto Acselrad reivindicam uma maior atenção tanto às dimensões objetiva quanto subjetiva que compõe a relação sociedade natureza das diferentes populações, a partir de uma sensibilidade à multiplicidade e especificidade. Retomando o eixo central da presente pesquisa, é possível situar esta tentativa a partir de determinadas percepções, conhecimentos e práticas de moradores de favela entendendo os valores que levam à conformação deste ambiente específico e suas redes de sociabilidade decorrentes, de forma a questionar determinadas imagens que colocam a favela como “problema”, “ameaça ao meio ambiente”, “populações carentes” ou “desarticuladas politicamente”.

Esta análise das imagens atribuídas à favela traz elementos pertinentes para entender os processos históricos e conflitos socioambientais nos quais estas populações estão imersas, assim como a situação estrutural que gera os processos de favelização. Mas tais formulações são pouco explícitas sobre como estes processos são vividos no cotidiano da favela e quais são as percepções, conhecimentos e agenciamentos decorrentes. Tal tarefa é um grande

desafio, justamente por ter que lidar com uma grande variedade de posicionamentos distintos dos próprios moradores da favela, inclusive aqueles que reforçam os processos de exclusão social, discriminação e espoliação do ambiente.

Desta forma a presente pesquisa é o exercício de um olhar antropológico a partir das percepções dos moradores de favela sobre o meio ambiente de forma a buscar como estas se articulam em agenciamentos cotidianos. Veremos no capítulo seguinte como em uma determinada intervenção as diferentes percepções sobre o ambiente ficam evidentes, sendo possível ver operando as lógicas, conhecimentos e práticas que se remetem aos universos cognitivos de moradores da favela e técnicos da área ambiental.

3.0 A PRODUÇÃO INTERCOGNITIVA NA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O objetivo deste capítulo é analisar a relação intercognitiva entre agentes externos (técnicos do Projeto Ecomagente) e moradores locais, que conjugam tanto conhecimentos científicos e locais para compor seu agenciamento, e desenvolvem formas específicas de intervir no ambiente. Esta interação dá origem a novas percepções, compondo assim um terceiro conjunto de conhecimentos e práticas de natureza híbrida.

Neste capítulo, as percepções foram extraídas de entrevistas, conversas informais e pela observação participante durante o trabalho de campo. Algumas percepções foram resgatadas da época que integrei a equipe de técnicos. É necessário pontuar que meu envolvimento como técnico (2013-2015), e, posteriormente como pesquisador (2016-2018), acarretou uma mudança de perspectiva e da relação com a comunidade. Quando me refiro à categoria “técnicos” poderia também utilizar o termo “educador ambiental”, pois tal função era atribuída pelo projeto, mas não apenas no sentido de “conscientizar” ou “sensibilizar” os moradores para a questão ambiental, mas de promover uma mudança concreta, uma transformação daquela realidade precária, que implicaria em ver novas práticas e tecnologias modificando as relações da comunidade com o meio ambiente. Como técnico minha principal preocupação era de buscar conhecimentos e práticas, ligados à melhoria das condições ambientais, que fossem relevantes no cotidiano dos moradores. Ao longo de minha interação com moradores, aos poucos se tornou mais claro que a dimensão desta transformação era muito diferente daquela imaginada por mim e pelos outros técnicos, pois uma série de restrições e “desafios” se impunham. A mudança para uma perspectiva mais analítica voltada à pesquisa, menos ligada à necessidade de intervir, trouxe o olhar para como estas restrições são encaradas pelos moradores no cotidiano e que isto compunha um conhecimento relevante. A necessidade de “trazer” conhecimentos, no papel de técnico, muitas vezes dificultava o reconhecimento e aprofundamento neste conhecimento gerado pelos moradores em sua luta diária.

É preciso esclarecer que meu objetivo não é recomendar determinado funcionamento ou tipo de intervenção, mas extrair reflexões a partir de uma experiência de intervenção e,

principalmente, apontar para as suas transformações das percepções de técnicos e moradores sobre a “questão ambiental” decorrentes da interação no campo, algo muitas vezes pouco considerada na formulação das intervenções.

Para trabalhar com estes dois universos cognitivos diferentes utilizarei o conceito de “interface” de Long (2001, p. 189) que seria um ponto crítico de interseção entre visões de mundo, de técnicos e moradores, onde “descontinuidades sociais” estão mais comumente localizadas, expressando as discrepâncias de valores, interesses, conhecimento e poder. Estas descontinuidades são mais claramente vistas nas situações onde os atores e seus cognitivos interagem em torno da construção de pontes, da compatibilização ou da luta de um contra o outro. Nesse sentido, considero o projeto analisado como uma interface entre técnicos e moradores com diferentes percepções em relação à “questão ambiental” na comunidade, na qual diferentes conhecimentos são acionados, testados e conjugados com as práticas. A visão dos técnicos baseada em valores e noções diferentes daqueles compartilhados pelos moradores, são constantemente moldadas neste processo de interação, emergindo assim conhecimentos híbridos decorrentes de alterações nas percepções. Para exemplificar, mostrarei mais adiante como os conhecimentos sobre cultivo de plantas, compostagem ou de tecnologias de saneamento ecológico são modificados ao longo da interação entre técnicos e moradores, seja para habilitá-los como uma “solução”, seja ao se inserir no cotidiano da comunidade.

Em termos analíticos, tomarei cada um destes universos como constitutivos de uma “comunidade epistêmica” (CE), no sentido que é dado por Long (2001, p. 190). Para este autor, a CE é composta por indivíduos que, grosseiramente, compartilham das mesmas formas e fontes de conhecimento. Ao invés de ser um esquema de conhecimentos sistematizados, compondo a base de leis que regulam a vida social (mapas cognitivos), tal conceito expressa o produto da interação, negociação e acomodação entre as diferentes visões de mundo dos atores em questão. Para analisar o Projeto Ecomagente é preciso articular os conceitos de interface com o de comunidade epistêmica a fim de entender o processo interacional e dinâmico da construção dos conhecimentos. Esta relação desencadearia o reforço ou a transformação dos tipos de conhecimentos existentes ou a emergência de novas formulações. Esses conhecimentos passariam por uma constante construção e revisão baseadas na experiência cotidiana dos atores. Neste sentido este novo conhecimento, tanto o dos técnicos como os dos moradores da comunidade, seria mais um resultado dessa interação do que da

mera transferência de significados ou de tecnologias, sendo, portanto, produto do diálogo e da negociação.

Segundo Haas (1992) o termo comunidades epistêmicas (CE) tem sido usado de diferentes maneiras, mais frequentemente para se referir às comunidades de cientistas¹⁴. O que o autor propõe é uma definição mais estrita, não é simplesmente um grupo de pessoas que compartilha a fé de que o método científico é uma forma de gerar a verdade, pois isto não leva em conta que esta fé une pessoas com interpretações contrastantes da informação gerada. O que uniria os membros de uma mesma CE é a crença na veracidade e aplicabilidade de formas particulares de conhecimentos e verdades específicas. Resumidamente, trata-se de um grupo sociológico com um estilo comum de pensar, que compartilhariam entendimentos intersubjetivos, tendo uma forma compartilhada de conhecer e seguindo um padrão de raciocínio.

Embora utilize as CE para uma gama diferenciada de grupos sociais, Long (2001) propõe sua aplicação nas situações de interface ocasionadas por projetos ou programas de desenvolvimento rural. Este conceito é utilizado para demonstrar que existe uma diferença substancial entre as fontes e repertórios de conhecimentos dos "agentes do desenvolvimento" (burocratas, cientistas e extensionistas) e do "público alvo" (agricultores e comunidades locais). Long ao apresentar seu estudo de caso da interface entre burocratas e agricultores de *La Lobera*, apresenta gradualmente os conhecimentos e lógicas que os atores compartilham dentro de suas respectivas comunidades epistêmicas.

Nesta interpretação o processo constitutivo das CE são as situações de interação em diversas interfaces com agentes externos. Os fluxos de comunicação e troca entre os diferentes atores - como ocorre, no caso da presente pesquisa, entre moradores de uma favela e entre diferentes tipos de agentes externos, como representantes do poder público, ONGs, etc., com os quais eles interagem - são de extrema importância para definir os conhecimentos e crenças dos moradores em oposição aos pontos de vista dos agentes externos.

¹⁴ O recorte analítico deste autor é sobre a capacidade destas CE em influenciar o posicionamento dos estados nas políticas internacionais sobre meio ambiente (destruição nuclear, camada de ozônio e caça as baleias). Esta rede de conhecimentos experts seria responsável por articular os relacionamentos de causa-e-efeito de problemas complexos, ajudando os estados a identificar seus interesses, organizando as questões para o debate coletivo, propondo políticas específicas, e identificando pontes salientes para a negociação. As informações geradas por tais CE não são dados brutos, mas sim produto das interpretações dos fenômenos sociais e físicos.

Tanto para Long quanto para Haas a análise de redes ajuda a identificar as fronteiras das CE e a caracterizar sua estrutura e conteúdos. Para procurar deixar mais claro possível a operacionalização deste conceito é preciso mapear e identificar os princípios estruturantes destas redes, sem deixar de mencionar as diferenciações internas em termos de repertório de conhecimentos e sua aplicação. Sendo assim, antes de adentrarmos nas percepções de técnicos e moradores, irei listar algumas crenças e percepções compartilhadas, e ao longo do resto do capítulo, demonstrar como estas são tensionadas, alteradas ou reforçadas pelo processo de interação entre estes universos cognitivos singulares.

Acredito que esta opção metodológica contribua para entender a heterogeneidade social que existe dentro dos processos de interação social, sem cair no particularismo das situações específicas entre indivíduos. Esta abordagem dinâmica enfoca a interação e relação entre os fatores “internos” e “externos”, e reconhece o papel central da agência humana mesmo em condições precárias. Neste sentido, os atores sociais não podem ser representados como páginas em branco, ou como recipientes passivos da intervenção, mas como participantes ativos que processam e transformam o conhecimento. Esta abordagem também contribui para o entendimento da relação íntima, inseparável, entre conhecimento, percepções e a prática social.

No caso estudado, duas comunidades epistêmicas diferentes interagem por conta de um projeto ambiental, o que coloca a necessidade de estabelecer distinções entre o conhecimento que é gerado em dados oficiais (escopo, relatórios e resultados do projeto) para dar sustentação à intervenção e as dinâmicas interacionais entre moradores e técnicos que ocorrem localmente. Discorrendo sobre a produção de conhecimentos e ignorâncias, Quarles van Ufford (2002, p. 138-140) apresenta duas formas de interpretar tais intervenções. O primeiro modelo interpretativo, o “idealista”, funcionaria a partir de duas imagens, uma de eficiência e capacidade de gerenciamento, e outra de integração entre os diferentes níveis organizacionais, ambas com a função de aumentar a credibilidade institucional para um público mais abrangente, fundamental para a captação de recursos. Geralmente este modelo é adotado pelos níveis hierárquicos superiores das instituições para tornar seus projetos mais financiáveis. É notória a tendência a este “modelo idealista” tanto no escopo do projeto quanto nos relatórios anuais, entretanto em vários momentos presenciei e estive envolvido em conflitos entre técnicos, momentos críticos em que as atividades não surtiam o efeito esperado, processos “participativos” que privilegiavam determinadas visões e a falta de envolvimento a campo da gerência do projeto. O segundo modelo proposto por Quarles van

Ufford, o de “arena”, seria de natureza “cética”, na qual se assume que há uma série de negociações entre diferentes grupos de interesse com distintas percepções sobre o que deve ser feito, o que supõe uma relação problemática entre os atores. Ao mesmo tempo, não há uma distinção clara entre apoio e resistência, entre implementação e transformação das intenções originais. Desta forma é preciso desnaturalizar as noções de ordem que o primeiro modelo sustenta, para estudar como o projeto é transformado ao longo do tempo, e como diferentes visões o moldam, e como os diferentes grupos articulam nesta arena seus conhecimentos e percepções de mundo.

Esta lente permite enxergar tais projetos além de uma lógica linear muito comum no terceiro setor que apregoa o planejamento detalhado, com justificativa, objetivo (geral e específicos), orçamentos, cronogramas, resultados esperados, sustentabilidade e riscos possíveis. Esta estrutura prévia de uma intervenção é submetida a uma batelada de editais e apresentada a uma série de potenciais patrocinadores ou parceiros (incluo os atores locais), até que efetivamente venha a iniciar uma interação mais próxima da população alvo. No decorrer de sua implementação, uma série de elementos contingenciais tensionam este planejamento prévio, e a confecção dos relatórios ocorre mediante um controle das informações a nível local.

Muito embora no caso do Projeto Ecomagente sofra uma série de flexibilizações administrativas pelo seu caráter experimental¹⁵, sua origem e viabilização se dá através da atuação dos técnicos que dispendem um constante esforço para defender seus posicionamentos e inseri-los nas estruturas institucionais vigentes. Veremos no decorrer deste capítulo como que, a partir da crítica da atuação de embarcações para a coleta de lixo flutuante, surge a proposta de trabalhar a educação ambiental em áreas menos favorecidas de forma a evitar que tal lixo chegue ao mar. Ao propor esta metodologia experimental, os técnicos sofrem pressões institucionais constantes por parte da gerência para apresentar resultados, sendo que a capacidade de perduração do projeto compõe em si um ato de resistência, o que os técnicos chamam de “comprometimento com a comunidade”. Para se sustentar, o projeto depende da possibilidade de articulação com outros atores sociais de ideologias minimamente sinérgicas em outros ambientes institucionais ou ligados a algum tipo de militância. Neste sentido que priorizo a interpretação deste caso como uma arena na qual emergem sempre novas coalizões, estratégias e formulações que irão sustentar ao longo do tempo determinado projeto.

¹⁵ O termo utilizado pelos técnicos era “projeto piloto” que teria por finalidade consolidar uma metodologia para trabalhar a questão ambiental em comunidades com alta vulnerabilidade socioambiental.

Embora as ações de projetos e programas busquem uma coerência interna, a operação deste se dá através de relações sociais que afetam e são afetadas por tal interação, o que aponta para a necessidade de desconstruir a imagem de tais intervenções como algo linear e que, necessariamente, se desenrola de acordo com o planejamento prévio (Long e Ploeg, 1989). Nesta abordagem crítica é necessário considerar que o conhecimento gerado sobre a intervenção, em seus vários níveis institucionais, não necessariamente corresponde à definição que esta assume localmente, sendo pinçado apenas o necessário para ser legitimada junto às outras instâncias, garantindo sua reprodução junto aos financiadores ou à sociedade (Ufford, 2002). Concomitante à produção de conhecimento há também a produção de ignorância sobre determinadas questões. Isto muitas vezes implica em não abordar determinados conflitos nos dados oficiais, ou seja, em como as já mencionadas discontinuidades entre as diferentes percepções de técnicos e moradores infligem sobre a atuação do projeto. No caso da presente pesquisa, a intenção é explorar principalmente o conjunto de dados que não são abrangidos pelos dispositivos de avaliação das atividades do projeto e de seus resultados. No tópico 3.7 irei tratar sobre a dificuldade dos dispositivos de avaliação do projeto em captar as iniciativas empreendidas pelos moradores ligados ao projeto, as “multiplicações”. A abordagem que será desenvolvida tem por objetivo apresentar os atores, seus universos e seus agenciamentos, mais do que compor uma crítica ou uma avaliação sobre o que foi prometido, executado ou deveria ter sido feito em termos das intervenções analisadas.

Resumidamente, é preciso considerar que a elaboração do projeto resulta de uma intrincada relação de interesses de técnicos, gerentes e financiadores, sendo que no decorrer de sua implementação ele também é transformado pela interação com moradores. No caso do Projeto Ecomagente (PE) os cargos e funções (de escritório ou a campo) eram muitas vezes acumulados pelos técnicos que dispunham de certa liberdade de planejar de forma “participativa” o escopo do projeto e suas ações, bem como, determinadas renegociações no decorrer do processo.

3.1 Pressupostos que embasavam o Projeto Ecomagente

A partir de uma articulação entre duas instituições, o Instituto Rumo Náutico (IRN) e o Instituto Ambiente em Movimento (IAM), o Projeto Ecomagente é criado como um braço do Projeto Águas Limpas (PAL). Entre um leque de diferentes atividades, o PAL tinha como estrutura central a operação de um barco coletor de lixo flutuante na Enseada de São

Francisco e Jururujoba. Segundo Palermo (2014), a coleta do lixo flutuante realizada pelo barco apresentava vários problemas, como uma baixa eficiência operacional, alto custo de manutenção da embarcação, totalizando em torno de R\$20,62/Kg ou R\$20.620,00 por tonelada de lixo coletado¹⁶.

Uma expressão que marca essa crítica é a “de estar tentando secar gelo”, referindo-se ao barco que rodava em busca do lixo disperso que não parava de fluir. Desta forma, foi proposto “atuar na origem do problema” a partir de uma iniciativa local que futuramente pudesse servir de modelo para outras localidades. Assim a atuação do projeto foi direcionada para a microbacia do Canal de São Francisco (CSF), em confluência com a atuação da municipalidade que havia elencado a microbacia contribuinte da Enseada de São Francisco (na qual está localizada a Grota do Surucucu e Igrejinha) para receber as primeiras ações do Programa Enseada Limpa¹⁷.

No início do Projeto Ecomagente o técnico do IRN intermediava as relações com a responsável pelo Programa Enseada Limpa na tentativa de fazer ações conjuntas. Entretanto a partir do segundo semestre de 2013 há um afastamento do Projeto Ecomagente das ações em conjunto com a prefeitura, que insistia na atuação através de mutirões de limpeza e na utilização de cartilhas para “conscientizar os moradores”. Nenhum morador participava destas mobilizações, apenas os representantes do poder público, funcionários da concessionária e agentes de saúde. Um mês após tais atividades as áreas estavam novamente repletas de lixo.

A própria questão do lixo reflete como um dos problemas que, até então, pouco preocupava o poder público, pode dentro de uma conjuntura que envolve a atenção internacional, como os Jogos Olímpicos, se tornar uma das principais preocupações da gestão pública. Outros atores somam-se a estes esforços, como a da sociedade civil organizada, trazendo possíveis soluções através de modelos de intervenção junto às populações locais.

Dentro deste contexto o PE foi pensado como um processo para “empoderar a comunidade para lidar com os problemas ambientais circundantes” com conhecimentos que,

¹⁶ Este autor apresenta um comparativo com os dados da COMLURB (2013), que efetua a coleta em comunidades pacificadas na cidade do Rio de Janeiro, onde o custo fica em torno de R\$0,23/Kg ou R\$230,00 por Tonelada. Outra referencia citada é o Centro Comunitário de São Francisco que coleta cerca de 25 vezes mais que a média mensal da coleta de lixo flutuante, necessitando de um subsídio mensal de R\$ 2.500,00.

¹⁷ Conforme apontam os Relatórios Gerenciais (2014, 2015 e 2016) suas principais ações e metas pautam-se numa visão territorial estratégica a partir da unidade de bacias hidrográficas, recorrendo a instituições de caráter científico para legitimar sua atuação e captar financiamento através de emendas parlamentares ou bancos internacionais (Deutch Bank e BID).

na visão dos técnicos do projeto, seriam pertinentes àquela problemática (Instituto Ambiente em Movimento, 2013). Entre os conceitos que compunham a visão dos técnicos sobre como intervir preconizava-se o de Gestão Integrada de Resíduos¹⁸ e a busca por soluções principalmente em matrizes tecnológicas alternativas como a Agroecologia, Permacultura e as Tecnologias Sociais, bem como, em conhecimentos para amplificar e qualificar as ações educativas, como a Comunicação Popular, Dinâmicas Colaborativas e Mídias Digitais.

Ao longo do primeiro ano de desenvolvimento do Projeto, este também se aproximou de metodologias propostas em políticas públicas, como é o caso publicações do Ministério das Cidades e do Ministério do Meio Ambiente, tais como: Caderno Metodológico Para Ações De Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS, 2009); Conferência Livre do Meio Ambiente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

Sendo assim, durante o PE os moradores seriam capacitados através de oficinas teóricas e práticas, num processo educativo que prezava por uma didática diferenciada e uma adequação dos temas às questões significativas relacionadas à problemática da comunidade. O objetivo do projeto seria formar agentes que iriam “multiplicar” o conhecimento trazido pelo projeto para dentro da comunidade sob o pressuposto de que o problema só seria resolvido a partir da mobilização da própria comunidade munida dos conhecimentos adequados, que permitiriam criar e/ou reivindicar soluções locais.

A questão central dos técnicos era a dos resíduos numa visão de interdependência entre outros fatores para se alcançar uma efetiva gestão ambiental do local, o que contribuiu para ampliar o leque de conhecimentos recorridos e de natureza diferentes, mas ao mesmo tempo desviava de sua centralidade, ou seja, havia uma tensão interna sobre quais conhecimentos seriam mais pertinentes para a questão dos resíduos. Posteriormente, pela própria agência dos participantes do projeto, que selecionam os conhecimentos e práticas de acordo com seus interesses, houve num desvio parcial desta centralidade inicial que focava a gestão de resíduos para a promoção da agricultura urbana e tecnologias sociais.

¹⁸ Este conceito apregoa que esta gestão seja realizada de forma integrada o que envolveria uma “responsabilidade compartilhada” entre o poder público, a empresa de coleta de resíduos e limpeza urbana, as cooperativas de catadores e os moradores locais. “Os planos de gestão sob responsabilidade dos entes federados – governos federal, estaduais e municipais – devem tratar de questões como coleta seletiva, reciclagem, inclusão social e participação da sociedade civil (MMA, 2017). Segundo Palermo (2014, p.117), “a complexidade de uma mobilização social para uma gestão integrada de resíduos nas áreas periféricas. O que inclui desde fatores históricos, como os maus hábitos do descarte de resíduos enraizados nos tempos do Brasil colônia ao descaso do poder público com o acelerado crescimento dessas áreas sem um planejamento. Somam-se também a carência de uma educação pública participativa e de qualidade, além da insegurança gerada por um poder paralelo que inibe uma mobilização comunitária integrada às ações do poder público.”

A equipe tinha diferentes graus de experiências e conhecimentos sobre a comunidade da Grota do Surucucu. Alguns técnicos vinham de outras localidades do Brasil onde as moradias de baixa renda tem outra conformação, outros tinham contato desde a infância com as favelas. Num nível de maior familiaridade havia um técnico que frequentava o campo de futebol da Grota do Surucucu durante a infância.

É importante ressaltar que o perfil geral dos técnicos, é proveniente de campos onde há uma grade curricular que prioriza muito mais conhecimentos das ciências naturais do que das ciências humanas (Tabela 1).

Para os técnicos, a realização de intervenções em áreas como a comunidade da Grota do Surucucu, apresenta uma série de “desafios”, a começar pelos alertas para a entrada de alguém de fora da comunidade e sobre os riscos que envolvem a violência e tráfico de drogas.

É importante ressaltar que desde o princípio o PE é muito influenciado pela pesquisa do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense (WEDER et al., 2002 e WEDER 2003). O projeto também é alvo da pesquisa de mestrado de um dos técnicos (Palermo, 2014), na área de engenharia ambiental, fornecendo um estudo detalhado sobre a questão de resíduos na microbacia referida.

Desta forma parte-se de um diagnóstico preliminar da Grota do Surucucu, não da comunidade como um problema em si, mas desta como portadora de problemas estruturais. Segundo o escopo do projeto um dos objetivos era contribuir para o morador “desenvolver seu senso de cidadania e auxiliá-los a enxergar a realidade local de forma mais crítica”. Termos como “penetrar a comunidade” e “ouvir os moradores” marcam o início do Projeto Ecomagente.

3.2 A percepção dos técnicos sobre os problemas locais

Explicado os pressupostos do projeto, entrarei propriamente dito nas interações nesta interface entre a comunidade epistêmica de técnicos e moradores, e mais especificamente as discontinuidades e fricções sobre as diferentes percepções de ambiente. Para tal é essencial realizar um mapeamento prévio destas comunidades com percepções diferentes sobre o mundo.

A comunidade epistêmica formada pelos técnicos do Projeto Ecomagente é constituída por um pequeno grupo de profissionais com competências, experiências e conhecimentos relacionados à temática ambiental. Esta equipe é formada por: dois oceanógrafos, uma

bióloga, um engenheiro agrônomo e um estudante de ciências ambientais. Mesmo que esta CE seja internamente diferenciada, em certa medida, existem alguns princípios organizadores compartilhados, tais como: (1) uma série de práticas associadas a um conjunto de problemas definidos por suas competências profissionais, presumindo que, como consequência, a qualidade ambiental será melhorada, acreditando assim, que a partir do conhecimento técnico e ecológico seja possível promover mudanças favoráveis na sociedade; (2) formas de pensar e validar determinado conhecimento e sua aplicabilidade, os técnicos em suas reuniões internas definiam os conhecimentos a serem abordados em atividades, através da “construção coletiva”; (3) compartilham a vontade de ver acontecer uma “mudança”, entretanto existem diferentes maneiras de como esta “mudança” deve acontecer e qual o papel do técnico nela (“facilitador”, “dinamizador” ou “agente transformador”); (4) compartilham de algumas normas de conduta e crenças que proporcionam a tomada de decisão racional e comprometida com a eficiência e reprodução do projeto, priorizando assim o planejamento prévio com base em conhecimentos experts; (5) a percepção que a “crise ambiental” dos dias atuais tem causas bem definidas, tais como: o “sistema capitalista”, a “atuação antrópica”, o “lucro acima de tudo” e “ter mais do que ser”; e (6) embora considerem que o Estado é mais comprometido com os interesses das grandes corporações do que a “causa ambiental”, existem divergências quanto a validade de buscar interfaces com políticas públicas ou manter uma atuação independente baseada no que acreditam que deve ser feito.

Estas características ficarão mais claras à medida que olharmos para suas emergências na interface e nas situações nas quais estas são reforçadas ou tensionadas. A seguir apresento algumas percepções iniciais dos técnicos em relação à comunidade da Grota do Surucucu.

Uma das primeiras atividades do PE foi uma caminhada, na qual técnicos e moradores visitaram os principais locais da comunidade, subindo o eixo de drenagem do CSF até a Cachoeira e a Pedra da Lagoa. Sobre esta ocasião os técnicos tecem suas primeiras percepções sobre o ambiente da comunidade:

Para conhecer melhor a região, suas belezas e fragilidades, o dia iniciou com uma caminhada guiada por membros da comunidade e agentes de saúde. Durante este período conversamos sobre o potencial do local, vivências, ideias e projetos. A atividade permitiu constatar problemas relacionados ao canal a exemplo de despejo de esgoto doméstico, vazamento de água tratada da rua, disposição inadequada de resíduos, contensões destruídas, bem como construções irregulares sobre seu leito. A equipe, acompanhando o córrego, subiu um pequeno morro, sentiu o frescor da mata, mas acabou encontrando um belo riacho encoberto por lixo. Houve um

sentimento de decepção quanto à situação do local... Os agentes de saúde que conhecem bem o local, por causa das vistorias rotineiras, relataram que já ocorreram mutirões de limpeza com equipe da CLIN, porem a sujeira sempre volta.

Decidido o rumo, Pedra da Lagoa, seguimos [pelo] asfalto até subir uma ruela entreposta por casas e um belo paredão de rocha... [a] lagoa, antiga atração segundo moradores mais antigos, mas que hoje está preenchida com lixo. O topo da pedra propicia um belo horizonte, permitindo ver o forte [de Santa Cruz] e um pouco da enseada [de Jurujuba]. O local também poderia servir como primeiro contato com atividades de montanhismo, escalada e rapel.

Termos como “construções irregulares” e “ocupação desordenada”, eram utilizados pelos técnicos para retratar o ambiente construído da comunidade, considerando a falta de planejamento urbano como um dos acarretadores dos problemas observados: “despejo de esgoto doméstico, vazamento de água tratada da rua, disposição inadequada de resíduos, contensões destruídas”. Pelo fato dos moradores ocuparem o “leito” do rio haveria consequências nas chuvas fortes. Nesta concepção o morador estaria infringindo uma área que deveria ser destinada à “preservação”, e provavelmente num futuro próximo sofreria consequências. A “degradação” da natureza seria provocada pela ação humana sem “consciência” de suas consequências a médio e longo prazo.

O comportamento inadequado de jogar o lixo na Cachoeira ou na Pedra da Lagoa (lugares de “beleza natural”), seria motivo de “decepção” para os técnicos. Em oposição à “degradação”, o “cuidado” com a natureza implicaria na preservação de seus recursos garantindo os benefícios que estes trazem: acesso à água, áreas de lazer, microclima agradável e beleza natural. Neste sentido as primeiras observações dos técnicos sobre a comunidade giram em torno de problemáticas e das carências dos serviços públicos urbanos, exaltando a condição de “degradação ambiental”.

A terminologia “ocupação desordenada” denota um enquadramento com referência a um padrão urbanístico ideal e planejado, desconsiderando o ordenamento interno e as lógicas de reprodução das favelas, bem como, a particularidade de cada comunidade. Existem muitos fatores que estão por de trás desta forma de ocupação, tais como as redes de ajuda mútua, a autoconstrução, o poder paralelo, o mercado de terras informais, o clientelismo político, atuando assim como lógicas ordenadoras destes territórios específicos. Na percepção dos técnicos a “ocupação desordenada”, com suas ruelas e becos estreitos, desafia os serviços públicos de coleta de lixo que seguem o padrão da cidade formal, a partir de caminhões. Esta precariedade de serviços conjuntamente com a ação de moradores sem “consciência” eram as

causas da existência de pequenos lixões em terrenos baldios, com a chuva o lixo facilmente chegava até o canal de drenagem e por fim na Baía de Guanabara.

Em se tratando da questão de resíduos, os técnicos apontam para “a falta de cooperação da população e a problemas logísticos operacionais... é necessário que haja campanhas educativas para esclarecer e mobilizar a população”. Nesta perspectiva duas coisas seriam necessárias para a solução da questão dos resíduos: as “campanhas educativas”, e “mobilizar a população” para reivindicar melhores serviços de coleta de lixo. Esta última implicava na visão de que os moradores precisariam de ajuda para se “organizar politicamente” para articular junto ao poder público a melhoria dos serviços.

Outras questões entre técnicos e moradores podem ser radicalmente conflitantes, como no caso da criação de passarinhos em gaiolas. Para alguns técnicos é uma “maldade” prender um animal que deveria viver “livre na natureza”. Os moradores apreciam principalmente o canto e a “raridade” destes passarinhos (tiziú, canarinho da terra, sanhaço, trinca ferro). Armadilhas são postas na mata para captura e pássaros são trazidos e levados para diferentes localidades. Para os técnicos esta “raridade” é correlacionada a “extinção” de espécies ocasionada por ação antrópica. De acordo com os criadores de passarinho, “criar é preservar” (Figura 3.1), mas para alguns técnicos isto seria a expressão do quê o “homem faz com a natureza” ao prendê-la ou dominá-la. Este comportamento em relação à natureza seria em essência uma das causas da atual “crise ambiental”. Os técnicos apregoam uma relação de caráter “harmoniosa”, que implicaria em não interferir de forma dissonante naquilo que a “natureza faz”. Esta não é uma percepção exclusiva dos técnicos, mas é possível encontrar em relatos similares entre moradores que também se opõe a prática dos “passarinheiros”.



Figura 3.1 Capa de gaiola dos criadores de Tiziú, "criar é preservar".

Além desta diferença de percepção sobre a relação homem-natureza, outras divergências surgem em ações práticas ao intervir no ambiente. Um exemplo disso pode ser constatado numa atividade de implementação da horta da escola, num espaço que anteriormente já era cultivado pelos caseiros da escola (Sr. Dodô e Dona Conceição). Ao se referir às práticas de plantios agroecológicos, os técnicos enfocam a importância dos ciclos naturais através de analogias, tais como: “imitar a floresta”, “a sabedoria da natureza”, “entender os ciclos naturais”. Seria preciso que os plantios “imitassem” a diversidade de espécies que ocorrem na natureza para que o ambiente fosse equilibrado, havendo assim um “controle natural” das populações de insetos. Para muitos moradores estes insetos eram “pragas” que ocasionalmente necessitariam algum tipo de controle, enquanto que para os técnicos o aumento de uma população seria um sinal de desequilíbrio na cadeia alimentar, provavelmente ocasionada por uma diminuição na diversidade de espécies ou problemas na nutrição da planta.

Embora a floresta não deixe de ser considerada uma paisagem agradável pelos moradores, a vegetação arbórea que tem na comunidade, “o mato”, não é um lugar muito seguro para se transitar, geralmente correlacionado a animais peçonhentos, deslizamentos e como esconderijo para o tráfico. Por isso são poucos os que “andam pelos matos” e “conhecessem as árvores”, geralmente são os “mateiros” que entram “no mato” para pegar madeira específicas (pau enxada, varas para construção ou lenha), produtos medicinais (aroeira), frutas (jacas e banana), e, menos frequente atualmente, para caçar (passarinho e tatu).

Em um relato sobre a implementação da horta na escola um técnico discorre:

Essa iniciativa tem importância porque enxerga todos os saberes: o conhecimento prático, popular, autodidata, aliados às ciências acadêmicas. As relações sociais e ecológicas unidas. Em torno de uma horta podemos encontrar todos os tipos de relações que ensinam muito. Essa pequena área já vem sendo utilizada pela Conceição e o Dodô, casal de cuidadores da escola [caseiros]. Então fomos apenas alterando algumas coisas para deixar mais diverso a organização deste espaço. Foram colhidos vários frutos do espaço, diversas mudas e sementes... caso fossemos converter esse frutos da limpeza em produtos, teríamos apenas em mudas mais de 40 reais.

Sobre a implementação desta horta na escola, houve uma situação conflitiva: enquanto que o técnico julgava estar “apenas alterando algumas coisas para deixar mais diverso a

organização”, Dodô sentiu seu espaço invadido por alterar a organização que ele tinha dado àquele local. Para o técnico sua análise sobre aquele espaço envolvia as seguintes questões: “Onde nasce o sol? Por onde passará o caminho? O que indica as plantas que nascem ali? Como organizar as distâncias entre plantas?”. Desta forma o espaço precisaria de uma organização com caminhos que permitissem o adequado acesso aos canteiros, suficiente iluminação solar e o respeito do espaçamento entre linhas e entre plantas. A fertilidade do solo poderia ser analisada com base nas plantas espontâneas que ali nasciam. Entretanto, para Dodô aquela horta era uma questão de praticidade e estava ligada à forma com que foi plantando ao longo do tempo: aos poucos os caseiros foram conseguindo as mudas e encontrando um lugar para elas no quintal, cada uma delas representava um esforço de ter conseguido com alguém ou mandado buscar em algum lugar. De um dia para o outro alguém “vem aqui arranca minhas planta!”. Este caso expressa a desconfiança de Dodô com a forma que os técnicos “organizam” os plantios e a convicção em seu “jeito de fazer”. É justamente nestes momentos de conflito que vemos operando as lógicas diferenciadas dos atores e suas comunidades epistêmicas específicas: enquanto para o técnico uma horta significava determinada organização racional do espaço, para Dodô o “nosso jeito de fazer” estava ligado mais as questões de praticidade e esforço de conseguir determinadas plantas por seu uso no cotidiano.

A produção de conhecimento advém destas interações muitas vezes conflituosas, veremos mais para frente como os moradores incorporam determinados conhecimentos como compostagem e a adubação verde, assim como outras situações onde os técnicos incorporam percepções, conhecimentos e práticas dos moradores. Por hora basta apontar para que nestas relações conflituosas existe, tanto por parte de moradores quanto pelos técnicos, um esforço para a fazer a ponte entre estas percepções diferentes. Isto transparece no relato do técnico, “essa iniciativa tem importância porque enxerga todos os saberes: o conhecimento prático, popular, autodidata, aliados às ciências acadêmicas”, muito embora não seja mencionado como é feita a correlação entre conhecimentos.

Ao analisar esta produção intercognitiva numa visão mais ampla, é necessário indagar até que ponto a pré-noção da problemática ambiental, que legitima a intervenção no ponto de vista dos técnicos, estaria permeável em termos da percepção ambiental dos moradores da comunidade sobre seus problemas? Como se dá o tensionamento entre a percepção dos moradores com a hierarquia de conhecimentos, práticas e conceitos preconizados pelo projeto?

3.3 Como os moradores enxergam o local onde vivem

A comunidade epistêmica composta por moradores da favela é formada por uma rede de conhecimentos ligada a uma forma de ocupação informal, muito dependente de relações entre moradores e com aquele ambiente específico. Muito embora esta comunidade epistêmica seja formada por moradores com diferentes origens, experiências e ocupações, eles (1) nem sempre são movidos por uma racionalidade com princípios previamente estabelecidos, a busca de soluções ocorre à medida que as restrições se impõem; (2) compartilham uma leitura sobre os problemas enfrentados na comunidade como o “governo ausente”, a “falta de serviços”, a “falta de oportunidades”, o que deve ser feito advém da experiência prática em sobreviver e transformar a situação "ruim" em "menos ruim"; (3) como a "vida " é interpretada e encarada pelos moradores envolve posições contrastantes, tais como o trabalho duro/malandragem, lugar abençoado/lugar esquecido por Deus, a natureza é uma dádiva/a natureza castiga; (3) compartilham formas de pesar e validar o conhecimento, os elementos novos são postos lado-a-lado de seus equivalentes locais, sendo que geralmente tais elementos são analisados por sua utilidade ou capacidade de apresentar um benefício ("ai eu vi vantagem"), mas também por características subjetivas (carisma, afeto e lembranças do passado); (4) valorizam a experiência individual no cotidiano como forma de aprendizado eficiente, "bota o cara na mata e vê como ele se vira", “isto é coisa que só se aprende no dia-a-dia”; (5) demonstram uma posição cética quanto aos benefícios concretos ou poder de influência da política na vida dos moradores, geralmente a visão que se tem é crítica e exemplificada pelos ocorridos na comunidade, tais como os erros de engenharia, o mau uso dos recursos, não terem ouvido os moradores e a “venda de votos” para vereadores e deputados. (6) na ausência do estado, valorizam os conhecimentos e práticas que envolvem as condições básicas de habitação naquele ambiente, de forma que boa parte dos moradores participa da construção, reforma ou manutenção das habitações, e por isso detém noções básicas de alvenaria, instalação elétrica e hidráulica.

De forma geral quando se conversa sobre como é morar na localidade, muito embora os moradores não deixem de elencar problemas, a “Grota é um lugar bom de se viver”. Na concepção de Dona Conceição, 49 anos, caseira da escola, que mora na Grota desde 2010, a comunidade é “uma das melhores que passei”. Ela tece um comparativo com as favelas em que morou em Santa Rosa e São Gonçalo:

Aqui tem muita ajuda, eu não sei por que as pessoas vêm primeiramente fazer aqui. Por exemplo: a contenção de obra [encosta], o esgoto, o projeto [Ecomagente], estas coisas... Até hoje eu tento entender... Aqui tem tudo do bom e do melhor, mas as pessoas não dão muito valor... Lá [em São Gonçalo e Santa Rosa] a gente que tinha que fazer, eu e Dodô ficávamos na frente, puxava os vizinho. Esta época das enchente [deslizamentos de 2010], Dodô que cavou os esgotos, Dodô que desenterrou os defuntos. Porque até para o corpo de bombeiro ir lá foi difícil, nós tivemos que ir buscar eles. Como Dodô já trabalhou em cemitério pra ele não fazia muita diferença.

Eu que fazia plantação no morro, tirava um dia no mês pra fazer a limpeza. Ia de casa em casa. Mutirão! Cozinhava, ajudava a limpar... comprava as mudinhas. O hortifrúti dava fruta e legume, a panificadora o pão e o café, o açougue a carne. A gente fazia o almoço e todo mundo trabalhava.

Lá não tinha recursos como aqui. Nós tínhamos que conseguir as ferramentas e tudo. A gente tinha que vende os votos, é vergonha dizer isto, mas era assim. Quando eles [os políticos] conseguiam o queriam eles paravam de dar, aí a gente tinha que arrumar outro candidato.

Quantos canos de esgoto estamos precisando? Quantas manilhas?

E nós fazíamos o mutirão.

É importante considerar que esta condição de “degradação ambiental”, a que se referiam os técnicos, para muitos moradores poderia ser considerada uma condição melhor de qualidade de vida que a anterior. Como já mencionei no item 1.6, segundo os moradores antigos na época em que “era tudo mato”, havia muitas “dificuldades”. O comprometimento da qualidade ambiental veio junto adensamento populacional, mas é contrabalanceado com as “facilidades” dos dias atuais: água encanada, acesso ao ônibus, posto de saúde e escola. Quanto às “dificuldades de hoje em dia”, muitos moradores citam a questão do lixo, do esgoto, da violência, mas segundo eles “a gente acostuma a ver isso e aprende a conviver com isso”, muito embora entre os próprios moradores exista uma gama variada de percepções sobre tais problemas.

Para os moradores o lixo é também um dos principais problemas na comunidade, mas é percebido em seu cotidiano, como um problema que tem nome, endereço, cheiro, hora do dia para acontecer e consequências que entram pra dentro de casa (ratos e insetos). A expressão anedótica, “ratazana tem obturação, barata passa verniz e mosquito usa paraquedas”, denota que estes seres vivos se fazem presentes no cotidiano de maneira significativa.

Os moradores conhecem bem quem “joga o lixo por aí”, enquanto que para os técnicos é uma questão de “sensibilizar” ou “conscientizar”, para moradores é uma “batalha no dia-a-dia” com direito a embates, discussões acaloradas, dissimulações, censuras diretas e indiretas, olhares reprovadores ou indiferentes. Para o morador que leva todo dia seu lixo para a caçamba, “É tão simples descer com a sacola quando for pegar o ônibus”, mas para outros acaba sendo mais prático jogar na ribanceira e dizer que foi o vizinho. Como veremos no item 4.11 a percepção dos moradores antigos é que pessoas de fora que vieram morar na comunidade geralmente “fazem a sujeira”. Para os antigos o costume era juntar o lixo em pilhas e queimar, prática que foi muito combatida por agentes do poder público pela ocasião de frequentes incêndios na região.

O que o técnico define como “degradado” também é percebido pelo morador, mas é expresso de outra forma. Talvez a comunidade epistêmica dos técnicos consiga apresentar uma maior uniformidade dos termos, justamente por estar ligada à padronização das unidades conceituais da ciência, enquanto que os conjuntos de conhecimentos dos moradores são mais difusos e diversos, justamente por estarem mais ligados à dimensão prática, da experiência vivida. Por exemplo, enquanto para o técnico a presença do lixo está ligada a conceitos de “degradação” ou “poluição”, para o morador aquilo tem uma dimensão sensorial e conflitiva vivenciada no cotidiano. Há também os moradores que não se importam com a presença de lixo, de forma que nunca assumem a autoria, sempre falando na terceira pessoa, “os pessoal que vem aqui jogar”, “os pessoal lá de cima”. Minha experiência pessoal é que muito embora se suba a rio acima atrás de quem joga o lixo, “o pessoal” está sempre mais a montante, de forma que nunca é possível encontra-los. Veremos o caso da moradora Joana que revela seu comportamento de jogar o lixo na ribanceira em frente de sua casa e de acusar o vizinho de fazê-lo (item 4.11).

Algumas palavras são recorrentes entre os moradores quando a questão são os resíduos: “vizinho”, “sujeira”, “porco” e “pega o vício”. Quanto a este último termo um morador revela que uma das áreas com maior despejo de lixo, onde anteriormente havia uma caçamba, a empresa de coleta de lixo retirou a caçamba por estar num terreno particular. Como a rua era estreita a caçamba foi relocada distante da localização original, entretanto, os moradores já tinham “pegado o vício” e expressavam com a “teimosia” de continuar jogando lixo para demonstrar a “burrice” que a empresa fez.

Para os moradores é preciso resolver em primeiro lugar os problemas imediatos, ninguém fará isto por eles além deles mesmos, de forma que se não há outra solução ao

alcance, há que se conviver com aquela condição. A necessidade é tirar o lixo da casa, nem que este seja disposto a metros depois. Os espaços são muito densos em termos de ocupação, e muitas vezes não importa que seja próximo à porta ou ao terreno do vizinho, principalmente se houver algum tipo de indisposição ou inimizades prévias. Assim, a questão de resíduos pode ser um desdobramento de conflitos de vizinhança.

Resumidamente a questão dos resíduos entra em disputas pré-existentes, muito maiores que só uma questão de “gestão de resíduos”. Não quero aqui exaurir todos os exemplos, mas apenas apontar para as descontinuidades em como são percebidos e significados categorias como “natureza”, “problemas”, “dificuldades”, “lixo” e “degradação”.

Algo que ilustra bem esta diferença entre como moradores e técnicos significam estes termo, é o caso da Pedra da Lagoa. A moradora Josiane, 24 anos, nascida na Grotta, agente de saúde, relata sobre sua experiência com este local:

A pedra da Lagoa eu conhecia mais ou menos, só ficava imaginando pelo que meu pai falava, meu avô falava. Não era um lugar onde eu costumava ir, eu só brincava ali quando criança, no paredão da pedra, mas não lá em cima. Eu não podia acreditar que era do jeito que ele falava, que era muito profundo a coluna de água. Ali você vê que é terra com lixo por cima... O que mais me deixou impressionada é que lá no final da Grotta, aquilo que pode ser chamada de Cachoeira... Aquilo me impressionou muito, por que por trás do mau cheiro e do lixo, vi beleza e senti pena por aquilo estar daquele jeito. E vi o potencial daquilo como um local de lazer, uma forma local de turismo, ecoturismo, geração de renda para algumas pessoas aqui de dentro. Uma coisa que não era simplesmente valorizada por ninguém, visto como feio, desagradável. Aquilo foi simplesmente resultado da falta de cuidado da população durante anos, de negligência do governo. Muitas pessoas da comunidade não têm saneamento básico, deveria ter.

Há certa aproximação do relato da caminhada do técnico com a percepção de Josiane sobre este local: embora estejam com a presença de lixo e esgoto, ainda a “natureza” se faz presente, seja em sua qualidade de “beleza” ou no “frescor do mata”. Entretanto seu potencial de uso (lazer) seja motivo de opiniões bem diferentes, pois cada forma se remete a seu universo de referência: para o técnico a Pedra da Lagoa poderia ser utilizada para “montanhismo, escalada e rapel”; para Josiane o potencial do lugar estaria ligado ao “ecoturismo” e “geração de renda” como uma alternativa para pessoas da comunidade.

É significativo que Josiane posicione sua percepção como diferente das outras pessoas da comunidade que não “valorizavam” aquele local “desagradável”, se aproximando da

percepção partilhada com o técnico sobre as “potencialidades” do local, justamente por sua visão como agente de saúde. Com isso a percepção de moradores participantes e técnicos conflui na necessidade do Projeto Ecomagente “conscientizar” estas pessoas que não valorizam aquele ambiente, embora ainda na opinião de alguns participantes “alguns moradores não tem jeito, nem adianta tentar, são cabeça dura mesmo!”.

Tendo em mente as diferenças entre estas percepções e universos cognitivos, nos tópicos seguintes tratarei mais considerações sobre o esforço constante dos atores em fazer pontes entre suas diferentes concepções, o que ocasiona o surgimento de um terceiro conhecimento híbrido, que irá influenciar determinadas formas de ação, tensionando as estruturas e hierarquias do projeto.

3.4 Histórico de Atuação do Projeto Ecomagente

A atuação do Projeto Ecomagente na Grota do Surucucu iniciou, em 2013, quando foram conduzidas na Escola Duque de Caxias as oficinas de capacitação com temáticas ambientais enfocando a problemática dos resíduos sólidos e fornecendo alternativas de caráter local. Neste ano é feita a primeira Conferência Livre do Meio Ambiente da Grota do Surucucu, congregando moradores e lideranças locais para elencar ações prioritárias voltada à questão ambiental da comunidade.

A partir do segundo ano as ações foram direcionadas para as casas de moradores participantes através de mutirões para auxílio na implementação de hortas e composteiras. Esta mudança foi motivada pelo fato dos moradores começarem a fazer o que os técnicos designaram como “multiplicações”¹⁹. Esta nova conformação do projeto proporcionou uma interação mais próxima entre técnicos e moradores, um ambiente diferente das oficinas, e que ampliava a inserção na comunidade. Ao todo a rede de moradores participantes dos mutirões englobou aproximadamente 10 residências.

No terceiro ano, os mutirões são voltados para inserção de outras tecnologias sociais ligadas aos contextos específicos de escassez de água e falta de saneamento. Foi

¹⁹ São assim elencadas: a escola se tornou um ponto de referência para moradores que buscam mudas, adubo orgânico, ervas medicinais e conhecimentos sobre plantios; os diversos casos de moradores fazendo a compostagem para utilizar em suas hortas; uma moradora difunde uma tecnologia de saneamento ecológico (Bacia de Evapotranspiração) em Itaboraí; a fundação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis.

implementado um sistema de captação de água de chuva e um de tratamento de efluentes domésticos (vermifiltro).

No quarto ano em 2017, os mutirões continuam e uma segunda Conferência é feita para rever as ações prioritárias, repetindo a marca da primeira edição de aproximadamente 50 participantes. Nesta ocasião surgem muitas referências às iniciativas de moradores e propostas de projetos na comunidade sobre compostagem, agricultura urbana e tecnologias sociais. Também é neste ano que moradores são convidados a apresentar suas experiências em outras comunidades.

Feito esta visão geral, o que quero apresentar a seguir é o processo de transformação dos pressupostos iniciais do projeto, para apontar que o planejamento prévio é alterado a medida que ocorre a intervenção. Considerando o PE uma situação de interface (Long, 2001) é possível constatar que este é resultado de diferentes interações, negociações e compatibilizações, entre as comunidades epistêmicas dos técnicos e dos moradores em uma determinada configuração de espaço e tempo. Mesmo dentro e entre estas categorias de técnicos e moradores participantes do projeto existem disputas, cisões e mudanças de posições, que serão elementos fundamentais para entender a produção do conhecimento por tais interações e pelo engajamento naquele ambiente específico.

3.5 Reorientando a atuação do projeto

No início do projeto, os problemas a serem trabalhados eram aqueles observados pelos técnicos, priorizando a capacitação em conhecimentos sobre meio ambiente, gestão de resíduos, agroecologia, tecnologias sociais, entre muitos outros, que seriam “trazidos” para a comunidade. Um exemplo disso são os temas escolhidos pelos técnicos para compor as oficinas e visitas técnicas do primeiro ano: gestão de resíduos e lixo flutuante; hortas urbanas e compostagem doméstica; saneamento ecológico; tecnologias sociais e ambientais; educomunicação e consumismo infantil; jogos educativos; visita ao Centro Comunitário de São Francisco (coleta seletiva); visita ao Aterro controlado Morro do Céu. Este comprometimento com tal conteúdo, elencado a partir do “diagnóstico” dos problemas constatados pelos técnicos, pode não corresponder às mesmas significações do que seria considerado um problema prioritário pela comunidade. Este diagnóstico preliminar da problemática da comunidade, construído pelos técnicos e assumida nos documentos institucionais (Escopo e Relatório de Atividades), está intimamente relacionado à natureza das

capacidades dos técnicos envolvidos. Como aponta Quarles van Ufford (2002 seguindo Lammers 1983, p. 140), a definição de uma problemática específica está intimamente ligada, e se restringe, à natureza das capacidades das instituições envolvidas. Para os técnicos e as instituições em jogo, era necessário que em seus diagnósticos apontassem a “degradação ambiental” ou “a falta de cooperação da população”, pois isto justificaria a necessidade de intervenção de acordo com as prescrições dos técnicos: as “campanhas educativas”, a “formação de agentes ambientais”. Desta forma o conhecimento produzido nos “diagnósticos” ou “demandas levantadas” não pode ser visto como desinteressado ou neutro, mesmo que em seu processo de confecção tenha havido algum tipo de processo de interação com moradores (“mapeamento participativo”, “dinâmicas colaborativas”, “diagnóstico participativo”).

Em termos de viabilização inicial do projeto era necessário que este se baseasse neste cabedal de conhecimentos, a fim de legitimar a intervenção frente às fontes de financiamento e a mobilização de trabalho voluntário. Outro elemento importante é a participação, na qual o PE assume a pretensão de que tais conhecimentos seriam adaptados pela comunidade e resultariam numa solução local. O escopo do projeto tinha que apresentar uma proposta racional, operacionalizável e participativa, baseado também, numa coerência com um senso comum sobre as problemáticas da comunidade.

O pressuposto que os moradores necessitam de determinados conhecimentos para melhorar sua situação é extremamente relativo, ainda mais assumindo que eles precisem de acompanhamento para adaptar e criar soluções a partir destes. Mas num senso comum, principalmente sob a ótica da favela como local de carência, o discurso do potencial transformador do conhecimento é uma das maneiras de justificar a intervenção, embora quem pode garantir que haverá transformações e que estas sejam no sentido inicialmente pensados?

Sobre a operação do conhecimento é possível traçar um paralelo com o pensamento de Oliveira (2003), que relativiza esta questão nos seguintes termos: “Acreditando que o acúmulo de informações, por si só, é capaz de dar sustentação a ações coletivas, está se realizando um exercício de fé na existência de uma correlação direta entre consciência (conhecimento) e liberdade”. Ou seja, o simples acúmulo de conhecimento não é capaz de motivar determinada ação, onde estaria a liberdade do sujeito frente à utilização, adaptação ou rejeição dos conhecimentos apresentados pelo PE?

Muitas vezes os agentes externos desconhecem os fatores que serão levados em conta pela população local, o que limita em muito a previsibilidade dos desdobramentos. Hobart (2002, p. 3-21) traz uma importante consideração sobre a visão desenvolvimentista incutida

nestas intervenções, que se utilizam de metáforas, tais como a de uma planta que necessita dos devidos cuidados: água, nutrientes, sol e podas. Em tal concepção a “tutoria” é fundamental para se chegar em determinado fim, o que revela essencialmente uma relação de poder, onde o conhecimento técnico é tratado com indispensável e seria a “semente” de transformação.

Numa análise mais crítica, esta proposta de “formação”, “capacitação” ou “empoderamento” da comunidade pode refletir uma leitura de hipossuficiência do conhecimento dos moradores em relações com seu ambiente. Olivier de Sardan (2005, p. 118-120) traz uma chave analítica como as intervenções lidam com os conhecimentos das “populações alvo”: de um lado o “miserabilismo” no qual se preconiza uma política educacional para as populações que seriam incapazes de administrar a si mesmas, implicando na necessidade transferência de conhecimento e recursos; e do outro o “populismo ideológico” que promove os recursos e capacidades populares como fundamental a ser reconhecido por tais políticas.

É possível ver o projeto oscilando entre estes dois polos, inicialmente pendendo ao necessidade de “capacitação” dos moradores e ao longo do tempo na “valorização” dos conhecimentos e atuação dos moradores. Mas mesmo nestas duas tendências havia muitas incertezas sobre como seria esta relação entre conhecimento e ação.

Tanto no escopo do projeto quanto na experiência dos técnicos a campo, não se tinha clareza sobre como seria o processo de “adaptação” de determinados conhecimentos ou tecnologias a ser realizada pelos moradores locais. Não se tinha como garantir que uma “solução” fosse alcançada, mas por se tratar de um projeto e ensartado dentro de relações institucionais, haveria de apresentar um grau de controle, eficiência e resultados positivos.

No término do primeiro ano, as atividades mais cotadas pelos moradores estavam ligadas a uma realização mais concreta, como a horta na escola, num formato de atividade mais aberta, no sentido de não ter um horário fixo ou programação sequencial. Esta avaliação dos moradores junto às “multiplicações” que estes relataram, irão assim balizar a reconfiguração do projeto no segundo ano e deslocar sua área de atuação para as casas dos participantes assíduos do projeto, através dos mutirões.

Obviamente que há aqui uma questão de mérito, poder e legitimação envolvidas em atribuições de causas e efeitos provocados pelas ações do projeto, as “multiplicações”. Se antes as oficinas e capacitações julgavam haver uma “falta de acesso” a determinados conhecimentos, a partir das “multiplicações” esta visão começa a ser alterada e ao longo dos mutirões os conhecimentos dos moradores vão se mostrando cada vez mais.

Nestas “multiplicações” é possível ver nitidamente que determinado conhecimento apresentado pelos técnicos adquire outras formas na sua aplicação pelos moradores. Há exemplos de como estes conhecimentos e suas finalidades são alterados de acordo com a inserção destes no cotidiano da favela, como por exemplo: o viveiro de mudas, ao invés de produzir mudas para “mata ciliar” ou “reflorestamento”, se tornou um espaço para as crianças aprenderem sobre plantios; a adubação verde (mucuna preta) acabou sendo usada para uma feijoada, pois na visão dos moradores se planta para comer; a tecnologia de saneamento ecológico (fossa bananeira) acaba por ser inserida em circuitos políticos clientelísticos tornando-se um instrumento ligado à compra de votos; a coexistência de hortas com lixo num mesmo terreno.

3.6 Distâncias e proximidades entre percepções, conhecimentos e práticas

Técnicos enfocavam a prática das hortas urbanas, a compostagem e as tecnologias sociais a partir dos benefícios principalmente a nível doméstico, bem como, num nível mais amplo, na construção de cidades mais sustentáveis. Entretanto, os participantes sempre alertavam que os limites destas práticas esbarrariam numa questão de hábito e interesse, pois uma boa parte da comunidade não queria saber destes assuntos, bem como, qualquer ação que trouxesse um bem coletivo. Este é um exemplo das lógicas diferenciadas das comunidades epistêmicas em questão. Se para os técnicos uma vez esta sanada a carência de conhecimentos tais práticas alastrariam pela comunidade, para os moradores algumas pessoas dificilmente seriam motivadas por estes conhecimentos ou pela obtenção de benefícios difusos.

Circular pelo interior da comunidade confrontou o conhecimento dos técnicos a não apenas “ouvir a comunidade”, mas minimamente vivenciá-la em suas problemáticas e potencialidades, estimulando uma revisão substancial no que se propunha como práticas, técnicas, projetos e políticas. A interação contínua através dos mutirões nas casas dos moradores fragilizou a autoridade e conhecimento dos técnicos, ao mesmo tempo em que o contato com as formulações feitas pelos moradores, trouxe à perspectiva dos técnicos a necessidade de reconsiderar seus pressupostos.

Por outro lado, como já mencionado, havia alguns pontos de contato entre conhecimentos e práticas dos técnicos e moradores. Existia certo grau de semelhança entre a forma de manejo dos plantios. Dona Aparecida ao se lembrar do primeiro mutirão que ocorreu em sua casa, relata que teve a preocupação de que o projeto iria revolucionar seu quintal,

arrancar tudo que já estava plantado e fazer de outro jeito completamente diferente. Segundo ela nada disso ocorreu, senão que um manejo muito próximo ao que Geraldo já fazia: “não se jogava nada fora, guardava-se tudo, todo mato tinha utilidade, aprendia observando”. Após o conflito com Sr. Dodô sobre a horta da escola, os técnicos procuravam entender melhor e respeitar a organização dos moradores, sugerindo apenas alguns ajustes ou atuando nas casas que não tinham cultivos.

Outra ocasião que revela os esforços em aproximar estes universos diferentes é o caso das Conferências Livres do Meio Ambiente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013). É nítida a diferença do documento da primeira para a segunda Conferência e isto reflete esta reorientação pelo qual o projeto passou. Na primeira edição foi advogado pelos técnicos a importância do cultivo de hortícolas e plantas medicinais integrados à produção de adubo orgânico, a partir da compostagem doméstica, numa proposta de “fechar o ciclo” energético, desde a produção, consumo e reciclagem de nutrientes. Já em sua segunda edição, o evento é remodelado com os moradores sendo os “facilitadores” dos temas sobre resíduos, horta urbana, saneamento ecológico e captação de água de chuva. Para os técnicos estas práticas e conhecimentos deveriam então passar pela lente destes “facilitadores” (moradores que tivessem experiência com as respectivas práticas) que discutiriam com outros moradores da comunidade sua relevância e formas de aplicação na comunidade.

Se no primeiro documento há uma série de proposições de ações prioritárias, no segundo as propostas surgem acopladas às referências de iniciativas locais: moradores que construíram seus próprios sistemas de tratamento de esgoto; catadores e coletores de materiais recicláveis (óleo, Pet, ferro, sucata, filme, lixo eletrônico); as mais diversas técnicas de plantio dominadas pelos moradores (enxertia, alporquia); sistemas rústicos de captação de água de chuva; localização de poços e nascentes dentro da comunidade.

A maior parte destas referências era desconhecida pelos técnicos e também por muitos moradores participantes. Isto impactou a percepção de ambos no sentido de que, mesmo que a comunidade tivesse muitos problemas, existiam muitos moradores com conhecimentos e iniciativas voltadas à melhoria das condições ambientais.

Como desdobramento desta segunda Conferência alguns participantes antigos do projeto trouxeram propostas de subprojetos a serem realizados na comunidade. Desta forma estas formulações passam a ser equacionadas pelos moradores e apresentadas aos técnicos que passam a tentar sistematizar e mediar a possibilidade de captação de recurso. Alguns exemplos destas propostas são: a revitalização das nascentes locais através do

reflorestamento; sistemas de captação de água de chuva nas casas que não tem acesso a água; Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais recicláveis (na escola e na frente do galpão da cooperativa); mutirões casa-a-casa para divulgar as práticas de plantio, compostagem, captação de água de chuva e saneamento ecológico; estabelecimento de um modelo de “casa ecológica” com várias tecnologias sociais e aberta à visitação.

Após estes 4 anos de convivência entre técnicos e moradores, é possível afirmar que mesmo que estes universos mantenham suas particularidades, já não são tão estranhos um para o outro. Neste processo de interação os próprios atores selecionaram os conhecimentos e puderam submetê-los a processos de validação testando sua eficiência e relevância. É preciso ressaltar que este processo não se restringe a um lado, mas envolve tanto os moradores quanto os técnicos.

Nesta mudança do projeto para uma estrutura mais flexível e permeável, possibilitando a manifestação dos conhecimentos dos participantes e de moradores locais que ocasionalmente se juntaram às atividades, houve um distanciamento da concepção de “passar o conhecimento” para a direção do reconhecimento dos saberes locais, de forma que o verbo “trocar” ganharia cada vez mais sentido. Muito embora esta relação sofresse esta resignificação, baseada num pretenso pé de igualdade entre os lados, o núcleo da relação se mantinha: *o conhecimento dos técnicos necessariamente tinha que estar incluído na solução da problemática em questão*. Seja na forma de promover uma sistematização dos problemas locais, seja na apresentação de novas possibilidades de como resolver os problemas apresentados pelos moradores, seja pela formatação do conhecimento para facilitar a “multiplicação”, seja em muitos outros aspectos na qual o técnico entendia sua utilidade e o projeto legitimava sua existência.

3.7 Remodelando os conhecimentos e suas finalidades nas “multiplicações”

Segundo Long e Ploeg, o modelo de intervenção baseada em determinadas atividades margeadas por um tempo-espço que envolve a interação entre os assim chamados “interventores” e o “grupo alvo”, isola a própria intervenção do contínuo fluxo da vida social e as relações contínuas nos quais estão imersos os diferentes atores sociais (1989). Nesta concepção, é importante atentar para os processos autônomos que refletem o caráter ativo que os moradores desempenham em selecionar determinados conhecimentos e realizar as respectivas adaptações a partir da leitura do próprio ambiente. Este processo de adaptação tem

uma ligação direta com a percepção destes moradores sobre seu ambiente. Como explica Ingold (2002, p. 166), o conhecimento obtido pela percepção direta é de caráter prático, e advém da capacidade do executor da ação em selecionar as informações sobre o que o ambiente lhe permite.

Devido à heterogeneidade das formas concretas que estas novas formulações adquirem, torna-se difícil sua redutibilidade a dados quantitativos ou a sistematização de resultados de alguma forma atrelado a um planejamento prévio ou a uma matriz tecnológica de referência (Agroecologia ou Permacultura). A questão essencial é que este fluxo emergente não respeita um tempo pré-determinado (no sentido de prazos estipulados) ou um espaço definido (por estas iniciativas não estarem restritas apenas a localidade alvo).

Muito embora a pré-disposição de técnicos e moradores em adaptar conhecimentos sobre hortas urbanas, compostagem e tecnologias sociais tenha possibilitado a remodelagem destes conhecimentos, isto não pode ser visto apenas como uma produção cognitiva que surge de um processo harmonioso de “escuta”, de alguma “transferência”, ou implique necessariamente em consensos. Embora haja o esforço de construir pontes entre as comunidades epistêmicas, é justamente neste processo interacional que emergem e ficam evidentes as lógicas diferenciadas e os dissensos que permeiam esta produção intercognitiva.

Isto significa que ao se tratar de uma técnica de compostagem, trazida em sua dimensão teórica e prática pelos técnicos, não é possível falar em uma simples “replicação” ou “adoção” por parte dos moradores. O fato de vários moradores estarem fazendo a compostagem não significava que estavam replicando o conhecimento dos técnicos. Os moradores são mais do que meros “receptores” de conteúdos ou “seguidores de cartilha”. A informação é recebida e reinterpretada de acordo com o referencial dos atores (experiências prévias, especificidades de seu ambiente natural ou construído, informações ouvidas em outras fontes), num processo reflexivo que pesa possibilidades e impossibilidades, vantagens e desvantagens, mas que também inclui a experimentação prática de determinada técnica. Vários moradores implementaram de sua própria maneira as composteiras, sem estar muito preocupados com o modelo (caixa plástica, neozelandês ou pilha) que estavam seguindo, ou se a relação Carbono-Nitrogênio estava adequada (importante fator para evitar a decomposição anaeróbica e a eventual emissão de odores). Como veremos esta “experiência prática” é um fator importantíssimo na decisão de um morador em recomendar ou reprovar uma prática. Como consequência disso é preciso rever os processos de “multiplicação” de

maneira a investigar quais foram os contextos nos quais estas ações se deram e como o conhecimento é constantemente reforçado ou remodelado pelos moradores no cotidiano.

Veremos adiante alguns exemplos como o conhecimento sobre compostagem, hortas urbanas e saneamento ecológico, é apresentado pelos técnicos e o que os moradores fazem a partir disto.

3.7.1 Compostagem

A prática da compostagem era explicada por técnicos através da analogia ao chão de uma floresta (serrapilheira), onde tudo que lá se deposita cicla novamente. Fazer a compostagem significava assim uma reinserção do homem nos ciclos naturais, representados pela máxima de Lavoisier: “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. De acordo com o técnico responsável pela oficina de compostagem:

Partimos do princípio que tudo o que é orgânico é compostável, ou seja, pode transformar-se em terra (adubo) útil ao crescimento das plantas. Os amplos benefícios da compostagem para a gestão de resíduos orgânicos incluem a produção de adubos orgânicos, prolongamento da vida útil de aterros sanitários e redução das emissões de metano pela disposição de resíduos, entre outros impactos ambientais.

Os técnicos investiam em desenvolver e testar diferentes modelos de composteiras domésticas, buscando materiais de baixo ou zero custo, e tinham como referências principais dois projetos de compostagem: Revolução dos Baldinhos e Composta São Paulo²⁰. A proteção do resíduo a ser compostado era um elemento de preocupação devido à possibilidade de atração de roedores e insetos, mas mesmo assim a compostagem de pilha ou leira acabou sendo muito utilizada pelos participantes devido a sua praticidade e flexibilidade, necessitando apenas de um local em contato com o solo e folhas secas, dando origem ao que eles chamaram de “o nosso jeito de fazer”.

Esta adaptação ao local e as relações sociais em torno destas práticas eram traçadas pelos participantes em seu cotidiano principalmente na construção de relações com vizinhos,

²⁰ Mais detalhes sobre este programa pode ser encontrado no sítio eletrônico: <https://www.compostasaopaulo.eco.br/>. Para referências sobre o Programa Revolução dos Baldinhos ver Abreu (2013).

parentes e outras pessoas fora da estrutura do projeto. Um exemplo é o caso de Joana, na época estudante da Escola Estadual Duque de Caxias do nono ano, que recebeu uma composteira de caixa de fruta. Ela não dispunha de muito lixo orgânico em casa e assim organizou com sete vizinhos para estes pendurarem as sacolinhas com cascas em frente a sua residência, e em troca, oferecia folhas de bertalha e mamões de seu pequeno canteiro. Esta área plantada era um pouco maior que um metro quadrado, entretanto despertava o interesse de quem passava pelo terreno, pois dispunha de uma grande diversidade de plantas de utilidade relativamente conhecida, se tornava desta forma um local de interação onde trocas de conhecimentos e de produtos ocorriam.

O mutirão na casa de Joana ampliou a área de plantio para uma encosta logo abaixo da construção, um terreno no qual a família jogava o lixo, hábito que segundo a própria Joana também praticara. Nesta ocasião o terreno foi limpo e semeado com adubação verde, flores resistentes a seca (Girassol Mexicano - *Tithonia rotundifolia*; Cravo - *Tagetes erecta L.*), cana-de-açúcar, entre outros.

Por determinado tempo reverteu a situação do despejo de lixo, entretanto Joana se mudou para outro município, e a horta passou a coexistir com o retorno do acúmulo de lixo. Para um dos técnicos o fato de voltarem a jogar o lixo na ribanceira, mesmo com a horta lá significava uma resistência a mudança: “a experiência de mutirões, a gente tá limpando aqui mas não tem mudança, cadê a inspiração para mudar? Precisa de algum outro apoio. A gente se cansou disso! Fizemos dois ou três mutirões e de volta eles estavam jogando lixo lá.” Para o técnico era muito difícil de transformar aquilo num “caso de sucesso” do projeto de converter um lixão em horta, justamente pelo conflito que ocorria entre Joana e outros familiares que mantinham o hábito, e pelas discontinuidades que ocorriam devido mudança de local de moradia de Joana.

3.7.2 Hortas Urbanas

O desenvolvimento de oficinas e mutirões, junto à doação de materiais, mudas e sementes, estimulou que fossem realizados os mais diversos experimentos de plantios pelos moradores. Estas situações envolviam pessoas que nunca tiveram contato com uma planta, até aqueles que já praticavam há um bom tempo. Os participantes do projeto começaram a fazer hortas em casa e em outros lugares, como o local de trabalho ou de estudo.

Algo importante de mencionar é que determinadas categorias não são incorporadas no discurso dos moradores, não é comum estes se referirem a seus plantios como “agroecológicos”, “orgânicos” ou como “agricultura urbana”, assim como, não se referem a estes como uma “solução” para os “problemas ambientais” da comunidade.

Uma das demandas levantadas na I Conferência era a construção de um viveiro de mudas que pudesse fornecer mudas a baixo custo para plantios na comunidade²¹. O viveiro operou por 6 meses até ser desativado por ser acometido pelo vento sul que costuma encanar no vale. É interessante que este viveiro pouco cumpriu a função atribuída inicialmente, de produzir mudas para a comunidade, adquirindo outra finalidade.

A laje na qual o viveiro (feito de bambu em formato geodésico) foi posicionado era possível de ser observado da rua principal e despertou a curiosidade dos moradores, principalmente as crianças que buscaram saber o que era aquela construção exótica. Josiane, “guardiã do viveiro”, participante do projeto, agente de saúde e estudante de Ciências Ambientais, aproveitou esta curiosidade para envolver as crianças no manejo do viveiro aos finais de semana. Ela qualificou o viveiro de outra forma, no próprio fluir da curiosidade dos meninos e meninas surgiu a possibilidade de aliar o interesse com o manejo que o espaço necessitava, e de uma forma sensível engajá-los em práticas de plantio. Josiane relata sobre a importância desta prática:

Se todas as pessoas que plantam em casa, que simplesmente gostam porque receberam isto dos avós, se estas pessoas todas se juntassem e ensinassem isso para as crianças... hoje em dia as crianças não têm contato um com outro, o que dizer do contato com a terra? Não tem mais respeito! A nova geração está mais voltada à tecnologia do que pra interação tanto com o outro ser humano quanto com a natureza. Seria uma forma de estreitar vínculos, ensinar valores.

Os bisavós de Josiane moravam na Grota desde a década de 50 e vivam de pequenos cultivos e criações animais ao longo do morro, bebiam a água das nascentes e nadavam na Pedra da Lagoa e na Cachoeira. Na sua percepção os plantios seriam uma forma de promover o “contato com a terra” para crianças, algo fundamental para que estas pessoas

²¹ “Promover projetos de hortas comunitárias nos postos de saúde e nas escolas, bem como a construção de viveiros de mudas de hortaliças, ...para serem utilizadas na recuperação da mata ciliar, revitalização de nascentes e reflorestamento de áreas de encosta da comunidade, bem como na troca por resíduos entregues em um PEV [Ponto de Entrega Voluntária].”

desenvolvessem uma relação de “respeito para com o outro” e para a “natureza”. É interessante ver que estes são os valores que ela enxerga na possibilidade que o viveiro proporciona, o que faz desviar seu propósito inicial de produzir mudas para a “recuperação da mata ciliar, revitalização de nascentes e reflorestamento de áreas de encosta da comunidade”.

3.7.3 Saneamento ecológico

Este caso se desenvolveu ao longo dos quatro anos do projeto e que traz uma série de elementos sobre a agência de uma moradora na manipulação de diferentes elementos, concatenando na construção de mais de 15 sistemas ecológicos de tratamento de esgoto na região de Itaboraí.

Já foi citado a limitação da capacidade avaliativa dos resultados do projeto e todas as ramificações que ocorrem pelo agenciamento dos participantes. Fatores como a distância entre o local projeto e onde ocorre a “multiplicação”, acarretam a falta de uma comunicação continuada com os participantes limitam o acompanhamento deste desdobramento.

Dona Jussara participou dos três primeiros meses do projeto, na fase das oficinas, onde teve contato com a técnica de saneamento ecológico da Bacia de Evapotranspiração, também conhecida como Fossa Bananeira²² (Figura 3.2). Junto com seu marido ela conseguiu comprar um terreno em um loteamento de classe C em Itaboraí, com um amplo quintal, saindo da Grota. Eles tinham vontade de voltar a “morar na roça”, ter suas plantas, colher o seu aipim e cozinhar na hora, criar umas galinhas e peixes. Entretanto não queria morar lá sem ter resolvido a questão do esgoto, podia ter posto no valão, mas resolveu dar prioridade, primeiro comprou o tijolo, depois o cimento e por último pagou o pedreiro.

²² A Bacia de Evapotranspiração, também conhecida como “fossa bananeira”, é basicamente uma caixa de alvenaria que apresenta uma estrutura central de tijolos que é vazada por onde o efluente é direcionado, sendo envolto por camadas de materiais filtrantes tais como: restos de obra, brita, areia grossa e areia fina. A camada mais superficial é preenchida com terra, onde são plantadas espécies vegetais hidrofílicas com alto potencial de evapotranspiração, tendo a função de reduzir o volume de água e exportar para fora do sistema a matéria orgânica presente no efluente (no caso da bananeira através da produção de biomassa e dos frutos).



Figura 3.2 Fossa bananeira no quintal de Jussara e ao lado um modelo 3D da mesma.

Recorreram a *internet* para pegar o projeto da fossa bananeira e a um pedreiro local, entretanto este apresentou resistência, principalmente por sua referência ser as fossas sumidouros. Basicamente o sumidouro é “fechado” em cima “aberto” embaixo, por onde o efluente infiltra no solo, e eventualmente atinge as águas subterrâneas, tendo assim um potencial poluidor. A fossa bananeira é justamente o contrário do sumidouro, a estrutura de alvenaria impermeabiliza o fundo e é aberta em cima o que possibilita que a água seja evapotranspirada pela bananeira.

Após a implementação com sucesso da primeira fossa bananeira, Jussara passou a distribuir cópias do material de como fazer para os vizinhos e a divulgar em conversas no ônibus, circuitos informais, e deixando o manual em uma banca de jornal. O pedreiro ao ver a fossa funcionando reproduziu a técnica em outras moradias pela região. Sobre estas experiências Jussara relata como abordava as pessoas:

Outra vez eu estava vindo do ônibus. Ouvi dois homens conversando: ‘eu não sei o que vou fazer com o meu esgoto? Não sei se eu joga ele para o terreno do lado.

Agora o dono do terreno resolveu construir, e falou que eu tenho que me virar com meu esgoto. E eu não tenho pra onde jogar o meu esgoto!

Eu puxei conversa com ele e expliquei. Fui lá em Visconde e deixei uma cópia na banca de jornal pra ele pegar e fazer. E ele ficou super agradecido e disse que já tinha passado para outras pessoas. Esta semana minha irmã fez.

Este meu outro irmão também fez só que lá tem muita água, ele não conseguiu fazer a impermeabilização. Para não entrar água de fora nem pra água que tá dentro sair.

As pessoas falam ‘Ah! Eu não tenho dinheiro pra comprar um saco de cimento’, mas tem sempre dinheiro pra comprar uma cerveja, um cigarro, um celular de última geração.

Durante o período eleitoral de 2016, um cabo eleitoral veio pedir votos para Jussara e esta lhe apresentou a fossa bananeira como uma alternativa para a falta de infraestrutura local. Esta tecnologia foi inserida na campanha eleitoral do candidato, que a incorporou dentro das lógicas clientelísticas passando pra várias pessoas o manual e distribuindo material de construção para as pessoas que não tinham recursos financeiros.

De todos os exemplos citados anteriormente, talvez o de Jussara seja o mais ilustrativo de como estas relações sociais, em torno de uma prática ou tecnologia, são desenhadas a partir do engajamento da pessoa naquele ambiente e nas relações que estabelece. O fato de ela ter tido um pequeno contato com os técnicos em relação a outros moradores, traz uma série de reflexões sobre este processo.

Primeiramente é preciso considerar que Jussara colocava o saneamento como um pré-requisito básico para habitar no local: “aqui passa um valão, era muito simples botar um cano, botar o esgoto e jogar pro valão, mas e a contaminação? E quem tá depois de mim? Nós temos que fazer a diferença, não é porque os outros fazem errado que nós temos que fazer”. Para ela existe por trás desta preocupação um comprometimento moral para com seus vizinhos, e coloca-se de forma crítica aos valores que preconizam que “celulares de última geração” sejam priorizados frente ao que julga ser uma condição básica de habitação, o saneamento.

As chamadas “multiplicações” não se dão de maneira automática ou fruto de uma eficiência tecnológica, mas como uma constante construção que envolve a seleção, tradução, adaptação e criação de conhecimentos e práticas, mas também envolvem processos aparentemente contraditórios e conflitivos, como a coexistência: lixo-horta, tecnologia social inserida em clientelismos políticos e conflitos entre vizinhos.

Esta participação ativa não deve ser menosprezada, como geralmente as abordagens tecnicistas o fazem, ao centrar na potencialidade intrínseca da tecnologia, mas deve-se buscar

o entendimento de como tais tecnologias dependem de processos sociais e atores específicos, interagindo com elementos que são inseridos num corpo de conhecimento existente, que dialoga com o passado de vida destas pessoas e suas visões de mundo.

3.8 A incorporação e complementaridade entre práticas, conhecimentos e tecnologias

Olivier de Sardan (2005, p. 105-107) traz a metáfora que determinado conhecimento deve ser tratado como um “enxerto” no sentido que a inovação implica numa mistura, hibridação e sincretismo. Para exemplificar esta reflexão retornarei o exemplo de Dona Jussara.

As modificações do conhecimento ou da técnica, voluntariamente ou não, formalmente ou não, dão espaço para o surgimento de efeitos imprevisíveis. Este fenômeno estaria “ocorrendo entre dois conjuntos vagos”, dois mundos interconectados, duas comunidades epistêmicas distintas, cada qual com suas diferentes normas e registros, ou seja, uma substancial diferença interna, o que evoca as possibilidades confronto: o pedreiro contesta o funcionamento da fossa bananeira (fechada embaixo e aberta em cima) baseado na conhecida fossa sumidouro (fechada em cima e aberta embaixo), ou seja, em seu referencial de técnicas já conhecidas. Esta interação não ocorreria no vazio, mas “dentro de uma arena”, com grupos estratégicos que se cristalizam ao redor de interesses, de restrições e recursos: o poder público não fornece os serviços básicos para os loteamentos em torno dos grandes empreendimentos do como o COMPERJ, a realidade do saneamento local é a dos “valões” e quando muito das fossas sumidouros. Neste sentido a fossa bananeira é incorporada por estruturas clientelísticas que utilizam-se desta situação de precariedade, mesmo que o saneamento ecológico se coloque como uma alternativa contra-hegemônica por sua característica de tratar localmente os efluentes, ao invés de haver uma rede coletora que centralize o tratamento em estações, e, gerando assim benefícios decorrentes da reciclagem de nutrientes (na forma de frutos da bananeira). A inovação penetra na sociedade local “através de intermediários”, que estão menos ou mais situados na interface dos dois conjuntos que se confrontam, estes podem ser tanto os técnicos ou os próprios moradores. Elementos na trajetória de Jussara apontam sua afinidade com o setor de vendas e comunicação, um fator importante para entender as estratégias que ela utiliza para divulgar a tecnologia, em conversas no ônibus e pontos de referência como bancas de jornais.

Neste processo de enxertia é preciso considerar também o caráter complementar destas práticas. Assim como para Jussara o saneamento estava indissociado à utilização de seu terreno para plantações e criação de peixes, a interação entre técnicos e moradores também construiu associações ligadas à solução da problemática do lixo na comunidade: através da inter-relação entre a compostagem, com o objetivo de gerar adubo orgânico, com as hortas e frutíferas, chegou-se a uma proposta que traria um benefício concreto, que ao mesmo tempo estimularia a coleta seletiva e a disposição adequada dos resíduos. Ao separar a fração orgânica, boa parte do restante seria reciclável e de alto interesse para os catadores locais.

Junto a este eixo central outras tecnologias foram também implementadas e difundidas, com este caráter complementar: no cenário de falta de água (verões de 2015-2016), a captação de água da chuva visava suprir a alta exigência de água dos cultivos; nas casas mais ao alto do morro, não contempladas pelas obras do PAC, o tratamento ecológico do esgoto das casas melhora o saneamento ambiental e seria mais uma fonte de matéria orgânica para a renovação da fertilidade do solo, especificamente para as frutíferas.

Neste processo da adaptação destas tecnologias ao contexto da comunidade, houve a incorporação de conhecimentos dos moradores por parte dos técnicos, que passam a prescrevê-lo ou utilizam-no para ilustrar o potencial criativo do morador de comunidade. Um exemplo disso é o sistema de recolhimento de água de chuva, na qual existe uma prática bem difundida na favela que consiste em utilizar um cano PVC de 100mm, cortado longitudinalmente, que é fixados junto às telhas com o auxílio de arames. Esta calha adaptada passa a fazer parte do repertório dos técnicos ligado à captação de água de chuva como uma alternativa de baixo custo frente às calhas pré-fabricadas.

O domínio dos princípios das tecnologias ocasionou não só a apropriação dos conhecimentos e práticas, mas também a significação e expressão destas dentro do cotidiano da favela. A própria forma com que os participantes se referiam a tais tecnologias estava carregada de percepções que implicavam uma tradução espontânea destas práticas para uma forma de expressão diferente do linguajar técnico: ao invés da composteira, a “decomposteira” seria onde as “cascas e folhas” seriam transformados em “areia preta” pelos decompositores; ao invés da captação de água de chuva, a “capitalização de água de chuva” seria uma forma de dar valor a um recurso usualmente desperdiçado. Neste sentido estas novas formas de expressão é de certa maneira também vista na II Conferência, na qual técnicos e participantes tentam traduzir tais tecnologias para o cotidiano da comunidade dentro dos eixos temáticos: a Reciclagem e Compostagem é ressignificada como “Lixo é um

Luxo”; o Saneamento Ecológico se torna “Seu Cocô vale Ouro”; a Captação de Água de Chuva muda para “A Oportunidade que Cai do Céu”.

Entretanto este processo de tradução e incorporação das tecnologias no cotidiano não seria apenas um ressignificação ou mudança de hábito. Algumas destas práticas ou tecnologias, como o vermifiltro²³, para os técnicos envolveria uma “mudança cultural”, isto pode ser exemplificado pela questão da reciclagem dos nutrientes presentes nas fezes humanas no local onde estas são geradas, “fechando o ciclo” ao voltar para terra para produzir mais alimentos. Entretanto esta “mudança cultural” só seria possível caso fosse superada a “cocofobia” (aversão às fezes e a desvalorização do potencial de seus nutrientes) e houvesse um novo olhar sobre o papel dejetos dentro dos ciclos naturais. Novamente a analogia da “sabedoria da natureza” é utilizada para que denotar que o homem deveria se inspirar nas dinâmicas da serrapilheira de uma floresta, onde os nutrientes, presentes em folhas, galhos e fezes de animais, são novamente ciclados”. Desta forma o sucesso desta tecnologia social dependeria de uma “mudança cultural” que também consistia em uma oposição ao paradigma moderno que apresenta soluções que transferem os problemas para longe de sua origem com o simples “apertar de um botão”. Estes sistemas automatizados promoveriam o desperdício de nutrientes e fariam da cidade um local importador de fluxos (comida, energia elétrica, água, pessoas) e exportador de passivos ambientais (poluição dos corpos hídricos, do ar e do solo).

O vermifiltro operou por mais de um ano e foi reconhecido por técnicos e moradores como uma alternativa de baixo custo para o destino de efluentes em casas situadas mais ao alto do morro (geralmente as casas mais humildes) e com demografia menos concentrada. Em reuniões de apresentação do projeto em outras comunidades a dona do vermifiltro foi convidada a compartilhar sua experiência e sem constrangimento recomendou a implementação de outra tecnologia de saneamento ecológico, a Bacia de Evapotranspiração (fossa bananeira), por esta não necessitar de manutenções tão frequentes e ser uma construção mais robusta²⁴. Obviamente estas considerações se chocaram com a visão dos técnicos que tinham a expectativa de que este relato impulsionasse o vermifiltro no contexto das favelas.

²³ O vermifiltro foi implementado em uma bombona azul de 200 litros, seu funcionamento consiste num filtro por gravidade, sua camada superior que retém a porção sólida do efluente é uma composteira de minhocas que transforma a matéria orgânica em húmus. As camadas inferiores compõe o filtro em si, seguinte o ordenamento: areia grossa, pedrisco e brita. O líquido restante pode ser utilizado na irrigação de frutíferas, preferencialmente de bananeiras. Para mais informações ver Sinha (2008, 2010) e Soto (1998).

²⁴ Para o adequado funcionamento do vermifiltro é necessária a manutenção que consiste basicamente na retirada do material compostado pelas minhocas, dependendo do número de usuários ela precisa ser realizada em determinada frequência, aqui no caso seria a cada 3 meses para uma família de 3 pessoas.

Dentro da própria seara de tecnologias de saneamento ecológico há certa competição entre diferentes modelos, em que se busca um que seja o “ideal” para determinado caso, levando em conta uma série de aspectos (ecológicos, econômicos, sociais, culturais, espirituais). Muitas vezes o fato de determinada tecnologia ser implementada depende do “capital simbólico” ou das “vivências” dos técnicos, que não necessariamente estão ligadas a um contato cotidiano com tais tecnologias e familiaridade com suas especificidades. Afinal de contas nenhum dos técnicos envolvidos tinha um vermifiltro em sua casa, obviamente que se algum tivesse naturalmente seria um motivo reforçador de sua autoridade. Mas o fato é que a dona do vermifiltro usou sua autoridade para recomendar algo diferente, o que aponta para que, embora haja uma confluência de interesse em divulgar tais tecnologias, existe diferentes percepções entre moradores e técnicos muitas vezes conflitantes.

No entanto, nem sempre os moradores têm um papel favorável à difusão de conhecimentos ou técnicas, é preciso lembrar que eles estão ensartados em conflitos locais, indisposições, que também podem comprometer este processo. Um elemento novo ou de fora muitas vezes pode ser mais valorizado que o de dentro, mas em um processo de contato contínuo, como aconteceu na intervenção analisada, o “novo” deixa de ser tão “novo” e o “de fora” também deixa de ser tão “de fora”. Isto tem impactos grandes na participação dos moradores e a tentativa de “mobilização” mantem-se o grande desafio.

3.9 Quando a comunidade é convidada mas não aparece: oscilações na participação

Argumenta Valladares (2005, p. 140), que a comunidade é composta por grupos de interesses bem distintos e muitas vezes em situação de conflito ou de competição. Long (2001, p. 243), ao discorrer sobre o conceito de comunidades epistêmicas, pontua a existência de uma diferenciação interna composta por “redes de conhecimento” que são mais ou menos compartilhadas pelos diferentes atores de uma mesma comunidade. Ambas as considerações contribuem para fragilizar o mito de que a comunidade é uma entidade social caracterizada por relações de solidariedade, compondo uma unidade facilmente definível. A comunidade é local tanto de solidariedade quanto de conflito, de alianças mutáveis, dos diferentes balanços de poder (Cleaver, 1999). Segundo um morador, “é a mesma coisa que a gente vê lá fora” ao se referir à desigualdade e a segregação social dentro da favela: pode-se encontrar tanto “casarões” bem estruturados quanto “barracos” que não têm acesso à água nem luz.

No início do projeto muitas ações e divulgações foram feitas no intuito de convidar “a comunidade para participar”, entretanto muitas vezes houve um sentimento de frustração pela ausência subsequente, justificando uma reorientação no sentido de trabalhar com os moradores verdadeiramente “interessados”.

Desta forma o PE ficou restrito principalmente a interação com o grupo de pessoas ligadas à escola e dos agentes do posto de saúde, e, eventualmente um ou outro morador. Estar envolvido com a escola e o posto de saúde implicava em ter cautela (ou não interagir) com outro conjunto de atores, como por exemplo, a associação de moradores e as pessoas ou organizações “envolvidas” com o tráfico. Muitas vezes as ações do PE competiam por público com estes outros grupos e projetos sociais²⁵, assim como, com compromissos de família, do trabalho, da religião e os momentos de lazer e descanso. Ao passar a atuar nas casas dos moradores, através dos mutirões, o projeto amplia a interação incluindo alguns vizinhos, amigos e parentes dos moradores participantes. Isto possibilitou a interação com grupos da igreja e dos catadores de materiais recicláveis.

A interação dos técnicos não se dava com a comunidade como um todo, mas com alguns grupos de moradores que partilhavam de interesses e conhecimentos sobre a “questão ambiental”, mesmo que com diferentes percepções do ambiente. A maioria da comunidade ficava de fora desta interação, e mesmo aqueles que participavam nem sempre tinham tanto interesse em tudo que os técnicos apresentavam, fazendo assim uma seleção do que era relevante. Vejamos o relato de uma estudante da escola que participou do PE:

O projeto [Ecomagente] é chato. Eu não gostava, nem prestava atenção. [eu dizia:] ‘Ai Tininha poxa! Eles falam muito!’. Mas quando a gente para pra pensar. Nossa! Que bonito o que eles fazem, depois que você vê o que a planta faz e pode usar é bem legal. Eu não sabia de muitas coisas, a planta servia para fazer remédio. Hoje eu sei para que isto serve.

Embora tenha se referido ao projeto como “chato”, “eles falam demais”, esta moradora foi encorajada pela diretora da escola (Tininha) a continuar a participar das atividades. Alguns atores como a diretora tem um papel fundamental na construção de pontes entre universos diferentes, estendendo a possibilidade desta interação. Quando a moradora se refere a “saber o

²⁵ Muitos destes outros projetos tinham a finalidade de “tirar” as crianças do tráfico e proporcionar outras “oportunidades”.

que a planta faz", trata-se de um conhecimento que ela selecionou em meio às falas exacerbadas.

Assim os técnicos enfrentaram muitas dificuldades para “mobilizar”, manter um grupo de participantes e trazer atividades “atrativas”. No final do primeiro ano o projeto experiência um esvaziamento das atividades, esta ausência trouxe dúvidas aos técnicos. Será que o que estavam trazendo não era relevante para a comunidade? Será que a comunidade não queria se mobilizar em relação a seus problemas ambientais? Meio ambiente não seria uma prioridade em meio às tantas outras demandas?

É possível ver esta dificuldade da mobilização que Palermo (2014) expressa, ao se referir as resultados do primeiro ano do projeto:

É difícil se obter qualquer conclusão quanto aos resultados desse projeto em termos de mobilização comunitária em um curto espaço de tempo. Sem dúvida ele requer uma manutenção motivacional até que os próprios moradores participantes do projeto deem continuidade aos Grupos de Trabalho formados e envolvam cada vez mais moradores em um processo de resgate de mobilização comunitária. Processo esse vivido após os desmoronamentos, mortes e desabrigados ocorridos durante as chuvas torrenciais de 2010 (PLATONOW, 2010). Dentro desse contexto parece que a perda gera uma mobilização comunitária com muito mais força que uma para um ganho coletivo a médio e longo prazo. (p. 98)

As pontuações do autor fazem um comparativo de contextos muito diferentes na qual uma suposta “mobilização” deveria ocorrer, sugerindo que esta só ocorre satisfatoriamente em momentos críticos. A visão da continuidade a ser efetuada pelos participantes, através de uma estrutura criada pelo projeto (Grupos de Trabalhos), não pode ser considerada a única forma de agência dos moradores. É importante olhar para como estes manipulam diferentes conhecimentos num nível mais cotidiano e informal, longe de denominações institucionais, mas coerentes às relações sociais locais e às possibilidades que o ambiente oferece. Tanto a estrutura do projeto quanto os próprios técnicos, são elementos externos a tal comunidade epistêmica, muito embora possam estar em processos de interação. Já abordei alguns tópicos sobre o processo de autoconstrução no item 2.1 e os processos históricos de mobilizações da favela que demonstram que este é um estado praticamente constante na própria conformação destes territórios, e no capítulo seguinte trarei uma série de informações sobre processos autônomos e as relações com o ambiente. Quanto a afirmação de Palermo (2014), parece-me

que ela é compatível apenas para a atuação do poder público, que nestes territórios se dá majoritariamente em resposta aos momentos críticos.

Um segundo mito comum entre os “agentes do desenvolvimento” e que pode ser visto no relato sobre a dificuldade de mobilização, é o de que a comunidade é capaz de tudo desde que haja suficiente mobilização e interesse em se envolver com os projetos propostos (Cleaver, 1999). Este pensamento muitas vezes desconsidera as questões estruturais e as restrições de recursos, principalmente daqueles que mais precisariam do que intervenção oferece. Trabalhar apenas com um grupo de “interessados” é desta forma, algo substancialmente diferente do que estar trabalhar com “os que mais precisam”.

Das subdivisões da comunidade adentraremos a mais um nível de investigação que revelará que nem mesmo entre técnicos e a gerência do projeto existem subdivisões, de forma que não há um consenso sobre a intervenção.

3.10 Disputas e conflitos internos à estrutura do projeto

Como já abordamos no início deste capítulo, há um rigor nos dados oficiais do projeto que não deixa perpassar suas dinâmicas e disputas internas, apregoando uma imagem de harmonia, eficiência e capacidade em apresentar resultados positivos. A capacidade de controle das definições do que se supõe que está acontecendo localmente, é algo de extrema preocupação das instituições, por justamente carregarem seu “logo” e comporem a identidade que é divulgada para financiadores. Isto traz luz sobre os processos que levam a determinados conhecimentos serem priorizados frente a outros, e talvez contribua para o entendimento de porque o conhecimento de moradores é ofuscado ou não aparece nos momentos iniciais do projeto.

Apenas na dimensão cotidiana do projeto, e principalmente a campo, é possível captar estas diferentes percepções sobre o que deve ser feito, o que desemboca muitas vezes em divisões bem marcadas entre técnicos e a gerência.

No terceiro ano de projeto houve uma mudança em sua gerência (entrada de um novo coordenador pelo Instituto Rumo Náutico) que influencia a condução do projeto na direção de cristalizar determinados procedimentos, o que causou conflitos com os técnicos de campo.

A principal mudança operacional seria que toda ação deveria seguir um planejamento pré-fixado que resultaria necessariamente em “produtos” palpáveis entregues ao final de cada mutirão. Esta prerrogativa colocava em cheque boa parte da flexibilização adotada a partir

segundo ano nos mutirões, limitando a participação dos moradores e novos participantes em propor rumos às atividades do projeto, ao mesmo tempo em que valorizava um tipo de resultado mais concreto.

Na percepção dos técnicos a nova gerência estaria mais preocupada com resultados concretos e desconsiderava os resultados qualitativos, e o fato dela nunca ter visitado a Grota para ver as ações do projeto denotava a desvalorização do esforço empreendido.

Estes procedimentos administrativos tinham por objetivo reforçar a coerência do projeto junto ao financiador. É importante ressaltar que este redirecionamento da atuação do projeto, a partir de um planejamento fixo e mais arrochado que no primeiro ano, causou uma série de desgastes que contribuíram para a fragilização da parceria entre as instituições. A partir do quarto ano do Projeto Ecomagente o apoio financeiro do IRN é retirado, justificado pela necessidade de relocar recursos novamente para a manutenção da embarcação coletora de lixo flutuante.

Estas discontinuidades de parcerias, primeiramente com o Programa Enseada Limpa da prefeitura e posteriormente com o IRN, conformou a percepção dos técnicos de reforçar a crítica a estas instituições que não tinham interesse em ações continuadas e “comprometimento” com a comunidade. O interesse do poder público ou de organizações do terceiro setor buscariam apenas ações que pudessem render algum tipo de “visibilidade” na conjuntura política (“marketing ambiental”). Neste sentido o barco coletor de lixo flutuante era um chamariz muito eficiente, pois as pessoas na praia viam o barco na água e pensariam que algo estava sendo feito. Mas quem iria se arriscar a entrar numa favela, considerada “violenta” e “área de risco”, para ver algum tipo de ação local? Esta percepção de como o poder público e terceiro setor tratavam a questão ambiental nas áreas de favela é um caráter distintivo e norteador de estratégias institucionais adotadas pelos técnicos para buscar novos financiamentos, parcerias com atores locais, aceitar voluntários e promover intercâmbios. Para os moradores, tanto a inconsistência das ações da prefeitura quanto a retirada do apoio financeiro do IRN, eram mais elementos que reforçavam o descrédito frente aos agentes externos ocasionais, assim como fortalecia a relação de “confiança” nos técnicos que “não abandonaram a comunidade”.

O projeto não é um algo harmonioso, mas composto por diferentes concepções que disputam os rumos que a intervenção, tanto a nível institucional quanto a campo. O projeto é uma arena e ao longo de sua implementação há uma mudança nos posicionamentos,

flexibilizações e cristalizações. Por fim, iremos abordar como as percepções de técnicos e moradores foram modificadas por esta interação.

3.11 Mudanças nas percepções de técnicos e moradores

Um pressuposto comum é considerar que os moradores conhecessem bem sua comunidade, mas alguns locais podem ser lhes tão desconhecidos como para as pessoas de fora. Para alguns moradores a ação do PE, principalmente nas caminhadas e nos mutirões pela comunidade, contribuiu para que eles pudessem conhecer melhor o local onde viviam. Josiane correlaciona isto como um complemento à sua função de agente comunitária:

Antes de eu me tornar uma agente comunitária de saúde, quando eu era simplesmente moradora, eu via muito mais aos olhos de outras pessoas... eu não conhecia como eu conheço hoje. Eu ficava mais restrita onde morava e conhecia eventualmente a casa de uma amiga ou parente que mora mais afastado, mas nada de explorar. Depois que eu me tornei agente de saúde eu passei a explorar mais onde eu vivia, mais caminhos, trilhas, lugares surpreendentes, que eu nem imaginava que existia na Grota. Um espaço muito diferente do outro! A gente vai passando por várias experiências como participar do projeto Ecomagente que me permitiu expandir meu olhar... Se antes eu olhava o canal, passando esgoto, depois eu passei a olhar ele de uma forma diferente. Aquilo antes era um rio, fazia parte de uma rede hídrica, ela nascia em algum lugar, ir cair em algum lugar, ia ser poluído, e passar a doença para alguém.

É importante pontuar que tanto para moradores quanto para técnicos o projeto envolvia conhecer outras referências. Conhecer a casa de alguns moradores e ver como eles faziam seus plantios e criações animais relativizava as formas preconizadas pelos técnicos e os manuais de plantio, assim como, para os moradores as visitas técnicas (em propriedades agrícolas com produção agroecológica, curso de agricultura urbana, redes de troca de sementes) traziam novas referências e ampliava as possibilidades de uso e significação do ambiente.

Mas é preciso considerar as referências ligadas às trajetórias destes moradores, o caso da horta na ribanceira de Joana aponta para um resgate das práticas de sua avó que costumava plantar neste local que veio a se tornar um espaço de despejo de lixo. O esforço de Joana em

resgatar esta utilidade ao local vem acoplado à outra forma de ver as relações com seus vizinhos.

Na minha casa eu fiz uma horta, e eu não tenho muito lugar porque é uma ribanceira. Agora tem que tirar este lixo de lá. Então eu pedi pra família e com a ajuda do Ecomagente, a gente tá tirando de vagarzinho e estamos plantando bananeira, mandioca. É muito interessante que as pessoas passam e vê. ‘O que vocês tão fazendo aí?’, entendeu? Era o lugar onde que eu jogava o meu lixo. Hoje eu estou tirando e tenho a coragem de assumir que antes eu jogava.

Sabia que se os vizinhos vê você jogando eles jogam também? [Estou] reformando aquele lugar que era um lugar bonito, tinha plantação ali, hoje eu estou tentando trazer isto de volta, mostrar pra minha filha, que tem alguma coisa de bom ali, que não tem alguma coisa que pode me prejudicar. Esta chuva que teve, o desastre aqui na Grota, infelizmente aquele lixo desceu e derrubou a casa da minha vizinha de baixo, graças ao lixo que eu jogava. Hoje eu estou contribuindo pra tirar o lixo pra não prejudicar meu vizinho debaixo.

Nada desce pra casa dela, ela que sobre pra colher, entendeu? Hoje eu tenho consciência do que fazia e tô tentando trazer de volta o que era bonito, pra minha família.

Esta moradora faz a correlação do acúmulo de lixo com o agravamento dos deslizamentos e acredita que a “horta” pode ser uma forma de desenvolver uma sociabilidade com seus vizinhos, de caráter mais solidário. No entanto, com isso ela tenta se aproximar da comunidade epistêmica dos técnicos ao apresentar sua capacidade e potencial como mobilizadora de relações. A horta pode ser vista aqui também como uma interface com a qual ela afirma sua identidade e posição na comunidade e com os técnicos, atraindo recursos materiais e humanos, ou seja, convencendo outros a contribuir com sua empreitada.

Mesmo sobrevivendo às oscilações da participação ampliando a atuação em outras comunidades, o PE sofre um grande impacto no término do quarto ano. Um incidente abalou os ânimos tanto de moradores quanto dos técnicos: um casal de moradores, que participavam desde o primeiro ano do projeto, foi brutalmente assassinado em outra favela para a qual tinham se mudado.

Reservo minhas considerações pessoais sobre este ocorrido para as conclusões da pesquisa. Por hora quero apresentar a perplexidade de um técnico que ao fazer sua retrospectiva de experiência com o projeto considera “sem saída” os problemas vivenciados na comunidade:

A gente foi entrando no local e vendo como é complexo, como entram outras questões que no início a gente não tinha capacidade de enxergar: a questão da violência, entrar no lugar sempre com alguém; a pessoa tá ali convivendo com aquela realidade e ela não tem tempo pra se dedicar, ela tem que trabalhar.

O pequeno grupo que a gente conseguiu é uma revolução, se a gente parar pra pensar. E como a gente continua? Depois de quatro anos lá? Eu comecei a não ver muita saída. Porque a mudança só acontece no coletivo. Não adianta um indivíduo e outro mudar.

Aquela realidade é outra cultura em relação a minha, não nasci ali e não cresci ali. Para o movimento é interessante que tenha lixão porque é a forma que você tem de escamotear uma ‘prova’, você já tem um conflito de interesse ali. Se o morador quer fazer algo que melhore o ambiente dele, ele também depende dos vizinhos, você não consegue obrigar ninguém.

Eu comecei a perceber que a gente conseguia transformar as pessoas e não o lugar.

Cai no gargalo do poder público, já está calejado a questão de ser um ‘curral eleitoral’, são uma população de 5000, se elege até um deputado... Se consegue alguns benefícios locais e pontuais, mas não há uma reivindicação e articulação positiva da comunidade com uma associação de moradores engajada. Talvez historicamente já foi assim...

A comunidade que está a metros do metro quadrado mais caro de Niterói, por que é tão excluída?

Aí entra a crise econômica, a comunidade fica mais violenta, fica mais complexo, que você não consegue nem entrar lá pra fazer alguma coisa. São pessoas novas que estão entrando e não conhecem ninguém. Uma pessoa quer se engajar, mas o vizinho de cima não quer. A gente conversou com uma pessoa e o vizinho dele jogando uma garrafa na Pedra da Lagoa. Mas como transformar a Pedra da Lagoa?

Eu acabei ficando meio pessimista!

A visão do técnico de sua trajetória na comunidade é marcada pelo enfrentamento de restrições, como a ausência do poder público e “exclusão” a que aquela localidade estava submetida, assim como, pela “falta de colaboração” e “interesse” dos moradores. Tudo isso desemboca na definição “não vejo saída” para “melhorar a qualidade de vida” na comunidade. O técnico se ajusta ao longo do tempo, mudando o alvo de “transformação”, já que estas questões impunham fortes restrições à capacidade de intervenção. O foco muda de “transformar o local”, que inicialmente se pretendia ser feito a partir da gestão de resíduos e articulação com poder público, para “transformar o indivíduo”, que preconizava a manutenção de ações dentro um “pequeno grupo” de “pessoas interessadas”.

Este “pessimismo” obviamente não é partilhado por todos os envolvidos, mas seria aqui muito extenso apresentar outras percepções. Por agora quero enfatizar uma dúvida que brota a partir das reflexões deste capítulo: como as comunidades epistêmicas em questão foram impactadas pelo processo de interação, pelas diferentes referências, pelo esforço da construção das pontes?

3.12 Síntese: a produção intercognitiva entre técnicos e moradores

Não há referência temporal para demonstrar que esta interação tenha provocado algum tipo de alteração concreta nas comunidades epistêmicas, ou se tenha causado alguma mudança social. Seria necessário mais tempo de pesquisa, e talvez uma intervenção com mais tempo de duração. O que pode ter ocorrido seja a mudança na percepção, conhecimentos e práticas tanto de técnicos como de moradores, algum aprofundamento mais crítico, mas é complicado encontrar elementos que ilustrem com clareza a solidez desta transformação, e se esta mudança é permanente.

Este processo de interação entre percepções e corpos de conhecimentos diferentes, bem como sua concretização em ações ou tecnologias, vai muito além de apenas uma adequação das técnicas às especificidades locais. Muitas reflexões sobre como determinada tecnologia irá se espalhar dão margem para diversas formulações. A abordagem do morador como um simples multiplicador de algo que lhe foi passado simplifica sua agência, dando obviamente o crédito maior à origem difusora da tecnologia (projeto ou intervenção), o que muitas vezes pode ocultar um série de traduções locais, tais como: seleção e adaptações da tecnologia; desenvolvimento de uma linguagem explicativa; negociações com atores locais; veiculação da tecnologia em canais de comunicação em nível local; interações com políticas locais ou públicas.. Por outro lado a noção de interface (Long, 2001) aponta que existem discontinuidades e acomodações entre os conhecimentos de técnicos e moradores, sendo realizado um esforço constante de encontrar pontos de contato e fazer pontes entre as diferentes percepções. É neste sentido que vemos a emergência de um novo conjunto de conhecimentos, um terceiro elemento de natureza intercognitiva, que é um produto da negociação e diálogo, mas também do convívio, das relações contingenciais e da coexistência entre elementos antagônicos. Este processo de produção de conhecimento, práticas e novas relações é algo extremamente imprevisível e de difícil adequação a planejamentos prévios.

Esta enxertia da tecnologia, sua reprodução e circulação em nível local, dialoga com uma série de elementos, lógicas e estratégias que são desconhecidos para agentes externos. No caso do projeto estudado este diferencial também se expressa através origem social dos técnicos (classe média, média-alta) e a dos moradores locais (classe popular)²⁶. Surge então uma pergunta de como o “social” é tratado e qual o peso que este adquire nos centros geradores ou difusores destas tecnologias? Quais são as configurações que este “social” assume localmente e que tipo de relação ele mantém com sua origem?

É necessário frisar que os manuais de tecnologias sociais geralmente apresentam um enfoque mais tecnicista, principalmente as tecnologias mais elaboradas que envolvem construções e mecanismos. Muitas vezes o contexto social é abordado de forma genérica e donatária de definições dicotômicas, como por exemplo, as tecnologias para zonas rurais ou urbanas. Estas definições não são muito elucidativas quando se trata de um recorte muito específico e altamente híbrido como as favelas.

Neste objetivo de capacitar “agentes multiplicadores”, que “irradiariam” determinadas práticas e conhecimentos para sua comunidade, é sustentada a visão de instrumentalizar pioneiros que irão ter uma influência posterior sobre seus familiares, vizinhos e a comunidade. A meu ver esta visão apresenta influências difusionistas, e deixa uma incógnita de como a tecnologia, conhecimento ou prática preconizados interagem e podem se inserir nas redes de conhecimento pertencentes àquela comunidade epistêmica.

Existe uma diversidade de situações, condições e elementos que permeiam tanto a esfera individual quanto a coletiva que se apresentam como limitantes dentro da favela, tais como: as diferenças muito marcantes da situação econômica e financeira; graus diferentes de familiaridade e interesse com práticas que envolvem o manejo do ambiente e de ciclos naturais; suscetibilidade de determinadas áreas a interferências externas (tráfego, porcos, cavalos); sentimento de pertencimento ao local, que depende não só da pessoa ter nascido na localidade mas também a situação de posse do imóvel; problemas familiares, conflitos entre vizinhos e falta de representatividade da instituições locais.

Essencialmente a diferença entre o conhecimento de técnicos e moradores está ligado às percepções distintas sobre o ambiente e o que fazer com este. No próximo capítulo iremos nos aprofundar nas particularidades das relações ambiente e sociedade, compreendendo um conjunto um pouco maior de moradores, conhecimentos e práticas. A abordagem seguinte irá extrapolar esta distinção clara entre moradores e técnicos, ou conhecimento local e

²⁶ Muitas vezes encontramos moradores em condições de renda e patrimônio (casa própria) em situação superior ao dos técnicos.

conhecimento tecnocientífico. Tais categorias são organizadas principalmente pela própria estrutura de projeto ou intervenção, mas no cotidiano tais questões se apresentam de formas imbricadas e muito mais entrelaçadas. Neste sentido o objetivo é extrapolar tal dicotomia entre quadros cognitivos (comunidades epistêmicas) de elementos internos ou externos à comunidade, o que reforçará a importância dos múltiplos encontros (em interfaces) que ocorrem e que constituem os processos de significação das relações com o ambiente. O desafio em lidar com tal abordagem está em lidar com suas profundas contradições, hierarquias, as atualizações de acordo com contextos e as tensões recíprocas que se alteram constantemente. Resumindo, para tratar de comunidades epistêmicas na favela adequadamente é necessário mais matizes nestes quadros do que só duas cores (técnicos e moradores).

4.0 RELAÇÕES SOCIEDADE E AMBIENTE NA GROTA DO SURUCUCU

Neste capítulo proponho o aprofundamento nas particularidades das relações sociedade-natureza da comunidade Grota do Surucucu e Igrejinha, a partir de percepções, conhecimentos e práticas dos moradores.

Como visto no capítulo anterior, a análise de uma intervenção ambiental no território, o Projeto Ecomagente, pode ser uma situação ilustrativa das particularidades da favela em sua relação com agentes externos. Desta interação emergem fricções, ideias, valores, significados e colaborações, decorrentes desta situação de encontro entre dois universos diferentes. É justamente nesta interface (Long, 2001, p. 71-92) que é possível ver operando distintamente lógicas, estratégias, conhecimentos e ações. Entretanto, considerar que os moradores da favela compõe uma comunidade epistêmica, significa reconhecer que eles têm circuitos próprios de geração de conhecimento, para além da interface com os técnicos ou demais agentes externos. Outros elementos fazem parte desta produção cognitiva ligados às trajetórias dos moradores, modos de vida e formas de se relacionar com o ambiente.

O objetivo deste capítulo é focar em determinadas relações entre os moradores e o ambiente que os cerca, tendo como porta de entrada os conhecimentos e práticas com as plantas e com os animais. A relação com o ambiente ocorre de diversas maneiras, mas ressalto que o cultivo de plantas e criações animais é um elemento constante na conformação da paisagem da favela junto às autoconstruções, relativizando assim, as fronteiras do rural e do urbano. Em torno das casas é comum ver pés de bananeira espalhados pelos morros, quintais com uma série de espécies frutíferas, nas varandas e lajes os cultivos em diversos vasos e recipientes, e dentro das casas as plantas embelezando o lar. As criações animais também marcam a paisagem visual e sonora, são cavalos e bois pastejando pelo morro, galinhas ciscando por entre as vielas e galos cantando desde madrugada. Esta característica estética é uma constante em torno das casas e se estende pelo morro acima, contrastando com as áreas de depósito de lixo, com o esgoto correndo à céu aberto no valão. Desta forma, não é possível tratar dos conhecimentos e práticas sobre plantas e criações animais, sem considerar que elas

se relacionam com estas questões dos resíduos e do saneamento, assim como, os conflitos que surgem pela justaposição destas naquele ambiente (Figura 4.2).

Posto tal tarefa, algumas questões conduzirão este capítulo: como as práticas de cultivo e criações animais integram este mundo em particular e qual seu significado para os moradores? Quais são as fontes de conhecimentos a que eles recorrem para realizarem seus plantios e criações? Que tipo de conhecimentos são gerados, remodelados ou transformados pelos moradores neste ambiente? Como o ambiente se faz presente e influencia na vida dos moradores? Como os praticantes lidam com as restrições do ambiente e os conflitos entre vizinhança?

Primeiramente é preciso definir o que estou a chamar por “ambiente”. Na Perspectiva Orientada aos Atores, de Long (2001), o ambiente é tratado como um recurso que está à disposição dos atores que interagem neste de diferentes maneiras, atribuindo-lhe significados e usos. Entretanto esta abordagem, embora tente abarcar aspectos subjetivos, tende a privilegiar uma interpretação influenciada pelo utilitarismo, considerando o ambiente como a base material sobre a qual os atores executam seus agenciamentos, ou seja, há uma fronteira bem marcada entre sociedade e natureza. Contudo, a abordagem da Teoria Ator-Rede, busca superar tal dicotomia ao não concentrar a agência somente nos humanos, mas considerar como esta é distribuída por todos os elementos (humanos e não-humanos) conectados entre si formando uma rede. Entretanto como pontua Ingold (2012), esta teoria tem raízes nos estudos sociológicos de ciência e tecnologia, e não numa reflexão sobre o ambiente. Para este autor conferir agência a um objeto seria uma tentativa de dar-lhe novamente vida. Ao delimitar fronteiras a partir da superfície fixa de um objeto, retirando-lhe de seu ambiente circundante, seriam interrompidos os fluxos de substâncias que dão vida e movimento²⁷. Se então não é possível falar de um agenciamento do ambiente ou de seus elementos, como então podemos considerar sua influência nas atividades humanas? Perguntando de forma mais ajustada ao caso estudado: como o ambiente da Grota e suas especificidades influenciam o conhecimento e as práticas daqueles que ali vivem?

²⁷ Em oposição ao conceito de objeto, o que reincidiria nos pilares positivistas de distanciamento e externalidade do pesquisador em relação a seu objeto, o mundo seria um “Ambiente sem Objetos”, mas repleto de coisas vivas, porosas e que vazam. A vida não seria contida, mas “inerente às próprias circulações de materiais que continuamente dão origem à forma das coisas ainda que elas anunciem sua dissolução”(INGOLD, 2012, p.31).

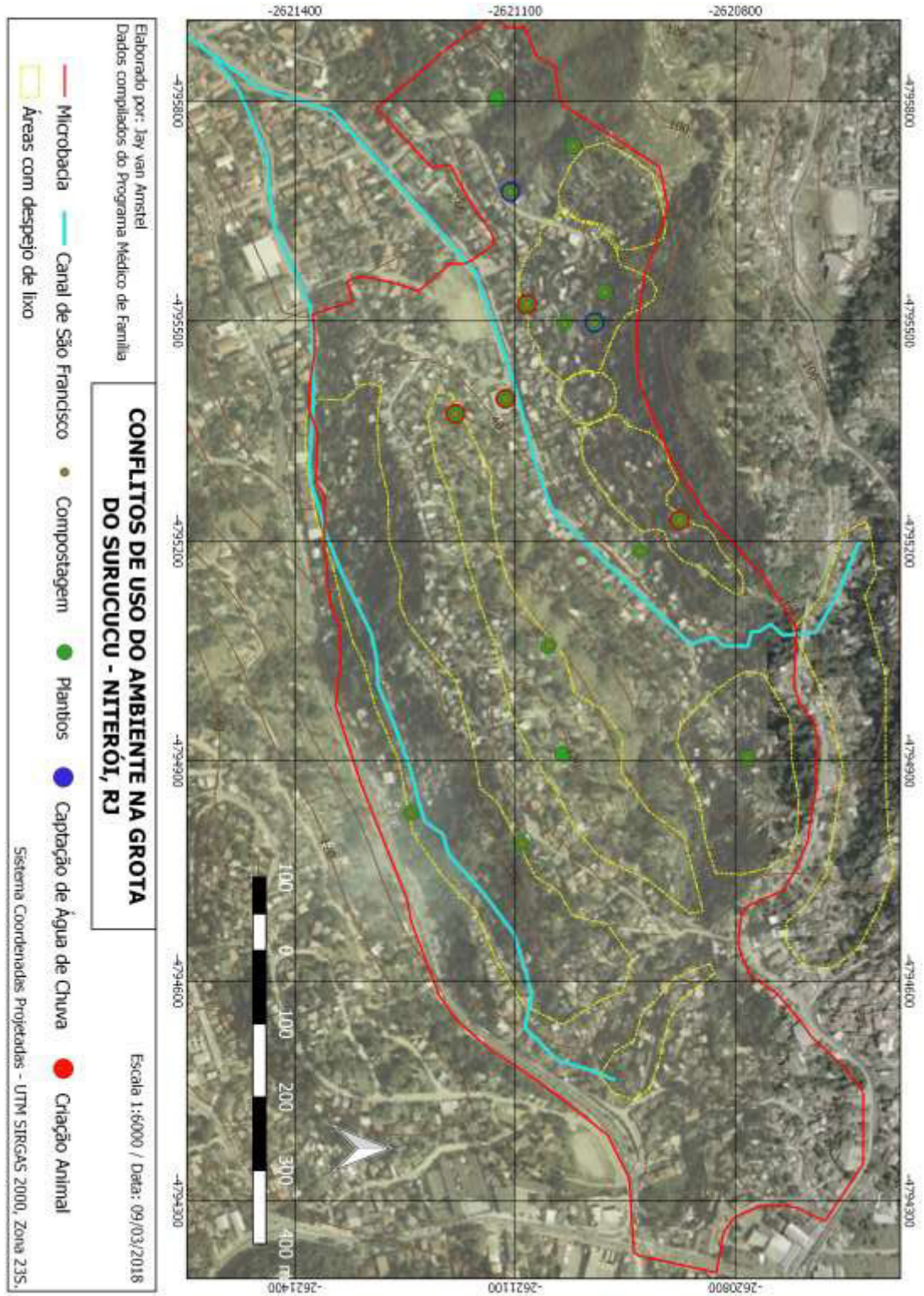


Figura 4.1 Mapa sobre os Conflitos de Uso do Ambiente

Para tentar encontrar um ponto de partida, é preciso situar o debate que Ingold desenvolve, para chegar assim, em seu conceito de percepção do ambiente. Sua interpretação remete-se aos pressupostos de Durkheim sobre percepção, que divide o sujeito humano em duas partes: uma imersa nas sensações e impressões do mundo físico; e outra apartada deste envolvimento com o mundo físico, na qual estão localizadas as categorias conceituais pré-existentes, um esquema social aprovado. Esta concepção de Durkheim é retrabalhada pela Antropologia Social britânica (Mary Douglas e Edmund Leach), entretanto mantendo essencialmente os mesmos pressupostos: a percepção do mundo é construída em determinada ordem, através da imposição de formas culturais transmitidas sobre o fluxo da experiência. A linguagem seria uma “grade discriminatória”, posta sobre a experiência bruta, separando coisas, classificando-as e rotulando-as com nomes. Desta forma a percepção envolveria um fenômeno em dois estágios: um receptor, um indivíduo dotado de um aparato sensorial; uma organização da informação coletada em representações coletivas mais permanentes. Entretanto, como aponta Ingold, esta habilidade de nomear as coisas é apenas uma pequena parcela do que uma pessoa precisa saber para sobreviver no mundo, ou do que as pessoas sentem pelo o outro. Portanto, saber a gramática de uma língua não informa por que os falantes dizem o que dizem (Ingold, 2002, p. 157-171).

Para Ingold o aprendizado cultural ocorre nas tentativas-e-erros imersas nas relações sociais do cotidiano. Mesmo que iniciantes tenham que seguir determinadas regras, estas por sua vez, estruturam a situação de aprendizagem e não formam elas mesmas parte do conteúdo do que é aprendido. “O praticante consulta o mundo, mais do que representações (regras, proposições ou crenças) dentro de sua cabeça, para se guiar no que virá a seguir” (Ingold, 2002, p. 164, nossa tradução). O organismo perceptivo não é um recipiente de estímulos, mas um agente ativo que busca por informação que irá especificar as propriedades significativas de seu ambiente. Alguém aprende a perceber numa cultura determinada, não por programas ou esquemas conceituais de organização de informações em representações de uma ordem elevada, mas no treinamento cotidiano de tarefas que dependem de uma habilidade de notar e responder fluentemente aos aspectos salientes do ambiente. Vemos aqui o ponto de contato entre Long e Ingold, ao apontarem a constante geração do conhecimento na dimensão do cotidiano. Em expressões como “deixa ele aqui nesta mata, vamos ver como ele vai se virar”, “não dá pra explicar muito o porquê, tem que fazer!”, vemos como o conhecimento dos moradores está mais ligado à experiência de estar imerso numa situação e num ambiente,

fazendo a leitura das possibilidades que este oferece, mais do que uma preocupação em estabelecer conceitos explicativos claros.

Na visão de Ingold as condições de um ambiente foram moldadas pelas atividades de seus predecessores, o que contribui, por sua vez, para que este ambiente seja moldado pela progênie. É neste ambiente já modificado que o indivíduo habita e desenvolve suas atividades, carregando no próprio corpo habilidades específicas, sensibilidades e disposições. Desta forma não é necessário invocar outro tipo de veículo para a transmissão intergeracional da informação, seja este nomeado pelo rótulo “cultura” ou “genética”, para lidar com a diversidade dos arranjos da vida humana. Em outras palavras ao se tratar de geração de conhecimento não é possível falar em separações entre homem, ambiente, corpo e mente.

Sendo assim, uma plantação na favela seria extensões do próprio ser humano à medida que ele vai trilhando o ambiente. O ambiente é então uma “malha” de linhas, modificado pelos predecessores, ao longo das quais o homem vive, conduzindo sua percepção e ação no mundo. O morador que tem origem rural pode enxergar a possibilidade utilizar o ambiente para o cultivo de plantas, enquanto que uma pessoa de origem urbana pode não ter a mesma relação com o espaço. Embora exista um conhecimento dos mais antigos “nascidos na roça”, o praticante por si próprio altera sua plantação de acordo com sua leitura sobre o ambiente, constantemente manejando velhos e novos conhecimentos. Ploeg, (2008, p.40), utiliza o conceito de “co-produção” para se referir à interação e transformação mútua que ocorrem entre o homem e a natureza, principalmente no seu caráter dinâmico dos processos de inovações cotidianas, através do manejo de recursos sociais e naturais nas mais diferentes combinações, numa busca pelo progresso, ou o processo “co-evolução”. Desta forma uma plantação ou criação na favela pode ser considerada uma co-produção entre morador e seu ambiente.

Como veremos ao longo deste capítulo, um criador de cavalo pode tanto ter aprendido com “os mais velhos” a lidar como os animais como, ao mesmo tempo, recorrer a padrões técnicos informados pela equinocultura através da pesquisa em seu celular. O morro declivoso com sua história de ocupação, é muito diferente das condições de criação de cavalos na “roça” ou no “haras”, o que envolve todo um esforço de adaptação: é necessário achar fontes de capim fresco fora da comunidade, a baía é construída ao lado da residência dos donos e de outros vizinhos; as nascentes de água são preservadas para a utilização dos animais. Vemos assim como a conjugação entre conhecimentos e práticas de matrizes

diferentes apresentam as condições e possibilidades de interação com diferentes elementos do ambiente.

Esta abordagem conflui para o preceder do “habitar o mundo” em relação às atividades de “construir ou cultivar”, ou seja, é só por que o morador está imerso naquele ambiente que é possível que tais modos de conhecimento sejam gerados (Ingold, 2012). Em tal reivindicação do engajamento no mundo não é mais possível considerar que um conhecimento seja gerado numa posição distanciada das condições materiais na qual este foi gerado, muito menos a pretensão que este implique numa representação apartada do mundo. Assumir estes pressupostos significa dar uma atenção especial às condições materiais de produção do conhecimento. O trabalho de campo assume assim o caráter de um “exercício radical de participação no fluxo da vida, acompanhando seus traçados e linhas” (CARVALHO; STEIL, 2013, p. 67-68). Ao invés de, inicialmente, partir de uma objetificação da experiência em categorias culturais (o que levaria a assumir que determinadas representações mais permanentes são transmitidas entre membros de uma mesma cultura), o que se propõe é partir do envolvimento perceptual num ambiente compartilhado. Segundo Ingold é esta condição que torna possível o campo antropológico, por este possibilitar ao pesquisador e as pessoas locais em habitar um terreno comum de experiência, mesmo que haja diferenças interpretativas sobre este.

Ressalto aqui que estes casos, que serão abordados abaixo, não têm a pretensão de exemplificar uma totalidade ou apontar para uma predominância quantitativa de um determinado perfil ou tipo ideal apontado. A intenção é apontar para a existência ou persistência de visões de mundo e as estratégias que delas derivam, mesmo que tensionadas pelos processos de expansão urbana a adensamento populacional.

4.1 Uma visão geral sobre os plantios

De forma geral é possível, numa rápida caminhada pela comunidade, identificar algumas pessoas com afinidade pelo cultivo de plantas, seja com fins alimentícios, ornamentais ou medicinais, assim como observar, áreas mais inclinadas onde a vegetação prepondera sobre as construções.

Na área deste estudo de caso, estas práticas assumem as mais diferentes formas: quintais cultivados, canteiros em áreas comuns, plantações nas encostas de morro, hortas verticais e vasos em lajes; pequenas “roças” de mandioca, milho, feijão; hortas com o cultivo

de folhosas como a alface, a couve, e a bertalha; “pés de fruta” como a laranja, o limão galego, a tangerina, além de imensos cajazeiros, mangueiras e jaqueiras; a presença de taiobas e bananeiras em locais úmidos, ao longo de drenagem ou ocasionalmente recebendo efluentes da cozinha; cultivo de uma ampla gama de plantas ornamentais em jardins, varandas e dentro das casas; cultivos de ervas medicinais para o preparo de emplastros, chás, banhos e garrafadas; redes informais de venda e troca dos produtos que incluem núcleos familiares, vizinhos próximos, congregações religiosas, e ocasionais direcionamentos para fora da comunidade.



Figura 4.2 Exemplo de uma “roça” feita no alto do morro onde há mais espaço

Mas a partir de quais materialidades, competências e agenciamentos estas práticas se tornam possíveis? Por que determinados moradores se dedicam a elas, mesmo em situações de precariedade?

Estas práticas apontam para a existência de uma leitura ativa dos ciclos naturais e um profundo conhecimento de espécies vegetais que se conforma numa constante reformulação entre diferentes corpos de conhecimentos. Este processo inclui desde saberes passados de geração em geração, até informações advindas de pesquisas no mundo virtual e meios de comunicação, abrangendo o conhecimento tecnocientífico. Estas práticas, muitas vezes já inseridas em conflitos locais entre moradores, também entram em choque com aquelas apregoadas por agentes externos. Ao mesmo tempo o próprio ambiente exerce seu agenciamento através do relevo acentuado e dos eventos naturais (deslizamentos de encostas e inundações), também conformando a relação da população local com este ambiente.

A maneira como que estas práticas de plantio incidem sobre o espaço denota um cuidado e zelo com o local onde vivem, não apenas vinculadas às posses privadas, mas como veremos a seguir, em qualquer espaço que se faça possível. Estas práticas são compostas por um amplo repertório que continuamente é acionado e adaptado pelos moradores de acordo com sua leitura das condições e possibilidades do ambiente. Alguns exemplos destas adaptações são: vasos pendurados e recipientes dos mais diferentes tipos servindo como vaso; cultivo de flores, desde as mais sensíveis como as rosas, até as mais espontâneas como o Cosmos Amarelo (*Cosmos sulphureus*); abóboras e maracujás desafiando a gravidade pelos muros em pergolados improvisados; a utilização de ruínas de casas abandonas para a criação de galinhas ou cavalos.

Durante o tempo em que morei na comunidade e nas caminhadas acompanhado os agentes de zoonose, pude constatar que tais práticas não são uma atividade restrita aos moradores mais velhos oriundos de localidades rurais, mas há também moradores nascidos na cidade, inclusive jovens, que tem “prazer” em lidar com seus plantas e animais, tal constatação aponta que existe um circuito de reprodução de tais práticas, muito embora tensionadas por diversos processos.

Como engenheiro agrônomo por formação, tive um contato prolongado com a agricultura familiar e alguns modos de produção considerados tradicionais, entretanto, quanto às práticas de plantio e criações animais na favela, é possível ver um alto grau de peculiaridade em suas formas. Por isso opto por considerá-las como recriações, adaptações ou mesmo inovações. Esta conformação se dá em resposta contingencial às situações cotidianas ou pela seleção ativa de conhecimentos relevantes. A aplicação destes conhecimentos ou novas práticas é validada através das “experiências” que são levadas a cabo pelos moradores, na tentativa de adaptar os novos elementos em seu cotidiano e ambiente específico. É inerente a tais manifestações os processos reflexivos e de autoaperfeiçoamento, e é também muito difícil elencar padrões ou tentar elaborar uma sistematização. Como afirma Long (2001, p.243) a capacidade de inovação e adaptação dependem mais da diversidade e fluidez do conhecimento do que de sua integração e sistematização.

Feito esta abordagem mais geral é preciso então lançar o olhar sobre como os moradores lidam com seu ambiente, gerando conhecimentos e práticas específicos a seus contextos.



Figura 4.3 "Buda do meio ambiente", trabalho de jardinagem feito por um morador

4.2 Percepções sobre o “homem” e a “natureza”

No início desta pesquisa, em 2016, muito me marcou a visita que fiz, junto aos técnicos do Projeto Ecomagente, à casa de Tião. Até então os mutirões ocorriam em casas de moradores que queriam implantar ou expandir seus plantios, mas o caso de Tião era diferente. Muito das práticas apregoadas pelo projeto, este morador já há muito tempo as executava: compostagem, policultivos, viveiro de mudas e galinheiro. Foi impactante constatar sua organização de espaço e tempo para a manutenção destas, assim como as referências que Tião citava de outros moradores praticantes. Até então estes moradores eram desconhecidos por mim ou pelo projeto. Isto trouxe uma constatação importante de que o projeto estava restrito a um grupo muito pequeno de moradores, e que pouco tinha interagido com o conjunto mais amplo de moradores que já há muito plantavam, criavam animais e travavam relações entre si. Não cabe aqui discorrer novamente sobre as restrições do projeto, mas apontar para a existência de um circuito próprio no quais conhecimentos, práticas e produtos circulavam independente deste.

Ao longo do trabalho de campo, nas entrevistas e em conversas informais, percebi que estes plantios e criações animais são componentes significativos dentro das visões de mundo dos moradores, para além de uma relação estritamente utilitária com o ambiente. Esta visão de mundo se pautava por determinados valores, crenças, lógicas e afetos muito particulares. Vejamos a seguir como Tião tece suas considerações sobre sua relação com o ambiente:

Eu gosto de pegar mamão no sacolão e botar no alto pra eles comerem. Já teve beija flores entrando na minha casa! A natureza tá ai pra te dar alegria, um dos meus maiores prazeres é a natureza. Às vezes o humano não se contém com uma amostrazinha, ele quer tirar tudo da natureza, e eles começam a desmatar e não tem uma árvore na tua casa. A gente que destrói! Por que a gente não pode começar a fazer mudas e plantar?

Depois de casado eu passei a plantar mais. Os meus filhos ainda não, mas acredito que eles vão passar a gostar, quando eles tiverem a casinha deles...

Querendo ou não sempre vai ter um vasinho ou dois na casa das pessoas, ela vai ver porque morreu e aprender o que fazer...

Às vezes fica difícil pra explicar, seria bom as pessoas estarem participando para pegarem o gosto. Às vezes não dá pra explicar, só você mexendo. Às vezes pra uma pessoa aprender tem que deixar ela ali se virar. Deixa ele aqui nesta mata, vamos ver como ele vai se virar, se vai conseguir se conciliar ou vai destruir. Como ele vai fazer pra se alimentar e manter aquilo ali limpo e organizado? Se a pessoa depende da terra ela não vai agredir, por que ela precisa cuidar direitinho, encontrar o equilíbrio.

A prefeitura tem um monte de terra aí... se tivesse um negócio desse de plantar e criar podia botar eu lá, aqui é um celeiro de pessoas de várias regiões, e as pessoas sabem mexer com cada tipo de cultivo porque já trabalharam: é café, laranja, uva, cana.

Aqui este morador fala no ato de “conciliar” as ações do homem com a “natureza”, argumentando que a necessidade de “cuidar” está atrelada à “dependência” do indivíduo daquele ambiente, em oposição ao “não se contentar com uma amostrazinha” que ocasionaria uma sobre-exploração e “destruição” do ambiente. Esta “conciliação” seria o quanto ele pode retirar para “se alimentar” sem que o “equilíbrio” seja alterado, ou seja, certo grau de interferência sempre existirá, e por isso ele se inclui, “a gente que destrói”. Entretanto existe uma tolerância e possibilidade de retornar o que foi tirado, obviamente que a percepção destes níveis de tolerância envolve uma profunda leitura das qualidades do ambiente. O plantio de mudas é visto assim como o ato de “cuidado” e mutualidade com a “natureza”.

Na fala de Geraldo, 52 anos, vemos como ele exemplifica esta relação com o ambiente e qualifica a intervenção de agentes externos, na região oceânica de Niterói onde nasceu:

A pessoa que é pobre tem uma relação melhor com a natureza que o camarada que tem dinheiro. Onde eu nasci, lá em Itacoatiara, tinha o rio Bananal onde a gente brincava. Lá tinha uma população pobre que vivia do que tinha ali. Agora lá só tem doutores! Canalizaram todo o esgoto pro rio límpido, poderiam ter deixado o rio pras crianças verem. Enquanto os pobres estavam lá, o rio existia. Tiravam o sustento da areia, tinha camarãozinho, do bananal que tinha envolta. Agora o pessoal comprou. A especulação imobilizaria o quê que faz?

Pegam um terreno com árvores enormes e nativas, quando você vai ver a foto da incorporadora lá está uma árvore, cheio de enfeite, quando você vai ver a obra não tem nada disso. Deveria ser crime, é propaganda enganosa!

Você passa numa região carente e vê uma árvore grandona e uma casinha pequenininha embaixo. As pessoas não tem medo daquela árvore fazer algum mal, por que há uma relação entre a natureza e as pessoas, há uma cumplicidade naquela situação ali. Agora às vezes um camarada que se acha intelectual, ele têm grana, a primeira coisa que ele faz é chegar no arvoredo e bota tudo pro chão. “Ah, vai cair um galho no meu telhado!”, ele diz.

Eu gosto de planta desde menino. Gosto de plantar fruteira na calçada para as crianças. “Tio, posso pegar?” eles perguntam. “Pode sim, é pra vocês mesmos, só não arranca as verdes que é pro próximo vir pegar”, eu digo.

Neste trecho é possível ver como Geraldo correlaciona o plantio como uma forma de se relacionar com o mundo, tanto com o ambiente, “a natureza”, quanto com o outro, o “próximo”. Em sua visão, quando se planta, não é algo que é feito unicamente para si mesmo ou para a família, mas é algo que envolve também o ato de compartilhar. Em sua meninice um de seus passatempos era subir em árvores para colher frutas, não importava de quem era o terreno ou a árvore, porque aquelas frutas eram dadas pela “natureza” a todos seus “filhos”. Esta é uma das motivações de plantar uma pitangueira na frente de sua casa na Grota do Surucucu para ver a criançada e os pássaros virem pegar, mesmo que ocasionalmente sua calçada ficasse cheia de frutas caídas.

Quando Geraldo se remete ao antigo rio Bananal, ele traz um exemplo de um modo de vida que inclui uma forma de uso e apropriação do ambiente pelos “pobres”. Diferentemente dos discursos desenvolvimentistas, que colocam a pobreza como a responsável por ocasionar uma pressão excessiva nos recursos naturais, e conseqüentemente sua espoliação, ele aponta para a diferença entre o padrão de ocupação territorial exercido pelas camadas mais abonadas

e a dos “pobres”. Com as obras de engenharia pesada, trazendo luz e água de fora daquele lugar, a ocupação dos “doutores” não dependeria do que “tinha ali” e portanto o rio, e seu uso multifuncional, pode ser reduzido a função de escoar os dejetos. Não são poucos os casos que a especulação imobiliária antecede qualquer obra de infraestrutura por parte do poder público, principalmente quando a questão é saneamento. Neste processo de expansão urbana capitaneados pela especulação imobiliária, estas populações “pobres” são constantemente relocadas e muitas vezes seu destino são as favelas.

Enquanto ali residiam os “pobres”, aquele rio e árvore estariam intimamente ligados ao modo de vida destas populações, através de uma relação de “cumplicidade”. Habitar aquele ambiente era modificar sua conformação, mas dentro do limite que não comprometesse sua própria existência, pois a sobrevivência estava ligada ao que “tinha ali”: árvores frutíferas, o rio e o bananal.

Nestas duas falas de moradores a presença da vegetação é um fator considerado. Tião também adiciona a relação com os animais e aponta que um de seus “prazeres” é ter sua casa marcada pela presença destes. Para ele o fato de “ter sua casinha” é algo importante e diretamente ligado às práticas de plantio. Este fator é também citado por outros moradores. Quando uma pessoa casa e passa a ter seu espaço ela busca melhorá-lo e a modificá-lo de acordo com sua percepção de ambiente. Já apresentamos o argumento de Ingold, na qual as pessoas vêm ao mundo que já foi modificado por seus predecessores, herdando uma série de padrões de uso, classificações e disposições. Parece que o casamento e o “ter sua casinha” é um momento na vida que a pessoa passa a protagonizar a modificação daquele ambiente que considera sua “casa”. Obviamente que isto depende também do grau de pertencimento àquele local e da natureza da ocupação, se é temporária ou definitiva. Veremos que em muitos casos de ocupações temporárias, principalmente em situação de risco, alguns moradores buscam investir suas energias e recursos em sair daquela situação, não sendo prioridade a melhoria daquele ambiente.

É também muito comum que moradores que têm uma condição financeira um pouco melhor busquem por “uma vida mais tranquila”, fora das situações de violência do cotidiano da comunidade. Isto ocasiona uma série de mobilidades urbano-rurais, que reservo esta discussão ao item 4.7. Por hora quero apenas trazer uma fala de um mestre de capoeira residente em Igrejinha que se refere a seu terreno em Magé, no sopé da serra, para o qual pretende se mudar:

“Como posso me considerar dono disto? Tem árvores de 200 e 300 anos que não fui eu que plantei, como posso me dizer dono de um trabalho que não participei e que foi feito pela natureza?”

Está me sendo permitido cuidar desta área. Deixo os vizinhos à vontade, a porteira está aberta para que colham os frutos, desde que não quebrem os galhos.”

Como no caso de Geraldo, vemos novamente que mesmo que exista a estrutura de propriedade privada, a “natureza” não se encaixa por completo dentro desta lógica. O “trabalho da natureza” pode e deve ser compartilhado com outras pessoas, obviamente desde que determinada etiqueta seja observada: “desde que não quebrem os galhos”; ou como diria Geraldo, “só não arranca as verdes que é pro próximo vir pegar”. Vemos aqui que este compartilhar o “trabalho da natureza” é em si uma relação social, que envolve uma ética e valores.

Para Mestre Besouro “o homem não está fora da natureza, mas é parte dela”, o afastamento entre sociedade e natureza dos tempos atuais poderia ser superada recorrendo a como os “ancestrais faziam”, uma “volta às raízes”. Sendo assim, é preciso que o homem se sinta parte da natureza e exerça seu papel em “comunhão” com esta. Ao exemplificar esta relação, Mestre Besouro explica que na Capoeira de Angola existe uma série de práticas que dependem diretamente da existência das matas, de onde são obtidos os elementos utilizados na confecção de instrumentos e acessórios, tais como: a vara do berimbau, a cabaça de cuieté, as madeiras e peles dos atabaques, a fibra do caxixi. Para Mestre Besouro isto implica em um senso de responsabilidade quanto à exploração que é feita, ou seja, um manejo que não comprometa as dinâmicas de reprodução da “natureza”, sendo retirado apenas o necessário. Mais do que uma fonte de recursos, o que denotaria uma relação utilitária, a mata é fonte da vida e há muito que se aprender com ela. Mestre Besouro conta que seu mestre era um mateiro do interior da Bahia e ensinou-lhe a como se “comportar na mata” e “extrair ensinamentos” desta. A partir de analogias com o comportamento e movimentos dos animais, seu mestre fazia a correlação com determinados comportamentos e condutas humanas. Muitos golpes e movimentos da capoeira vêm destas analogias, assim como, as estratégias durante o “jogo” frente aos comportamentos do parceiro de roda.

Vemos assim que a categoria “natureza” é importante entre os moradores e diversos significados lhe são relacionados. Obviamente que estes moradores não representam o todo da população das comunidades em questão, e talvez a “natureza” não seja uma categoria muito acionada em geral, sendo a principal preocupação a lida diária com os imperativos do

cotidiano mais prioritários, seja o trabalho, a casa, a família, bens de consumo. Muitas vezes a “natureza” é atribuída como “castigadora”, principalmente ligada aos eventos de deslizamentos ou eventual queda de árvores ou galhos em residências. É preciso manter em mente que existem tais visões de mundo contrastantes, mas o que se pretende com esta pesquisa é focar nas percepções de ambiente que estão por de trás dos cultivos de plantas e criações animais, o que nos remete diretamente a seus praticantes.

Veremos na sequência as particularidades dos criadores de animais, prática que muito difere dos plantios mas que muitas vezes é complementar a esta.

4.3 Galinhas, cavalos, bois e cabras na favela

Assim como os plantios, a presença dos animais é uma constante na paisagem da localidade. São criações de galinhas, porcos, patos, perus, gansos, cabras, bois e cavalos, se adequando a espaços reduzidos e ao relevo acidentado, assim como, muitas gaiolas de passarinhos cantores como o tiziu, sanhaço, trinca-ferro e canarinho da terra. No entanto, em relação às plantações, a criação de animais tem uma dimensão mais conflituosa com os vizinhos próximos: o esterco e o mau cheiro podem atrair moscas e baratas; os ratos vêm atrás da ração (principalmente do milho dado às galinhas) e o mosquito pode encontrar nos bebedouros local para depositar seus ovos; pode ocorrer a transmissão de doenças, carrapatos, pulgas e piolho aos humanos; os animais criados soltos frequentemente invadem terrenos, destroem cercas e devoram as plantações (principalmente os porcos); o barulho em horários inoportunos (galos cantando de madrugada).

Para alguns moradores essas criações animais estão ligadas à imagem de sujeira, precariedade e eventuais maus tratos, assim como a de que o contexto urbano seja inapropriado para tais atividades. Por necessitar de um cuidado diário intenso e em horários afixados, qualquer tipo de negligência pode facilmente ocasionar distúrbios para aqueles que moram em volta. Torna-se um grande desafio para os criadores se adaptarem a esta situação de adensamento populacional, relevo acidentado e falta de espaço.

Os animais requerem uma série de operações diárias como por exemplo, as galinhas e equinos, muito presentes no território em questão. As galinhas necessitam de água fresca, ração, poleiros, remoção da cama a cada semana, eventualmente iluminação nos ninhos (para afastar morcegos e gambás) e de espaço para “ciscarem” ou “ficar soltas”; o cavalo necessita todos os dias de capim fresco, ração, grandes quantidades de água, baia limpa, da retirada de

carrapatos e bernes, de ser ferrado e eventualmente de ser levado para cópula visando a obtenção de progênie.

Estas são só algumas das inúmeras atividades que todos os dias necessitam ser levadas a cabo com disciplina para que se mantenha um ambiente adequado para estes animais. “Não tem feriado, num tem nada! Num pode falhar com elas”, comenta Miguel, um criador de galinhas. Viajar ou passar períodos longos fora de casa não é algo que um criador possa fazer com certa frequência sem que haja um arranjo para tal.

Mas então por que, mesmo com todos estes conflitos com a vizinhança e a necessidade deste esforço diário, estes criadores mantêm esta prática num ambiente que apresenta sérias restrições?

Para Mariana, 24 anos, profissional autônoma, criar cavalos, mesmo com todas restrições que implica fazer isto numa comunidade, é:

... uma coisa que só quem nasce com esta vocação que sabe. É um amor incondicional! Principalmente quando você é elogiada pelo trato do animal.

O carinho tem que ter, uma ligação, uma conexão com o animal. Eles sentem dor, sentem frio. Eles são dependentes cem por cento da gente. Não podemos deixar eles na mão. Eles estão ali, não pediram pra estar preso, então temos que fazer a nossa obrigação.

Nesta fala Mariana expressa a responsabilidade que é a criação, o animal solto naturalmente procura por sua própria manutenção, quando o homem interfere restringindo sua liberdade tem por “obrigação” prover suas necessidades. Desta forma existe certa alteridade com os animais procurando entender suas “necessidades” ou “o que sentem”. Esta capacidade de fazer a leitura do que o animal necessita é um conhecimento refinado que só é possível para “quem gosta” ou “quem lida no dia-a-dia”.

Já nasci gostando! Eu ficava admirando e comecei a ter algum conhecimento com as pessoas que criavam... fui começando a ter dinheiro, trabalhar e estudar, foi o próprio vizinho que forneceu o meu primeiro animal. Aí fui criando, depois veio meu marido, fizemos uma baia e começamos a criar mesmo. Tinha dezenove anos.

Aqui é um lugar muito limitado para a criação deste bicho, cria quem gosta. Comunidade, muito asfalto... o espaço, o terreno, falta um campo pra soltar os animais pra correr e se desenvolver... Carro, moto, barricada, tem as zonas de risco... Não pode deixar solto porque corre o risco de roubo, o caminhão de apreensão levar,

porque aqui é cidade e corre o risco de causar acidente nas estradas. Fora disso tem os maus tratos das crianças e o roubo que é o grande risco.

Mesmo com estas dificuldades, existem por volta de 10 criadores de cavalos na Grota e em Igrejinha. Estes moradores interagem constantemente entre si, comprando e vendendo animais, promovendo o cruzamento de “bons animais”. É muito comum os casos de animais advindos de outras localidades que são reabilitados e novamente vendidos. De tempos em tempos este grupo organiza o evento “O Cavalo Mais Bonito da Grota” e os “Concursos de Marcha”, onde os melhores animais são premiados. Tais eventos congregam criadores de dentro e de fora da comunidade. Um mangalarga pode chegar a valer de 5 a 7 mil reais, ou uma “uma moto mais um tiziu²⁸”.

A qualidade da baia construída por Mariana está acima da média dos outros criadores, assim como sua dedicação: “Telhado, água, sistema de ralo, saneamento básico para os animais, a quantidade da cama, a serragem, os cochos, água limpa e higiene, [a alimentação é] três vezes ao dia! Seis horas por dia. Porque tem o compromisso de pegar serragem, tem o capim que tem que cortar e estocar, e tem que sempre estar fresco, e ainda tem a ração. É uma responsabilidade grande!”. Outros criadores têm uma estrutura mais improvisada, fornecendo apenas ração para os animais que pastam ao longo do morro e bebem em olhos d’água, sendo recolhidos à noite (Figura 4.3). Curiosamente uma casa abandonada após os deslizamentos de 2010, tinha sido adaptada como estábulo para os animais.

²⁸ Trata-se do pássaro *Volatinia jacarina*, muito apreciado pelo seu canto, assim como muito outras espécies que são recolhidas na mata ou trazidas de outras localidades. Todas as quintas de manhã no alto da comunidade de Igrejinha, os criadores de passarinhos se reúnem para fazer suas “rinhas” para definir quem são os melhores cantadores.



Figura 4.4 Cavalos pastando ao lado da nascente do "Cantão" onde bebem água

Mesmo com todo o esforço de Mariana alguns conflitos ocorreram com seus vizinhos, desde que começou a criar cavalos:

No início era muita implicância, muita crítica. Até pouco tempo fomos denunciados para o Centro de Zoonose e vieram fazer uma visita surpresa. E na verdade o quintal da pessoa [que denunciou] estava mais sujo que a coqueira. Viram que tinha situações ali precárias, lixo em volta da casa. Isto atrai rato, barata e mosca. Às vezes a falta de compromisso deles com a limpeza do local, eu acabo levando a culpa, por criar um animal de porte grande. Por um lado há a possibilidade de atrair, mas com um trabalho bem feito, tem um controle da situação.

Mariana aprendeu com os vizinhos mais antigos a cuidar dos animais, mas busca aperfeiçoar o manejo através de conhecimentos que encontra na *internet*, vídeos de como os animais são manejados em haras por criadores consagrados. Inclusive numa situação recente, ela socorreu um cavalo que havia se acidentado numa ribanceira:

Um animal que eu costurei a barriga dele. Nunca fiz isto na vida! Assisti um videozinho pra aprender o nó, pra não correr o risco de desmanchar. Não tinha muito recurso, mas a higienização, a esterilização, foi tudo feito.

A barriga dele foi perfurada por um caco de vidro. Não tinha acesso a veterinário, não tinha tantos recursos. Foi mais pelo amor pelo animal, pra não ver sofrer, ai foi feito.

Neste relato vê-se como esta jovem acessa fontes de conhecimentos diferentes daqueles detidos pelos criadores de cavalo mais antigos. Ao expandir suas fontes de

conhecimento acessando canais no *Youtube* e uma série de literaturas específicas, ela cria um diferencial. É importante notar que tornar-se uma boa criadora de cavalos é também uma forma de ser reconhecida pelos outros moradores da Grota, “principalmente quando você é elogiada pelo trato do animal”, e assim é que esta moradora é requisitada para essas situações que exigem alguém que “entenda” de cavalos. Ela vive o dilema em tentar fazer medicina veterinária na universidade, o que implica em ter que abandonar seu “filho” (Figura 4.4).



Figura 4.5 A Baia que Mariana construiu para sua égua

Miguel, de 43 anos, nascido em São Fidelis, tem um galinheiro no meio de uma região bem adensada da favela. Após os deslizamentos de 2010 ele comprou o terreno ao lado de sua casa e demoliu as construções para ampliar o galinheiro. Atualmente tem 50 galinhas, mas já teve mais de 160. Sua criação é definida como “a mais natural possível, só no milho”. Seus ovos são vendidos para os vizinhos ou oferecidos aos parentes.

Este morador trabalha na construção civil, mas,

...se eu tivesse hoje a condição de não trabalhar e só mexer com galinha eu montaria uma granja só pra fazer isto. Mas você não sabe se vai dar certo, eu tenho meu emprego e eu gosto da minha profissão. Desde criança eu gosto disso, é difícil uma pessoa que era nova, na época eu era criança, e criar as galinhas separado.

Aos oito anos de idade seu pai lhe deu um galinheiro próprio, “separado” dos demais, na época em que moravam na “roça”. Há uns cinco anos atrás ele resolveu retomar a

atividade. Todos os dias antes de ir para o trabalho, Miguel levanta cedo para cuidar das galinhas:

Todo dia eu vou lá e levanto a galinha, olho os ovos para ver se eles vão chocar ou não, se tá quebrado... Quando vou colocar a galinha pra chocar eu converso com ela, eu faço uma análise dela se ela vai conseguir chocar os ovos. Tudo coisa que só se aprende no dia-a-dia, não adianta botar uma pessoa que nunca criou. É que nem uma profissão, se colocar uma pessoa que não gosta daquilo, não vai dar certo. Você trabalha por amor!

Você ajuda um filhote a nascer, se você não souber você mata ele! Tem uma técnica da natureza que ele bate o bico no ovo e estoura o ovo. Ali sozinho a pele vai saindo, se você tentar puxar a pele de uma maneira errada, se a pele sangrar ela pode colar ali e não conseguir sair. Se tirar ele fora do tempo, mata ele.

Tem uns que são mais rápidos e outros que são mais lentos. A natureza é assim. É coisa que você aprende, descoberta mesmo. Às vezes você quer uma galinha de uma cor, um filho de uma galinha com um galo X, às vezes você não marca, mas quando nasce só de ver você sabe que é filho de tal galinha.

São coisas que você vai fazendo do seu jeito!

Neste relato este morador apresenta a natureza do conhecimento atrelado ao cotidiano, “coisa que só se aprende no dia-a-dia”, que advém de uma observação de como a “natureza faz”, do tempo da “natureza” e até onde a interferência humana pode “ajudar”. Existe um entusiasmo e curiosidade relacionada ao resultado do “fazer do seu jeito”, o que envolve auxiliar o animal a se desenvolver desde a seleção das matrizes, a postura do ovo, a choca, o nascimento, até que eles cresçam, fornecendo ovos e carne. A venda destes ovos paga todos os custos, e ainda sobram ovos para presentear parentes e conhecidos. Obviamente que estes resultados mais concretos são uma parte importante, mas existe também uma dimensão subjetiva, assim como Mariana, que talvez fuja de uma lógica muito clara: o “gostar”, o “amor” pelos bichos, o cavalo que é “filho”, “não adianta botar uma pessoa que nunca criou”, “você trabalha por amor”. Existe uma afinidade e afetividade que envolve o criador e a criação.

Nesse ambiente desafiador da comunidade, existe a constante busca por soluções para os problemas contingenciais, o que exige e produz uma série de conhecimentos específicos e inovações. Por conta do excesso de pombos no galinheiro, Miguel desenvolveu um novo tipo de comedor suspenso, no qual o pombo não consegue acessar o milho das galinhas. Paralelamente ele adaptou uma ratoeira para pegar pombos, com a qual já capturou mais de

trezentos, soltando-os posteriormente numa área afastada da cidade. Sobre esta relação com os pombos há uma similaridade com a percepção de Mariana: “Eu não posso matar o pombo, é um bicho que não vem pra matar a galinha, vem pra se alimentar por que está com fome. Vou deixar ele com uma água suja? Eu já prendi ele, começa por ai! Antes ele era solto, então eu tem que tratar. Eles ficam mais bem tratados do que solto”. Miguel, como Mariana, tem respeito pelos pombos capturados, “eu já prendi ele, começa por aí!”. A percepção de Miguel é que esses pássaros vêm porque sentem “fome”, e os bichos teriam o direito de buscar por alimento. Ao prendê-los seria seu dever fornecer comida aos pombos, assim como soltá-los num ambiente que lhes seja mais favorável. Outra situação onde fica claro uma relação dos animais com base em certos princípios éticos é o momento do abate dos galináceos:

Se eu pegar um galo pra matar, ele não vai se estressar, ele já tá acostumado comigo e nem vai saber que vai morrer, faço do melhor jeito possível, bem rápido. Eu prefiro abater, por que se for vender para levarem pra abater os bichos já chegam estressados sabendo que vão morrer. Por isso eu não crio pra vender.

Ser criador de animais envolve não só uma série de operações diárias, mas também implica numa ética e alteridade para com os animais. Diferentes fontes de conhecimentos são acessadas, mas o contato cotidiano e o conhecimento advindo dessa pratica é a fonte mais citada. Neste contato do cotidiano, vemos como novamente a categoria “natureza” é invocada pelos moradores como fonte deste aprendizado: o observar a “natureza” e entender até onde o homem pode interferir.

No desenrolar do trabalho de campo pude perceber a importância do papel ativo que alguns moradores desempenham, dinamizando relações sociais e estabelecendo elos de reciprocidade com vizinhos de interesse convergente, a partir das práticas de plantio e criações animais. A atuação destes moradores cumpriria um importante papel na transformação, tradução e modificação do significado dos elementos que veiculam, e desta forma, são indispensáveis para a compreensão das redes e reciprocidades que emergem.

4.4 Reciprocidades entre vizinhos

Em uma caminhada solitária pela comunidade no final de tarde, próximo a um recuo criado a partir do corte de um barranco, percebi que havia um local com uma grande quantidade de lixo acumulado. Uns quatro ou cinco latões de 200 litros ficam dispostos a céu

aberto para os moradores depositarem suas sacolas de lixo, entretanto os latões ficam constantemente abarrotados e não há outra opção além de depositar ao lado no nível do chão, o que por sua vez atrai uma clientela de cães, ratos e porcos. Dois latões se encontravam virados, provavelmente pela ação dos suínos, ainda presentes no local, saciados e muito tranquilos em seu ato pacífico descansar imersos na água barrenta que vertia da base do barranco e se misturava ao lixo revirado.

A alguns metros desta cena, acima do barranco, estava Juca, de 50 anos de idade, se equilibrando para alcançar uma planta, a única nascendo naquela encosta de solo exposto. Seu esforço chamou a atenção de uma senhora de idade que subia a escada, e Juca explicou sua motivação: “É um alfavacão! Joguei a semente neste barranco e nasceu. A senhora quer a muda?”, imediatamente a senhora respondeu com seu repertório variado de usos desta espécie: “Claro! Uso para temperar a carne, fazer chá, curar dor de estômago”.

Estas relações dinâmicas entre moradores em torno de plantios se dão em locais informais e inseridas no cotidiano: em encontros espontâneos e conversas coloquiais; depois das missas, cultos ou rezas; em conversas no ponto de ônibus, ao ir ou chegar do trabalho; em visitas recíprocas entre moradores com relação de maior proximidade; durante o manejo do quintal nos finais de semana; em encontros nos postos de saúde ou comércios locais; e também pelas redes sociais do universo virtual. Poderia aqui incluir o Projeto Ecomagente como mais um elemento deste circuito.

Juca costuma espalhar sementes pela comunidade. Já fez muitas “experiências” ao longo do tempo, como a criação de rã, compostagem, e pretende experimentar a hidroponia. Seu principal cultivo atualmente é o morango, entretanto ele mesmo não aprecia os frutos: “planto para os outros, eu mesmo não como!” (Figura 4.6). Na época de safra Juca colhe de 4 a 5 morangos de cada pé, no total possui 150 pés dispostos em quatro canteiros feitos do reaproveitamento de telhas de amianto. Ele não é só procurado pelos frutos, mas também pelas mudas, entretanto, estabeleceu parâmetros para que estas doações não fossem em vão e que houvesse condições mínimas para o desenvolvimento da planta. Segundo Juca ele é um dos poucos que conseguiu plantar morango na comunidade. Vemos aqui como um morador que apresenta um conhecimento mais aprofundado, exemplificado por este cultivo exigente, tornando-se assim um ponto de referência e faz a mediação e tradução deste conhecimento para outros moradores interessados em plantar. Sua restrição para com as doações de mudas impõe que haja determinada condição de ambiente favorável (luz, água e solo) e comprometimento do recebedor em cuidar daquela planta.



Figura 4.6 Juca cuidando dos morangos plantados numa calha de amianto

Seu Francisco é um morador antigo, há mais de 50 anos vive na comunidade, e também já fez diversas roças. As interferências nos cultivos são citadas como sempre existentes: “quando cheguei era a vaca e a formiga que comiam tudo, depois foram as cabras ou os vizinhos que vinham roubar, hoje são os porcos que destroem tudo. Mas plantar é isso! Nem tudo fica pra nós, temos que plantar para os outros também.” De alguma forma, tal qual visto no caso do Tião, Juca, Geraldo e Mestre Besouro, existe, arraigado a tal prática com o ambiente, uma forma de se relacionar com o outro: o ato de compartilhar. Francisco relata que ajudou muitas pessoas que não tinham condições para comprar um terreno, cedendo espaço em seu lote para novas construções. É importante ver que além das vendas informais de lotes, tais solidariedades também conformam a ocupação do local.

Particularmente durante a pesquisa de campo, Tião foi uma pessoa chave que me possibilitou entrar em contato com uma rede de moradores o que trouxe algumas contribuições para o entendimento das relações nas quais estes objetos materiais são utilizados na mediação de interesses, valores, afinidades, afetividades e principalmente na criação e manutenção de redes de sociabilidade. Quando Tião compartilhar os frutos de sua parreira com seu vizinho, ele fortalece os laços de sua relação, assim quando o vizinho colhe

um cacho de banana ele reciproca com Tião. Assim, mesmo com seu espaço reduzido pela expansão da área construída, Tião tem acesso a uma diversidade de gêneros alimentícios produzidos na Grotá.

Há também reciprocidades com os animais da “natureza”, como por exemplo, o plantio de girassol mexicano (*Tithonia rotundifolia*) em terrenos baldios. Tião comenta que tem prazer de ver essas flores alaranjadas, pois atraem borboletas, beija-flores e abelhas. Embora haja uma dimensão afetiva nesta prática, a escolha desta espécie envolve todo um conhecimento experimental que o levou a selecionar a planta como altamente adaptada a eventual falta de rega e aos solos pedregosos do morro, ou seja, não se poderia fazer o mesmo com outra planta qualquer, principalmente nesta lógica de manejo restrito a sementeira. Tião não é único a realizar este tipo de plantio ao longo de terrenos baldios, conheci pelos menos mais cinco outros moradores que “jogavam sementes por aí”.

Durante uma conversa na escada em frente a sua casa, na ocasião em que eu vinha com algumas sementes de milho crioulo, Tião foi agregando os vizinhos que por ali passavam e dividindo as sementes com eles. Surgiu uma série de lembranças sobre reciprocidades entre eles, bem como, diversos conhecimentos específicos, tais como, usos medicinais de plantas e ervas no quintal (boldo, manjeriçã, doril, novalgina), receitas culinárias dos locais de origem (enroladinho de couve, pratos com inhame e aipim), tratos culturais dos cultivos e criações animais (como efetuar o plantio de taioba, banana, mandioca), usos sociais das áreas florestadas (coleta de jaca, aroeira, pau para enxada e para construção) da Grotá do Surucucu. Assim Tião alimentava as diversas relações entre aqueles vizinhos, era um dos pontos desta rede na qual diversas linhas convergem formando um nó.

Os elementos novos eram ali imediatamente utilizados por Tião para reforçar os laços de reciprocidade com os vizinhos, e fazia emergir os repertórios de conhecimentos, trajetórias e experiências realizadas. Aquilo foi como se disparassem o gatilho e imediatamente pude visualizar uma possível rede de moradores que plantam e criam animais se mobilizava em torno da novidade: as sementes e eu. Obviamente que esta situação ajudou muito minha pesquisa a incorporar a percepção de outros moradores, mas para utilizar esta categoria analítica de redes²⁹ seria necessário um fôlego maior de pesquisa para mapear estes atores.

²⁹ Talvez um dos estudos mais conhecidos sobre a análise de redes em comunidades pobres seja o de Lomnitz (1977). Segundo a autora as “redes de ajuda mútua” constituem o mecanismo de sobrevivência básica de um coletivo marginalizado. Os laços de parentesco e com a vizinhança seria a comunidade que viabiliza a obtenção de bens, apoio, serviços, habitação, indicações de trabalho, para garantir a sobrevivência.

Segundo Tião ele mantém relações com aproximadamente 50 pessoas em torno de questões sobre plantio, criações animais e seus subprodutos.

Retornando a visita que realizei a casa de Tião, era notória a forma com que se deslocava e era acompanhado de seus animais (galinhas e patos): pegava-os em seu colo para avaliar sua condição física, sem que houvesse qualquer rebeldia por parte das aves. Havia ali uma relação de “cuidado” que segundo ele era “reciprocado com ovos”. Tião acredita que este relacionamento provém frutos que são dádivas, a natureza é para ele uma expressão do “amor de Deus”, e compartilhar estas dádivas é uma forma de exercitar sua fé. Ele nega-se a monetizar suas relações, “prefiro não fazer esta conta”, ele diz, ao se referir aos gastos com ração e manutenção do galinheiro. Para ele “o prazer em dar é maior do que em receber”.

“Tenho certeza que tem uma raiz em mim, que faz parte da minha mãe, do meu pai, da minha avó... o meu gostar de plantar e criar vem da minha mãe, e tem coisas que não dá pra explicar o porquê eu faço isso. Por que eu faço aquilo? É uma dádiva de Deus, um presente de Deus! O meu maior prazer é fazer mudas e dar pras pessoas, é pegar o estrume da galinha e misturar com serragem [fazer o composto orgânico] e dar pra pessoa, não me interessa o dinheiro... eu quero ter a felicidade de produzir alguma coisa e ser útil, fazer a minha história... a minha vida não precisa de muito dinheiro, a minha felicidade está em vir aqui na casa de Aparecida, é estar mexendo com minhas galinhas e minhas plantas... o pouco me traz felicidade! .. deu certo para meus pais, está dando certo para mim”.

De forma geral estas reciprocidades se remetem ao passado, ao tempo dos “antigos”, na qual a vida dura só era possível se um ajudasse o outro. Estas reciprocidades não estão ligadas apenas aos cultivos ou criações animais, mas a forma com que estes moradores habitam aquele ambiente e o modificam.

Zé, de 50 anos, morador da Grota, conta como em sua infância participou de muitos mutirões para construir as casas de “pau-a-pique”: “era uma farra e diversão... ia busca caniço no morro, pisoteava o barro a tarde toda e arrumava um cipó pra amarrar. Depois pra melhorar o acabamento emboçava com cimento e cal.” O mais interessante que ainda hoje tem casa de pé desta época, tanto em Charitas quanto em Santa Rosa. Um padrão de habitação que costumou-se a correlacionar a precariedade, atraso, pobreza e doenças, presentes a poucos metros do “metro quadrado mais caro de Niterói”.

É importante esclarecer por que me utilizo do termo reciprocidade e não de trocas para definir estas relações. A operação de troca é uma permuta de objetos, a estrutura de

reciprocidade é uma relação reversível entre sujeitos. Enquanto que a troca envolveria a circulação de bens de um lado para o outro, mediante determinado cálculo e lógica mercantil, a reciprocidade envolve uma relação que também ocorre de A para B, mas pode retornar de B para A. A troca por si não gera nenhum valor, enquanto que a reciprocidade pereniza essa situação de face a face que permite a cada um exercitar sua consciência do outro (SABOURIN, 2011, p. 46–47 *apud* Chabal e Temple, 1998). Vimos nas falas dos moradores sobre seus plantios atrelados ao ato de compartilhar, seja os frutos da pitangueira de Geraldo, os morangos de Juca ou as roças de Francisco, sem que necessariamente houvesse uma contrapartida. Quando Tião leva alguns cachos de uva para seu vizinho, ele não o está trocando antecipadamente por uma penca de banana, mas exercitando sua percepção sobre as necessidades do outro, e isto gera a “felicidade de produzir alguma coisa e ser útil”. Ele mesmo não seria capaz de consumir toda sua safra de uvas ou vê-las estragando, pois fere o propósito para o qual foram plantadas. Ao garantir que a dádiva seja aproveitada através do compartilhamento, gera-se um valor unicamente produzido pela reciprocidade das dádivas: amizade, confiança, justiça ou responsabilidade. Muitas vezes este valor também assume uma dimensão espiritual, o que pode ocasionar a inclusão de um terceiro elemento nesta relação, aqui no caso de Tião, “Deus”³⁰.

Esta lógica da reciprocidade tem o potencial de ser um “motor produtivo”, na qual o ser humano “produz mais para dar do que para possuir”, seria diferente daquela movida a acumulação do lucro, por gerar valores humanos que são capazes de limitar os excessos do livre mercado (SABOURIN, 2011, p. 57-58). Tal reciprocidade também pode ser estendida à relação de Tião com os pássaros e beija-flores, o mamão dado gera um valor moral, a “alegria em dar”, e esta é visualizada na inclusão de um terceiro, neste caso a “natureza”. “Deus” e “Sua criação” por vezes se misturam, o que também contribui para o entendimento do sentido de sagrado é com o qual a “natureza” é percebida.

Em comparação com os tempos anteriores alguns moradores apontam para o gradual desaparecimento da solidariedade e reciprocidade. Para muitos o que era um caráter da “vida em comunidade” foi se restringindo a grupos religiosos, apenas a família. Segundo esta

³⁰ Sabourin (2011, p. 42-47) faz um apanhado teórico, a partir da análise de Mauss sobre o *hau* maori (o espírito da dádiva), a respeito deste terceiro elemento que surge a partir de relações entre dois sujeitos, o “Terceiro Incluído”, que seria necessário para visualizar um valor moral produzido pela reciprocidade das dádivas, justamente pelo movimento dos bens materiais ou simbólicos. É nestas relações de reciprocidade de estrutura ternária que se desenvolvem a relação com o bem comum, como seria o caso do meio ambiente. Neste sentido a própria “natureza” pode surgir como este terceiro elemento, no caso de reciprocidades entre moradores que geram o valor moral de estar fazendo algo para a “natureza” e sua preservação. Já vimos ser este o caso da prática de plantios.

interpretação os dias de hoje são marcados pelo individualismo, competição, assim como pela alta densidade de pessoas, a maior parte de desconhecidos. Este adensamento populacional inflige numa grande redução de espaço para os plantios e criações animais, que implica em mais uma pressão de singularização destas práticas em relação ao que se encontra em meio rural.

4.5 Relações de espaço e tempo: as conformações peculiares dos plantios e criações animais

A topografia é um elemento conformador destas práticas, principalmente para os cultivos e as criações animais. O espaço disponível e o relevo são, inicialmente, um dos fatores limitantes, o que acarreta em adaptações exclusivas. Para exemplificar, trago o exemplo de Tião que mora numa parte bem inclinada do morro próxima a uma das ruas asfaltadas principais da comunidade.

Ao adentrar no terreno de Tião, logo após o portão, há um parreiral cobrindo um estreito corredor que dá acesso à casa. Depois de passar pela lavanderia e área de serviço, existe um pequeno viveiro de plantas, sombreado por uma tela de sombrite³¹ e, crescendo sobre esta, outra parreira. Esta cobertura proporciona uma sensação térmica imediatamente inferior e mais úmida. O espaço muito estreito é organizado pela disposição de diversos níveis de vasos de plantas dispostos numa bancada, além de sua coleção de orquídeas pendurada, ocupando exatamente o espaço entre a cobertura e as cabeças dos passantes. São aproximadamente 3 m² com uma grande variedade de plantas, tratadas como uma coleção, sendo possível encontrar espécies como o limão biribirí, seriguela, capim limão, berinjela, pimentão, alecrim, boldo, coentro de bugre, manjeriço, melão, mamão, manga, jaca, louro, diversas orquídeas, bromélias, entre outros.

Ao sair do viveiro, em uma área um pouco maior, está o galinheiro. Ao lado corre uma vala improvisada que canaliza água de uma nascente à montante. Junto às galinhas estão também patos e um peru. Uma pia disposta no chão, suspensa por uma grade sobre a vala, recebe o constante aporte de água que é utilizada como bebedouro e local de banho pelos animais (principalmente os patos), o excesso de água cai diretamente na vala e segue drenagem morro abaixo.

³¹ A tela de sombrite é utilizada em viveiros de plantas para protegê-las contra a luz do sol. Também são utilizadas para outros fins na construção civil (filtragem) e em coberturas de ambientes.

Todo o resto descartado pelo setor de verduras do mercado local é recolhido e servido aos animais, com complementação de milho para ração. O chão dos poleiros é forrado por uma cama de serragem, e os ninhos são feitos com madeiras de reaproveitamento. Quando a cama das aves começa a ter cheiro forte ela é recolhida e direcionada para compostagem.

Ao sair do galinheiro, pude ver parte do terreno original e constatar que a declividade do terreno é elevada. Nesta parte aberta, Tião organizou a área em três patamares que abrigam, respectivamente, a composteira, a cisterna e um pequeno pomar.

A inclinação do terreno promove uma constante sedimentação de solo no primeiro patamar, que faz com que Tião tenha que carregar este material morro acima e desenvolver contenções de nível utilizando-se de galhos cortados de uma aroeira. A compostagem é realizada numa caixa de água de 1000 litros, inadequada como reservatório de água devido a rachaduras.

Tião recolhe os restos de vegetais do mercado para dar às galinhas; seu estrume é transformado em húmus na composteira que é utilizado no pomar e o restante é distribuído entre sua rede de conhecidos, como Dona Aparecida e outras pessoas da igreja e vizinhos. Sob um ponto de vista da gestão ambiental, poderia se afirmar que Tião teria um sistema que fecha vários ciclos energéticos ao tratar localmente os resíduos, evitando o desperdício de nutrientes que são novamente utilizados na produção de alimentos. Entretanto, outra leitura pode ser feita buscando entender quais são as motivações e interesses de tal ação. Muito embora restrito por questões de espaço e tempo, Tião tece uma série de relações com seu entorno que ocasionam a importação de fluxos, não só, mas inclusive, aportes energéticos de matéria orgânica, que é transformada com a ajuda de microrganismos decompositores em húmus, e este, por sua vez, é exportado para reforçar os laços com vizinhos, parentes e membros da igreja.

Ao inserir a variável temporal nesta análise podemos, minimamente, indicar a complexidade que emerge das diversas experiências empreendidas ao longo do tempo, e de como elas se sedimentam como repertórios de conhecimentos e experiências passadas que influenciam o presente e muitas vezes balizam decisões futuras.

No caso de Tião, alguns exemplos dessas experiências pretéritas seriam: vários outros tipos de criação animal (coelho e porco), diversos cultivos que se sobrepuseram ou se substituíram na ocupação do solo ou por cima das construções, como é o caso muito comum do cultivo da abóbora que tem a qualidade de trepar, se espalhando por lajes, telhados ou

terrenos vazios. Estas experiências pretéritas são imediatamente acionadas como referências quando são postas novas possibilidades de uso do espaço.

Anteriormente, o terreno de Tião tinha uma área construída muito menor, que possibilitava uma dimensão maior de cultivos e criações, entretanto, esse espaço foi gradativamente reduzido, e está sob constante ameaça de dar lugar a um novo cômodo da casa, seja para novos inquilinos ou para expansão da família. Em seu terreno ele já criou coelhos, plantou muita abóbora, tinha uma abacateiro muito produtivo, e criou porcos.

O desafio que a conformação do terreno impõe e a criatividade com que estes moradores moldam o ambiente ao longo do tempo é, de certo, um assunto que pode render muitas observações, mas é importante buscar compreender as redes de sociabilidade das quais Tião participa por meio de trocas mediadas pelos frutos de seus plantios e criações animais. Seu espaço, mesmo que pequeno, cria toda uma possibilidade de relações de cooperação e reciprocidade entre os vizinhos e em sua comunidade religiosa, tais como: a distribuição de ovos para vizinhos e famílias com dificuldades financeiras; o compartilhamento de frutas produzidas com vizinhos que reforça laços de reciprocidade, diversificando o acesso aos gêneros alimentícios locais; a troca de mudas, de insumos agrícolas, ferramentas e outros bens materiais.

Quando vemos invenções como uma baia feita para os porcos na qual pingava uma gota de criolina a cada minuto para evitar o mau cheiro e não incomodar os vizinhos, assim como toda a inventividade com que Tião adapta seus cultivos e criações animais à falta de espaço (fazendo policultivos em vasos e o pomar integrado com o galinheiro), isto demonstra o quanto ele valoriza e utiliza o “espaço que tem”. Sua vontade de realizar estas práticas extrapola sua própria casa e se estende ao longo de seus caminhos, aonde quer que haja “terra” ou “mato”, não se importando se irá ou não colher algo, mas simplesmente pelo valor que dá ao ato de “aproveitar o espaço” através do plantio.

Muitos outros moradores também partilham deste “aproveitar o espaço” em seus quintais ou encostas do morro para ter “por perto” as espécies de seus interesses, o que envolve todo um esforço para consegui-las com vizinhos, em viveiros comerciais ou de “trazer da roça”.

4.6 Diversidade das espécies

Um presente apreciado entre aqueles que plantam é alguma espécie nova, principalmente se esta detiver alguma característica particular seja em seu uso, estética ou origem. Existe um tipo de conservação da diversidade de espécies que é empreendido pelos moradores, que foge ao padrão apregoado pelas ciências biológicas, que compreende a manutenção de diversas espécies que hoje são ameaçadas pela homogeneização genética ocorrida na produção comercial.

Dona Aparecida, empregada doméstica, 45 anos, começou junto com seu ex-marido Geraldo, em 2000, a construção da casa eles ouviam relatos que o solo era muito ruim para plantar, mas para eles não há terra que não possa ser melhorada ao se cultivar: ao mesmo tempo em que construía, começava a fazer os primeiros plantios de bananeiras. De acordo com Aparecida, Geraldo há mais de 30 anos, já falava que um dia não haveria mais sementes ou mudas para plantar, pois o mercado iria chegar a um grau de manipulação enorme onde tudo seria vendido. Este era um dos motivos para a família levar consigo suas mudas, e para colecionar espécies diferentes, pois só teriam a bananeira se a cultivassem, e ninguém além deles poderia garantir que no futuro eles tivessem a bananeira.

Isto não implicava num isolamento, mas reforçava a importância que a família tinha em preservar suas espécies de interesse, sem, no entanto estar imerso em relações com a vizinhança.

Existe uma dimensão subjetiva, nesses cultivos e criações de animais em pequenos espaços na favela, que está intrinsecamente ligada aos modos de vida e sociabilidade recriados num ambiente específico, num entrecruzamento de espaços e tempos promovidos pela mobilidade rural-urbana. Nestes processos ocorrem fluxos de espécies, mesmo que de forma pulverizada e não sistematizada cientificamente, de uma grande variedade de espécies, inclusive seria plausível a hipótese da sobrevivência de variedades utilizadas antes da ascensão das empresas de sementes com a Revolução Verde. Aparecida faz questão de ter em seu quintal uma coleção de diferentes espécies de banana: banana d'água, banana prata, banana da terra, e a muito rara banana pera, ao mesmo tempo em que, há uma boa noção das matrizes existentes em terrenos vizinhos. Além disso, o limão-cravo, laranja da terra, cana-de-açúcar são outros exemplos que incluem cultivares não comerciais ainda plantados por suas características de rusticidade e plasticidade, ou seja, são espécies que se adaptam bem a solos ácidos e a diferentes condições climáticas.

Uma espécie que Juca mantém em seu quintal é “a melhor cana de São Fidelis”, Cana Itaipava, com alto teor de açúcar e pouca fibra. Esta espécie de cana esteve muito ligada a sua região de nascimento e seu primeiro trabalho nos canaviais de São Fidelis – RJ.

Dona Adelina (72) e Rivaldo Souza, nascidos em Itapiruna, são outro exemplo da conservação de uma grande número de espécies devido a seus usos principalmente medicinal e cosmético. Alguns exemplos de plantas encontradas no quintal deles (de aproximadamente 100 m²) e seus usos, são: ora pro nobis, canama leiteira, coração de Jesus, chá de João Murandi com avenca são um ótimo shampoo, elixir parególico para dor de barriga, romã, capim colônia, corta mironga para banho de descarrego, coroa de Cristo, caqui, graviola, cajá, pitomba, abacate, assa-peixe, louro, pimenta do reino, chuchu, cacau, erva de Macaé, café muito utilizado na forma de emplastro para dor de cabeça, hortelã no café pra baixar a pressão, arruda para matar piolho, set sangria, ponta livre, novalgina para a dor.

Para dona Adelina (Figura 4.6), “enquanto tem espaço vou plantando”, e nunca precisou tomar “remédio de farmácia” na vida, sempre recorreu “as plantas”. Segundo esta senhora estes conhecimentos “da roça” foram passados para ela por gerações em sua família. Ela por sua vez, passa seus conhecimentos para os vizinhos que procuram-na para tratar de suas questões relativas à saúde.



Figura 4.7 Dona Adelina e sua coleção de plantas medicinais, ornamentais e frutíferas

Sobre como estas plantas medicinais que circulam na comunidade há um relato que Dona Conceição faz de como conheceu a Noni [*Morinda citrifolia*]:

Suelaine descobriu agora uma frutinha Noni. Disseram que ela era levanta defunto. Ela disse pra eu tomar, ela mesmo me ensinou como fazia. Ela passou pra umas pessoas, eu também passei e agora ela trouxe uma mudinha.

Eu plantei! Ela continua trazendo a fruta. Me levantou eu tava de muleta! Eu tava gastando 400 reais por mês, parei com tudo, tô só com o Noni. A glicose do Dodô baixou também. A Noni trata tudo isso. Bate a fruta com suco de uva. Dodô bate com caroço e tudo, ...,fica aqueles pozinho. Dois cálices por dia. Agora tem uns vizinhos que tão tomando também pra diabete e pro câncer.

Foi uma aluna que trouxe. O Dodô não acreditava não. Criança né? E esta fruta é fedorenta! Eu falei 'vamo acredita nela' e depois o pessoal pesquisou aqui na internet. Mas antes de pesquisar eu já fui tomando, eu acreditei. A gente faz uma troca ela pega umas balas com o Dodô e ela traz as frutinha. Ela pegou umas mudas aqui com a gente e o pai dela foi pro norte e levou um bucado de plantas pra lá: hortelã, boldo, saião.

Este exemplo da Noni ilustra para como um elemento novo chega a determinado morador através dos mais inusitados intermediários (uma “criança”), sua aplicação é condicionada ao “acreditar” neles ou não, sua validade é feita com base nos resultados experimentados no próprio corpo e é comparado ao tratamento alopático de “400 reais”. Ao ver o resultado empírico, outras pessoas mais céticas, como Dodô, passam também a realizar o tratamento, testando sua aplicação a outros problemas de saúde o que amplia o repertório de uso. Por fim, a Noni é “passada” para outros moradores que não estão restritos apenas ao universo da comunidade. Vemos aqui este circuito interno operando, que passa pela “experiência prática” e também “pesquisa na internet” para validar estes novos elementos como relevantes, o que concatena em sua circulação entre os moradores da comunidade e de alhures.

É importante ter determinadas plantas “por perto” justamente por sua utilização representar a autonomia frente aos imponderáveis da vida, como são as doenças. Quem cultiva estas plantas e detém estes conhecimentos são procurados por aqueles que não querem depender de tratamentos caros. Muitos moradores acreditam neste tratamento com as plantas, pois foram “criados pegando o remédio no quintal da avó ou do vizinho”. O mesmo ocorre com as plantas alimentícias. Ter os alimentos frescos e “naturais”, em detrimento às verduras e legumes com “veneno” e sem sabor dos mercados. Por isso o esforço de conseguir estas

espécies “vale a pena” quando se tem estes tipos de benefício, mesmo que para a manutenção destes cultivos envolve uma série de exigências e a necessidade de “bater perna”.

4.7 Mobilidade rural-urbana

Naquela mesma tarde em que levei sementes de milho crioulo a Tião, e ocasionalmente alguns vizinhos se juntaram, uma senhora nitidamente com pressa subiu rapidamente a escadaria, sendo assim interpelada por Tião: “vamos fazer plantação lá no teu quintal?”. Ela logo se remeteu à sua infância na “roça”, mas contrapôs que atualmente não tinha tempo para plantar em meio às tantas demandas familiares e de trabalho. Embora muitos moradores da Grotta do Surucucu tenham origem rural, isto não determina uma relação específica com o ambiente. Em alguns casos este passado está ligado à condição de vida mais precária, ficando restrito aos repertórios de experiências que são eventualmente acionados quando deparados com algum elemento que remeta ao passado “na roça”. Geralmente a plantação ou criação animal são elementos correlacionados a este passado, mas também são mencionados o “trabalho duro”, o “acordar de madrugada”, o trabalhar desde pequeno para ajudar a família, o “prazer” de ver as plantas crescerem, o “viver do que a terra dá” e as superstições.

Dona Zizi de 80 anos, nascida em Cambuci-RJ, conta que na sua infância trabalhava no campo, cortando cana e madeira. Ela e seus irmãos só se alimentavam quando tinham terminado de trabalhar, por volta das 14hs. Segundo esta senhora, “trabalhar na roça era duro, hoje a pessoa estuda e fica só teclando”. Sua vinda para cidade foi em busca de trabalho, pois era a filha mais velha e tinha filhos para alimentar. Os filhos ficaram com a avó e ela mandava o dinheiro, enquanto começava a construir sua casa na Grotta. “Se eu pudesse ainda moraria na roça. Eu não tenho do que reclamar, a pessoa que faz o lugar, se tem confusão lá embaixo, aqui do portão pra dentro a gente não se mistura. Me tratam com respeito ‘bom dia tia’”. Dona Zizi mantém um pequeno canteiro de 2m² com banana prata, tomate, abóbora, salsinha e cebolinha, melancia, entre outras plantas, mesmo com as dificuldades de conseguir realizar a manutenção pelo avançar de sua idade.

Dona Francisca, 83 anos, é imigrante portuguesa, filha de trabalhadores rurais. Sua família plantava trigo, centeio, azeite e batata. Ela já trabalhava desde os sete anos, principalmente recolhendo grãos que ainda permaneciam no campo após a colheita. Praticamente toda a comida ia para alimentar os soldados que batalhavam na Segunda Guerra

Mundial e muitas vezes sua família passava fome. A partir dos 11 anos começou a trabalhar em casas auxiliando nos serviços domésticos. Esta senhora chegou ao Brasil em 1953 para trabalhar num cassino em Copacabana, onde permaneceu por dois anos seguidos apenas para pagar sua passagem, dez anos depois ela comprou um terreno na Grota, onde construiu sua casa em que vive.

Vemos nestes dois casos que este passado na “roça” envolvia uma precariedade e que a perspectiva de encontrar trabalho na cidade era para muitos a saída mais acionada. Na cidade já havia todo um circuito para trazer uma “menina da roça” para ajudar dentro de casa, uma fonte de mão de obra barata.

Juca, que se diz o único dos irmãos que gosta de plantar, diz que tentou “viver das plantações” em São Fidelis, mas que o “atravessador” ganhava todo o lucro. Com dezoito anos Juca também veio para cidade trabalhar na construção civil. Ele acredita na hipótese que seria mais lucrativo fazer os plantios na Grota e vender diretamente sua produção.

É interessante como os moradores se referem a este passado: “vim da roça”, local onde “se vivia do que a terra dava”. Ainda não presenciei um relato em que alguém tenha se definido como “agricultor” ou tenha trabalhado na “agricultura”, o que revela que tais categorias pertencem a outro contexto social.

As descrições dos moradores mais antigos, os “crias da Grota”, confirmam que esta localidade era também denominada de “roça”, sendo descaracterizada pelos processos de expansão urbana (formais e informais) principalmente no período de 1930 a 1950. Ou seja, é preciso considerar que a cidade chegou na “roça” (Grota), e que em certa medida se mantiveram algumas condições essenciais para a reprodução das práticas de plantio e criação animal, justamente por ser um ambiente com alta declividade, e, portanto, fora do padrão visado pela especulação imobiliária ou o planejamento oficial da prefeitura. Sendo assim a diversidade de origens torna-se muito complexa: existem os “crias da Grota”, nascidos na época em que a Grota era “mato” e “roça”; há moradores advindos de outras “roças” de diversas regiões do país e do exterior; as gerações que nascem já na Grota “favela” ou “comunidade”, num ambiente de urbanização precária; e por último deve se considerar os fluxos de pessoas que continuam a vir da “roça” para Grota, tanto quanto, a sair da Grota para a voltar à “roça”.

Já vimos o caso de Dona Jussara e Mestre Besouro que compraram terrenos em locais afastados da cidade para ter uma “vida mais tranquila” ou “voltar pra roça”. Esta é uma tendência observada nos mais velhos, inclusive há a possibilidade de voltar a residir no local

de origem, nas terras que ainda pertencem à família, como é o caso de Juca. O espaço para as plantações e criações animais é um fator importante na escolha deste novo local para residir, não como uma atividade econômica, mas como um elemento que envolve a melhoria na qualidade de vida através da alimentação saudável, que são expressos nas seguintes categorias: “alimento fresco”, “sem veneno”, “sem remédio”, “plantação e criação natural”, “galinha caipira” e “do jeito que a gente fazia antigamente”.

Um caso curioso que presenciei é o de Dona Marlete, ao sair da Grota para um terreno mais amplo na região oceânica de Niterói, junto com sua mudança levou consigo todas as plantas que conseguiu desenraizar de seu quintal (Figura 4.7).

A favela não é facilmente ajustável à dicotomia rural-urbano, pois nos deparamos com determinadas permanências de práticas com o ambiente, originalmente pertencentes a um rural imaginado, sobrevivendo dentro da cidade em pleno século XXI, em espaços onde não se fez por completo o processo de urbanização. Nesta perspectiva a favela se torna um campo de pesquisa rico, porém complexo, justamente por ser composta também por um mosaico de populações, que não se limitam apenas a migrantes de diferentes partes do país. A partir destas práticas de plantio e criações animais é possível também relativizar a crítica sobre a insustentabilidade das cidades que necessariamente importa energia, alimentos e outros recursos de áreas externas a esta, desperdiçando matérias primas e nutrientes ao exportar o lixo ou o esgoto que passam a se tornar grandes fontes de poluição e passivos ambientais. Mesmo que a favela também compartilhe destas questões ambientais, um olhar mais próximo para este conjunto de práticas pode contribuir para captar a heterogeneidade dos modos de vida na favela.



Figura 4.8 Marlete preparando as plantas para a mudança

4.8 A complementaridade das fontes de água

Nos verões de 2014 e 2015 a comunidade passou por severas restrições no fornecimento de água, períodos de mais de duas semanas sem a “água cair”. A falta de chuvas e da disponibilidade de água afetam diretamente a vida humana e as práticas de plantio e criações animais. Nesta situação, muitas famílias iniciaram a construção de cisternas ou compraram reservatórios para armazenar água fornecida pela concessionária Águas de Niterói³². As famílias menos abastadas passaram por severas condições de escassez, por vezes vivendo períodos de 20 dias apenas com o volume da caixa de água, de 1000 ou 500 litros, tendo que recorrer às bicas, nascentes e poços locais.

Alguns elementos na trajetória de vida de Dona Aparecida podem ser importantes no entendimento das formas como os moradores lidavam com a questão da água antes do fornecimento pela concessionária. Neste caso, há uma relação muito específica com a água de

³² O Sistema Imunana-Laranjal, que abastece a zona Leste da Baía de Guanabara, tem sua captação no rio Guapiaçú, entretanto este sistema está sobrecarregado e muito próximo do limite da capacidade de fornecimento. Como uma das medidas de mitigação da implementação do pólo petroquímico do COMPERJ, foi prevista a construção de uma barragem no em torno deste rio, que implica na remoção dos agricultores familiares que vivem na região.

chuva, que hoje é muito acionada nos padrões urbanísticos sustentáveis que preconizam que novas construções sejam dotadas de sistemas de captação de água de chuva.

Dona Aparecida criou seus filhos em um dos morros em Tribobó, um bairro de São Gonçalo que ainda apresentava uma vegetação densa ao redor da casa, inspirando a expressão “as crianças foram criadas no mato, como índio”. Os três filhos brincavam de “trepar nas árvores”, passavam o dia “enfiados no mato”, pois só havia este espaço pra brincar, “não tinha roupa que aguentasse sem furar”, relata a moradora. Havia espaço suficiente para cultivo de alguns pés de bananeiras e criação de galinhas, de forma que a reutilização da água da pia e da lavagem de roupa era destinada para estas.

Muito do que hoje é preconizado como conduta “sustentável” ou “ecológica”, para Dona Aparecida não se trataria de algo novo, pois estaria muito relacionado ao “jeito que a gente fazia”, praticado durante boa parte de sua vida, por questões de “necessidade”.

Em sua casa em Tribobó não havia água encanada nem uma fonte de água próxima, portanto eles utilizavam apenas a água da chuva. Nunca faltou água para a família, embora não tenha poupado orações neste sentido. Sempre chovia quando o marido estava fora de casa, de forma que ela desempenhava ativamente a tarefa de coletar água. Muitas vezes a chuva forte fazia com que as calhas caíssem e Aparecida improvisava uma folha de bananeira que assim desembocava até a entrada da cisterna.

Desta forma, a família vivenciou a transição de uma situação que havia a “necessidade” de captar a água de chuva, para outra situação em que há o fornecimento de água encanada. Mas como este passado informa suas práticas do presente?

“Hoje eu vejo algumas pessoas dizerem para nós que temos que economizar água, mas o que elas sabem sobre isto? Eu me sinto uma rainha de ter água na torneira! Banho era de bacia e caneca, criei todos meus filhos com água de chuva!”. Embora a cisterna da atual casa seja para água fornecida pela concessionária, até os dias de hoje Dona Aparecida sai de casa durante a chuva para limpar a área externa e eventualmente plantar. Os filhos alertam que ela não precisa mais fazer isso, assim como, algumas horas depois, sua coluna também apresenta queixas.

Muitas vezes o fornecimento de água encanada é irregular e pode ficar interrompido por semanas. Nestas circunstâncias Aparecida retoma uma série repertórios de reutilização de água de lavagem de roupa, louça e de reutilização da água do banho. Esta última prática influencia a própria forma com que ela organiza e planeja as construções. É prevista uma nova lavanderia na altura do quintal, de forma que possibilitará, entre outras facilidades, a

reutilização da água da máquina de lavar para aguar as plantas: “aguamos as plantas com todo tipo de água: da louça, da máquina, do banho. Se elas não gostassem, elas já teriam mostrado, eu fiz muito isso lá em Tribobó.”

Desta forma, parece que esta vivência passada sobre a utilização da água, relativamente escassa, é produtora de relações na quais são criadas formas de lidar com determinado elemento, num processo que está sob constante monitoramento e dependente das possibilidades que o ambiente local oferece.

Embora hoje o acesso à água seja mais cômodo, Dona Aparecida se orgulha de ter vivido numa época com tão pouco, de forma que este conhecimento se mantém valoroso, e pode ser acionado quando a “necessidade” se deflagra. Nas casas mais ao alto do morro, onde há a dificuldade da chegada da água tratada, é mais frequente a prática de captação de água de chuva, de diversas formas a mais comum são as bombonas de 200 litros acopladas a uma calha.



Figura 4.9 Bombona de 200l. acoplada a calha por uma conexão e filtro de garrafa Pet.

Esta situação de escassez de água na comunidade, mesmo para dona Aparecida que paga pelo serviço, é percebida pelos moradores como mais uma evidência de que há um tratamento diferente dos serviços públicos, uma “discriminação” por se tratar de uma comunidade, pois no bairro adjacente, São Francisco, “a água cai todo dia”. Mesmo reivindicando junto à concessionária esta realidade não muda, não restando opções além da

diversificação de suas fontes de abastecimento, conjugando a água encanada com poços e nascentes locais. Com menos frequência fazem a coleta da água de chuva.

Pelo histórico dos mais antigos que recorriam às bicas, carregando em latas, a água não é algo que possa ser negado a alguém, pois todos precisam dela. Destas fontes, muito embora presentes no terreno de algum dono, brota a água que é “pra todos”, um bem comum. O mesmo acontece hoje em dia com a água tratada, há muitos casos em que na falta de água se recorre a um vizinho que tenha um reservatório de água (cisternas ou caixas de água) para pedir-lhe água. A lógica por trás desta solidariedade é: “se um dia você nega, no outro pode precisar e aí vai ter cara de pedir pra quem?”. Sempre em última instância a água é dada pela natureza e é para todos utilizarem, a água é uma “necessidade” de todos e, portanto, ninguém pode se dizer “dono” desta ou negar um pedido. A empresa de abastecimento é vista como uma entidade que se apossa de tal recurso e apenas “pensa no lucro”, como poucos são os que pagam a conta, não é “prioridade” desta fornecer água para a comunidade.

Mesmo nesta condição de escassez, presenciei casos de canos vazando água e relógios da concessionária estourados, o que denota a falta de manutenção do sistema. Se alguma manutenção é feita depende unicamente do morador, se este não faz os canos continuam a vazar enquanto “cai” água, o que muitos percebem como um grande desperdício reforçando a imagem da precariedade do serviço fornecido, de forma que os moradores indagam: “por que pagar por um serviço assim se a empresa não entra na comunidade nem pra arrumar os canos?”.

4.9 Manejo e renovação da fertilidade do solo

Quando Geraldo iniciou a construção da casa foi alertado pelos vizinhos que o solo era muito ruim para plantar, mas para ele não há terra que não possa ser melhorada pelo cultivo. Ao mesmo tempo em que iniciou a construção da casa, também realizou os primeiros plantios de bananeiras.

De acordo com relatos dos moradores mais antigos, boa parte dos terrenos em áreas mais baixas do morro tiveram a camada superficial do solo removida para dar lugar aos loteamentos. Nas áreas mais altas a forma de ocupação se dá a partir da escavação manual de “taludes”, que envolve um conhecimento sobre o solo importante para a construção: é necessário fazer um corte perpendicular à inclinação do morro, retirando a terra que será utilizada para aumentar a área aplainada onde será construída a casa. Entretanto este tipo de

ocupação apresenta um sério risco, pois o terreno na parte aplainada fica fofo e geralmente é para onde a água da chuva escorre do telhado de meia água, acarretando a fragilização do solo. Os moradores geralmente instalam calhas para evitar que a “água coma” o terreno. Geralmente no topo do talude ou em sua parte inferior são utilizadas plantas que “segurem o barranco”, neste caso a braquiária é muito utilizada, mas também as roças de mandioca e batata doce.

Outro conhecimento bem difundido é que a bananeira promove o acúmulo de água, o que pode desestabilizar uma encosta, “bananeira não segura nada”. Para a segurança da construção é necessário que o solo esteja o mais bem drenado possível. Mas mesmo assim as bananeiras são plantadas principalmente na parte de baixo do talude para ocasionalmente receber as águas servidas.

Os deslizamentos de terra ocorridos em 2010 marcam a memória de Juca e de muitos moradores. Ele relata que um de seus sonhos é reflorestar a porção do morro atrás da casa, não só para amenizar o risco de deslizamento, mas pelo “prazer de ver crescer”, entretanto, o fogo costuma consumir o capinzal nas épocas mais secas e frustraria uma tentativa de reflorestamento. Próximo à casa de Juca, há uma grande extensão de braquiária que é pastejada por equinos e bovinos que pertencem a moradores. O fogo é parte do manejo de renovação da pastagem (em outros casos acidentais), estimulando uma rebrota vigorosa, entretanto muitos moradores discordam deste uso. Para Juca “O fogo no morro é como se estivesse queimando eu mesmo!”.

Para os moradores que cultivam, existe um constante manejo da “terra” e formas de mantê-la “boa” ou “fértil”. Uma prática muito comum é a utilização de resíduos orgânicos como fonte de nutrientes para os cultivos. Isto se dá de diversos modos, desde os restos de vegetais cru depositados nos vasos de plantas, como também em latas metálicas de 10 litros gradativamente cobertas em camadas de material orgânico e com terra do local. Enterrar estes restos também é uma prática comum, que no tempo de dois meses se torna húmus rico em minhocas nativas. Neste caso restos de comida e dejetos de animais não são percebidos como lixo ou algo indesejável, mas como fonte de fertilidade e de vida.

Para além dos participantes do Projeto Ecomagente, existem muitos moradores que praticam a compostagem, tanto com o resíduo orgânico doméstico, como com esterco de animais. Contam que já fazia isto na época em que moravam na “roça”, ou que aprenderam sobre esta prática na internet, no caso dos mais jovens. Este é o caso do jovem Ferdinando que mantém em seu quintal uma composteira feita em baldes de azeitona reutilizados (Figura 4.9).



Figura 4.10 Composteira de baldes que Ferdinando conheceu pela *internet*

Alguns moradores trazem esterco de criações animais de alguma localidade rural. Uma receita que é bem difundida entre aqueles que cultivam plantas mais exigentes, é: “6 cascas de banana, 8 cascas de ovos e 1 copo de borra café, bater em um litro de água e aplicar no solo”.

Outros moradores preferem dar uma utilidade aos resíduos orgânicos domésticos, usando principalmente as cascas na alimentação diária, um “costume dos antigos”: farinha de casca de ovo, cascas fritas de batata, bolinho de casca de legume e folhas, pé de galinha, pescoço, ossos.



Figura 4.11 Dona Marlete adaptando um balde para recolher o chorume (fertilizante líquido).

4.10 Relações entre o manejo da vegetação e o saneamento básico

Ao caminhar pela comunidade é notável na paisagem a presença de áreas vegetadas, assim como também evidencia a imagem de satélite, que permite constatar o contraste com outras áreas mais urbanizadas do entorno (São Francisco e o Largo da Batalha). Neste tópico utilizo um recurso de geoprocessamento aliado às informações coletadas a campo, para tentar entender qual é a relação da população com as áreas vegetadas e remanescentes florestais. O mapa de NDVI³³ pode contribuir para um maior entendimento da composição da vegetação encontrada nas comunidades da Grotta do Surucucu e Igrejinha. É possível distinguir a composição da cobertura vegetal, sendo as colorações verde escuro áreas de mata nativa, seguidas por tons de verde mais claros que indicam a vegetação manejada e consecutivamente

³³ O NDVI (Normalized Difference Vegetation Index) ou IVDN (Índice de Vegetação da Diferença Normalizada) é uma metodologia para categorização da vegetação proposta por Rouse et al. (1973), sua utilização permite a criação de um índice que expressa a proporção e condição da vegetação, da seguinte maneira: -1,0 a -0,9 (água), -0,9 a -0,16 (solo exposto), -0,16 a 0,1 (área edificada), 0,1 a 0,5 (vegetação arbustiva), 0,5 a 0,6 (transição de vegetação arbustiva – arbórea) 0,6 a 1,0 (vegetação arbórea).

as áreas de pasto em amarelo esverdeado. O mapa de NDVI (Figura 4.12) apresenta a concentração do índice de vegetação, cruzando esta informação com o mapa de declividade pode-se tirar diversas leituras como a tendência da manutenção de áreas de vegetação nativa ou manejada em locais de alta declividade. Ao adicionar os dados do trabalho de campo realizado, podemos correlacionar os diferentes usos sociais destas áreas vegetadas.

Inicialmente é importante citar que boa parte da cobertura vegetal é manejada ou plantada, ainda restando algumas áreas de remanescentes florestais evidenciadas no mapa com um NDVI mais elevado, em verde escuro. Na área em que acompanhei Luiz, um agente de saúde, na fronteira entre a comunidade de Igrejinha e a Grota do Surucucu, a via principal pavimentada sobe até a o topo do morro e é margeada pelas ocupações humanas adensadas, em ambos os lados, geralmente 3 a 4 casas por lote, que fazem fronteira com a parte do morro com maior declividade e vegetação mais densa. Desta forma a comunidade de Igrejinha está disposta na cota máxima do morro, seguida por uma cota intermediária vegetada, e mais ao pé do morro a comunidade da Grota do Surucucu. O NDVI e as informações coletadas a campo apontam para uma vegetação manejada, sinalizadas pelos polígonos “a” e “b”, na qual as espécies escolhidas apresentam um uso direto, sejam no fornecimento de gêneros alimentícios, remédios e outras matérias primas de uso doméstico, ao mesmo tempo em que cumprem a estabilização das encostas. Dentre estas espécies encontramos: bananeiras, cajazeiros, mangueiras, goiabeiras, pitangueiras, roças e espécies nativas. É muito comum também a presença da leucena (*leucaena leucocephala*), espécie invasora de rápido crescimento, colonizando as áreas de braquiárias.

Ao se distanciar da via pavimentada, muitas moradias em cotas mais altas não dispõem de rede de drenagem próxima e, portanto, o efluente doméstico é despejado localmente, seja em antigas fossas sumidouros, seja *in natura* a céu aberto. As fossas sumidouros apresentam algumas limitações devido a pouca profundidade dos solos do morro, que diminui a capacidade de filtragem, e conseqüentemente seu tempo de vida, de forma que uma nova precisa ser construída.

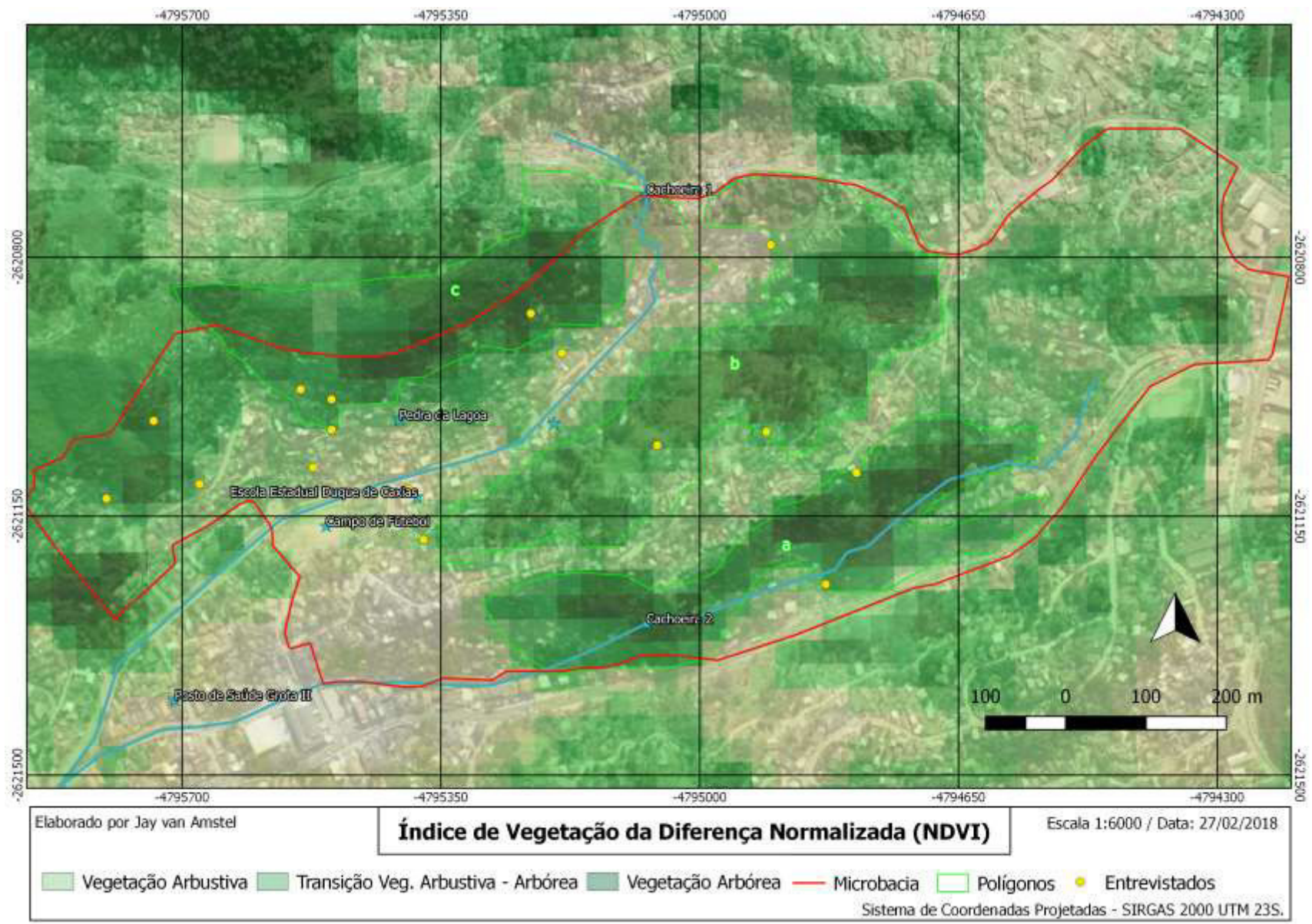


Figura 4.12 Mapa da composição de vegetação da microbacia da Grota do Surucucu (NDVI)

Esta vegetação manejada nas declividades mais elevadas recebe os efluentes domésticos, o que acaba enchando o terreno e fragilizando-o perante chuvas mais fortes. A bananeira como já dito é muito plantada por sua capacidade de “chupar a água”, o que neste caso pode ser desejado. Há um conflito presente entre moradores de cima do morro (Igrejinha) com os de baixo (Grotta), devido à ameaça de deslizamento a que os primeiros contribuem para sua ocorrência.

Casas mais humildes estão dispersas por entre a vegetação em cotas intermediárias, há dificuldades no acesso a água, luz e saneamento, e também vivem na situação de risco iminente. Muitos pequenos lixões são encontrados neste nível intermediário, pois a coleta de resíduos só é realizada nas ruas principais onde o caminhão de lixo tem acesso.

Dona Shirley é uma das diversas moradoras que ocupam um lote de fundos que se estende por esta vegetação manejada. Há mais de 30 anos no local ela realiza conjuntamente com seu marido plantios consorciados de mandioca, feijão, milho, mamão, acerola, banana e manga (Figura 4.13). Para que isto fosse possível eles canalizaram o esgoto para uma porção mais baixa do morro, numa fossa séptica do tipo sumidouro, para que não houvesse contaminação do solo cultivado. Dona Shirley não é um exemplo único, a técnica do sumidouro é bem difundida e aplicada como solução quando não existe a possibilidade de se ligar à rede coletora de esgoto, sendo sua principal motivação para tal a possibilidade de cultivar o terreno.



Figura 4.13 "Roça misturada" de dona Shirley em um lote que mageia a mancha vegetada

Quando existe rede de drenagem, esta é composta por canos de 150mm. e caixas de passagem, que vivem constantemente entupidos, não só pelos hábitos de alguns moradores jogar no vaso artefatos grandes, mas também por conta da atuação das raízes que quebram os canos permitindo a penetração do barro, criando barreiras para o escoamento normal. A manutenção deste sistema de drenagem é complicado, pois a concessionária não quer adentrar numa zona de risco de vida para fazer a manutenção, o morador em sua rotina de trabalho opta pelo que é mais prático, ou seja, jogar esgoto *in natura* nos barrancos. Esta é uma realidade para as casas que foram contempladas com as escadarias do PAC, lembrando que existem muitas outras moradias que sequer foram abrangidas por vias de acesso e redes de drenagem.

A prefeitura em conjunto com a concessionária Águas de Niterói fizeram uma tentativa de instalar uma rede coletora de esgoto em uma das cachoeiras por dentro da comunidade, subindo com canos pela drenagem acima. Os canos parte do começo do bairro Cachoeira, seguindo drenagem acima e recolhendo o esgoto tanto das moradias à esquerda quanto à direita até o Largo da Batalha. Há apenas uma rede coletora instalada em um dos lados, de forma que existem canos que foram colocados perpendicularmente ao fluxo da água para coletar o esgoto de um dos lados. Entretanto estes canos foram arrastados pelo fluxo da água durante as fortes chuvas, diminuindo em muito a coleta dos efluentes (Figura 4.12). Segundo os moradores este erro de engenharia é mais um dos exemplos de como não há comprometimento em resolver de fato os problemas da comunidade, “só querem fazer marketing, né?”, desabafa um dos moradores. Para estes moradores esta nova tubulação só serve como anteparos para o lixo que vem drenagem abaixo, dando mais trabalho para eles que frequentemente precisam removê-lo.



Figura 4.14 Os canos soltos da rede coletora implementada pela prefeitura no 318

Embora a questão da limpeza urbana e resíduos sólidos esteja contida na discussão sobre o saneamento básico, tratarei neste tópico específico por conta da sua menção como uma das questões que mais afligem os moradores.

4.11 Questão dos resíduos

Como já mencionei no Capítulo 2, a questão do lixo engloba muitas outras dimensões para além da gestão de resíduos. Veremos a seguir três exemplos que irão ajudar a complexificar esta questão.

Palermo (2014) em sua análise sobre a gestão de resíduos na localidade, destaca as principais áreas com despejo de lixo inadequado (Figura 4.1), umas destas compreende a Pedra da Lagoa, que se caracteriza por uma

“...significativa depressão do terreno, formado por grandes matacões de gnaisse, onde no passado, encontrava-se uma pequena lagoa. Segundo moradores, era um local de lazer, propício ao banho. Atualmente, constitui-se um local de depósito de lixo... Apesar da existência de uma caçamba de lixo situada abaixo deste local, os moradores preferem jogar o lixo na Pedra da Lagoa por uma questão de comodidade” (WEDER, 2003 p. 82, 96).

A “comodidade” que Weder se refere é também mencionada em cartilhas educativas da prefeitura. Neste material o desenho de duas moradoras da comunidade travam um diálogo

fictício sobre o lixo: “o povo que joga lixo na rua, rios e riachos, só pensa neles mesmo! É pura preguiça de levar para os locais corretos. Se esquecem das crianças e dos vizinhos! É muito comodismo!” (Prefeitura Municipal de Niterói, 2013) (Figura 4.13). Entretanto, a observação participante e constantes conversas com moradores locais apontam para outras dinâmicas mais complexas do que uma questão de “comodismo”.



Figura 4.15 Locais com despejo irregular de lixo. Fonte: Palermo (2014, p.102)



Figura 4.16 Pedra da Lagoa antigamente um local de lazer, hoje está aterrada e com lixo.

A grande expansão urbana na década de noventa aumentou a ocupação favela, como já mencionado anteriormente, diminuindo a vegetação e conseqüentemente o aporte de água para a Pedra da Lagoa. Segundo os relatos de moradores mais antigos, o esgoto de algumas residências foi direcionada para a lagoa, de forma que esta se tornou imprópria para outros usos, acarretando numa degradação gradativa do local. Na seqüência houve seu aterramento e acúmulo de lixo. Após os deslizamentos de 2010 muitos moradores foram transferidos das áreas de risco que englobavam boa parte do em torno da Pedra da Lagoa, deixando suas residências para trás. Algumas casas vazias foram apropriadas pelos “meninos do tráfico” para abrigar suas mulheres e filhos, a maior parte deles de outras comunidades. Desta forma, os moradores mais antigos da Pedra da Lagoa afirmam que é muito claro para eles que são as “pessoas de fora” que não prezam pelo asseio do local, um exemplo disso é que os sucessivos mutirões empreendidos pela concessionária de limpeza pública tem efeito paliativo. Uma tentativa mais enfática de interferência de moradores mais antigos na conduta de outrem seria mediada pela “boca”, o que acaba favorecendo o processo de silenciamento deste conflito. Embora todo este processo de transformação da Pedra da Lagoa em uma área de despejo de lixo tenha impactado diretamente a vida dos moradores mais antigos, ainda subsistem no imaginário destas pessoas imagens, sensações e afetos pelo local.

Mas o fenômeno do despejo do lixo não pode ser explicado apenas pelo comportamento de quem “vem de fora” ou por questões de pertencimento. O caso de Joana, nascida na Grota, que já mencionamos no capítulo anterior, traz um relato sobre o hábito de jogar o lixo na ribanceira a dissimulação que isto envolve:

Era um lugar onde todo mundo se come um biscoito ele joga [na ribanceira]. Todo mundo faz isto, chupou uma bala e ‘pum’, joga. Tomou um refrigerante, ‘pum’, a garrafa voa! A gente contribuiu pra juntar muito lixo lá em baixo. Tudo que comia e bebia jogava sempre lá embaixo, então agora há pouco tempo a gente resolveu parar de jogar lixo lá embaixo. Antigamente tinha tudo lá embaixo, tinha planta, legume, hoje não tem nada, só lixo. Aí a pessoa vê que tá cheio de lixo, aí a pessoa pergunta: ‘O que aconteceu?’

O que você vai falar? Que o vizinho que jogou!

Antes eu não assumia.

Não! Fui eu! Eu que joguei lixo!

Como Weder et al. (2003, p. 102) já tinha apontado que nos depoimentos de moradores, que se utilizam de palavras como “ele” ou “o pessoal” para apontar que o lixo sempre vem de rio acima. Para quem mora na favela é bem claro quem é quem, e se alguém joga lixo fora do local apropriado isto também é percebido. O fato de haver dissimulação é justamente por que o morador sabe que o despejo do lixo é condenado por quem está perguntando, principalmente se esta pessoa é de fora da comunidade (branca, classe média, moradora da cidade, envolvida com pesquisa, projetos educativos ou com o poder público). A dissimulação pode ser assim uma forma de defesa contra a discriminação deste hábito, ou mesmo um ato de resistência às mudanças que vêm de fora para dentro. Desta forma, este negar-se a colaborar ou participar podem ser uma estratégia "racional" e uma prática incorporada em normas sociais de rotina dos moradores (Cleaver, 1999, p. 607).

Por trás de uma aparente “comodidade” em jogar o lixo próximo de casa está um velho hábito da população de juntar o lixo no quintal para posteriormente botar fogo. É preciso aclarar que esta prática precede em muito a entrada dos serviços públicos de coleta de lixo, e ainda é comum principalmente nas casas mais distantes das vias pavimentadas, geralmente realizada nos finais de semana. Ao longo do tempo a geração de lixo destas famílias aumentou e a própria densidade populacional também, isto tensionou esta antiga prática da queima do lixo. Também o combate a utilização do fogo tem sido alvo de programas educativos da prefeitura e tratado na escola, justamente pelo histórico de incêndios na vegetação. Mas então como a coleta de lixo vem sendo realizada e planejada de acordo com as especificidades da favela?

Obviamente que esta é uma questão para toda uma pesquisa em si, mas por hora quero apenas trazer o exemplo de Camille, 22 anos, estudante de letras na UFF, que trabalhou como agente do posto de saúde. Nesta função ela elaborou um projeto de coleta seletiva de resíduos para um dos setores da Grota do Surucucu de que era responsável. Sendo assim, percorreu os domicílios com a tarefa de “conscientizar” os moradores. De início havia muita resistência, mas conseguiu aos poucos a colaboração ao continuar a realizar visitas e manter um relacionamento com os moradores³⁴.

Em 2013 foi convidada a apresentar seu projeto em uma reunião do Programa Enseada Limpa, na qual apresentou fotos denunciando a falta de qualidade do serviço de coleta de lixo

³⁴ No setor de Elaine talvez seja uma das regiões mais pobres da favela, localizadas numa topografia mais alta, alguns problemas são relatados por ela: “15 pessoas morando na mesma casa”, “pai e mãe viciados, filhos viciados” “problemas com alcoolismo”.

e de efluentes domésticos. Entretanto, não sabia ela que os outros participantes da reunião eram representantes das concessionárias de coleta de lixo e de abastecimento de água e coleta de esgoto. Os gestores estavam ali para apresentar o plano de coleta³⁵ que implementaram, o que não batia com a realidade expressa nas fotos tiradas por Camille naquele dia. Havia claramente um lapso entre o serviço programado e o realizado, isto ocasionou um constrangimento. No final do encontro estes representantes deixaram seus contatos pessoais para Camille e afirmaram “que iriam cuidar pessoalmente do caso”. Obviamente que mesmo com este embate não houve mudanças expressivas. Vemos aqui também um movimento de dissimulação por parte dos gestores, ao levar a questão “pessoal”, o que acaba por não alterar estruturalmente a coleta na comunidade.

Com estes três níveis de análise vemos como a questão dos resíduos é complexa: primeiramente uma relação de conflito entre moradores “antigos” e moradores “de fora” no em torno da Pedra da Lagoa, no qual não há garantia que o mediador deste conflito seja imparcial; um segundo caso de uma moradora que revela que jogava lixo em frente a sua casa, mas culpava o vizinho, um ato de dissimulação e forma de defesa de um velho hábito, a “queima do lixo”; e uma terceira ocasião na qual uma moradora confronta o lapso entre o plano de coleta de resíduos da concessionária com a situação real, o que demonstra que estes moradores buscam formas de contestar a precariedade dos serviços públicos. Muitas outras correlações poderiam ser feitas integrando um conjunto maiores de questões como a regularização fundiária, o baixo poder aquisitivo das famílias, o caráter temporário das ocupações, entre outros.

Mas por último quero trazer outro exemplo sob outro ponto vista desta questão, algo que está emergindo nos últimos anos de dentro da própria comunidade, apoiada em relações e laços de reciprocidade, assim como vimos para o caso dos plantios. Existem práticas que incluem uma série de conhecimentos correlacionados aos resíduos que está concatenando na construção de colaborações mútuas entre os moradores e os catadores locais. Estes trabalhadores se interconectam criando suas próprias redes e desenvolvem práticas de ajuda mútua entre eles, para isso atuam muito próximos à população, pois para que consigam coletar mais materiais precisam da cooperação dos moradores da comunidade na segregação do lixo³⁶.

³⁵ Palermo (2014, p. 128) quando apresenta o novo plano de coleta de resíduos sólidos apresentado pela concessionária Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN).

³⁶ Existe uma tendência à especialização na coleta de determinado material, mas muitas vezes a coleta é generalizada e há uma posterior troca de materiais de acordo com a especialidade de cada catador. Também

Há também na Grota uma fábrica de vassouras feitas a partir da reciclagem de Pets recolhidas na própria comunidade por estes catadores³⁷. A vassoura é vendida em comércios locais e algumas encomendas foram feitas, numa expectativa de formar um mercado específico que estivesse disposto a pagar pelo valor agregado do item.

Desta forma, estas colaborações estão sendo firmadas pela agência de tais catadores, e passam basicamente mais por uma questão de arranjos sociais do que uma via institucionalizada. Quando tais catadores buscam se consolidar em cooperativas eles esbarram principalmente em questões de regularização fundiária e pela dificuldade de conseguir as licenças junto aos órgãos ambientais. O órgão julga a inadequado para o galpão de uma cooperativa as construções desordenadas próxima com ao Canal de São Francisco. Vemos novamente percepções antagônicas sobre o que deveria ser feito em se tratando a questão ambiental, e uma inflexibilidade causada pelo seguimento da legislação.

4.12 Síntese: as relações natureza e sociedade na Grota do Surucucu

As reflexões de Collinwood (1975) contribuem para o entendimento das cosmologias e visões hegemônicas no mundo ocidental e suas transformações ao longo da história. Segundo este autor, há uma pluralidade de conceitos atribuídos à “natureza”, que tendem a refletir uma temporalidade influenciada por fatores políticos e sociais.

Vimos como na área em questão a categoria “natureza” assume significados antagônicos e como estes conceitos são produzidos em situações do cotidiano: a “natureza” pode ser tanto aquela que distribui suas dádivas e ao mesmo tempo pune os homens por seu comportamento. Estas diferentes visões não necessariamente substituem umas às outras ao longo do tempo, mas se justapõem e coexistem, formando um verdadeiro mosaico de relações diversas. Descola (2011) sugere que há uma justaposição de visões de mundo que não são

colaboram com esta rede, profissionais que trabalham com reparos de eletrodomésticos e destinam o lixo eletrônico para os catadores especializados, assim como, moradores que entregam tais materiais voluntariamente diretamente a tais catadores ou em lugar combinado, num sistema muito próximo ao que se preconiza através dos Pontos de Entrega Voluntária.

³⁷ Jeferson, o dono da fábrica, conta que as primeiras amostras foram consignadas para o vassoureiro local vender, entretanto após algumas semanas este voltou para devolver o material alegando que as vassouras iriam acabar com seu negócio, pois eram mais resistentes que as vassouras comuns, não quebravam, portanto demoraria até que comprassem novamente outra, comprometendo as vendas futuras.

necessariamente excludentes, que se compõe por visões hegemônicas e outras visões que permanecem restritas às dimensões discretas. Os sinais da persistência de cada uma destas formas de relação podem ser indicados por certas atitudes e mentalidades compartilhadas pelos homens. Ao longo deste capítulo os dados empíricos ilustram como a persistência dos cultivos de plantas e criações animais, mesmo num ambiente com tantas limitações, denota uma relação íntima com o ambiente e a existência de um conhecimento específico por trás destas práticas. Além da relação do morador com seu ambiente é importante considerar também como as práticas que se estabelecem nesse ambiente promovem a sociabilidade entre moradores, estabelecendo relações de reciprocidade ou de conflitos. A presença de redes de reciprocidade e ajudas mútua nas comunidades aponta para certa continuidade com modos de vida do passado que resistem ou coexistem com a tendência moderna e hegemônica de individualização e privatização dos bens. Estas permanências discretas não ocorrem de forma determinante, mas está sujeita às hibridações pelo movimento de circulação de ideias, homens, valores e riquezas. Como vimos os conhecimentos dos antigos são muitas vezes conjugados com conhecimentos adquiridos no meio virtual, não sendo, portanto, um responsável pela exclusão do outro.

Estudar as práticas de cultivo e criações animais de forma separada pode incorrer num erro de isolá-las de seu contexto relacional e suas dimensões conflitivas. Vimos alguns casos de como a agricultura se torna viável a partir da interconexão com práticas de saneamento (a fossa sumidouro de Dona Shirley), que envolve fins adequados ao esgoto e resíduos, assim como lixões que dão espaço ou coexistem com o cultivo da terra (Joana), áreas de lazer e contemplação. Neste sentido os pressupostos de Ingold, de “engajamento” da pessoa em um mundo “relacional”, contribuem para visibilizar o papel ativo destes moradores como geradores de conhecimentos neste ambiente específico.

5.0 CONCLUSÕES FINAIS

Segundo algumas definições de sustentabilidade mais amplamente difundidas em meios institucionais, afirma-se categoricamente que nós herdamos o Planeta Terra, e somos responsáveis por deixá-lo em boas condições para nossos sucessores, de forma que temos que “administrar” de forma sensata nosso planeta. Entretanto, esta gestão é comumente descrita na linguagem da intervenção, o que implica que os seres humanos podem lançar suas intervenções planejadas de uma plataforma acima do mundo, e não dentro deste (Ingold, 2002). Os impactos da ocupação humana podem ser sobrevalorizados e ocasionar posicionamentos taxativos, principalmente se descontextualizados dos processos históricos e sociais. Este discurso, muitas vezes adotado por autoridades públicas ou pelo senso comum, correlaciona a população das favelas como responsáveis pela degradação ambiental, principalmente quando se referem à área de encosta e aos eventos de deslizamentos, as “áreas de risco”. Por outro lado pode-se considerar que este ambiente é marcado pela ausência histórica do estado ou a falta de política habitacional, não restando alternativa para que as populações pobres fizessem suas moradias em locais mais apropriados. Entretanto, essa matriz interpretativa incorre em amplas generalizações, que acabam por minimizar o fato de que existe um conhecimento que permite a manutenção destas ocupações, bem como, as formas adaptativas de construir neste relevo e modos de vida que incluem uma série de relações. Este conhecimento conjugado é a base que permite certo grau de permanência desta ocupação. As noções de destruição e degradação ambiental, bem como os de construção e controle, estão baseadas no discurso de intervenção, entretanto há um grande descompasso que divide o mundo como é experienciado entre os praticantes deste discurso (que falam sobre a rubrica “do planeta” ou pelos intelectuais), e como esta realidade é vivida no cotidiano dos moradores em seu ambiente.

Portanto, é muito difícil que este estudo de caso possa responder a uma discussão de dimensão planetária, como a “crise ambiental”, ou de uma escala sociológica mais ampla. Longe destes desafios, restringi-me às percepções referentes à dimensão local apresentadas pelos atores com que conversei e segui. Por mais que este tenha sido o enfoque dado, muito da minha perspectiva epistemológica permeia esta pesquisa (como é o caso da análise das questões sobre resíduos ou esgotamento sanitário), pois não é possível afirmar categoricamente que todos os moradores partilham de uma mesma noção ou preocupação

sobre a questão ambiental, o que é muito difícil de ser extraído por métodos objetivos ou incisivos de investigação. Por outro lado a opção teórica que escolhi ajudou no sentido de procurar os momentos nos quais estas diferenças epistemológicas ficam mais marcadas, como é nos casos de interações entre grupos com interesses diferentes. É justamente nestes embates que a questão ambiental é socialmente construída, o que a torna tão complexa e múltipla, tendo suas próprias transformações ao longo do tempo.

Nestas interfaces vemos como se entrelaçam e interagem diferentes concepções, seja a visão moderna ambiental (de base tecnocientífica) interagindo com o paradigma religioso (natureza como dádiva), entre muitas outras visões.

Este esboço de mapeamento destas comunidades epistêmicas em questão pode indicar que existe um corpo de conhecimentos e experiências prévias, que podem ser um subsídio importante para contrabalançar a simetria nas relações de interface que envolve as intervenções, assim como alguns paralelos podem ser feitos com outras localidades com situações similares.

Ao tratar sobre a “questão ambiental” numa favela é necessário ir além de uma questão comportamental e indagar: como esta condição de vida, em que se somam riscos e limitações, influencia a relação dos moradores com seu ambiente? Quão duradouras as soluções propostas podem ser efetivas nesta situação de insegurança e instabilidade?

Buscar entender por que mesmo nestas condições precárias as práticas de cultivo de plantas e criações animais são levadas a cabo por uma parcela de moradores, traz constatações importantes que relativizam a favela como o *locus* dos processos de degradação e risco ambiental das grandes cidades brasileiras.

O modelo científico de abordagem do risco apresenta diversos limites, sendo uma crítica central que este não confere à população envolvida no risco a possibilidade de lidar com este. As populações envolvidas nestas questões não tem voz, e o papel de gerenciar ou buscar soluções fica restrito aos criadores do risco como os especialistas e instituições reguladoras (PORTO; FINAMORE, 2012).

É preciso desconstruir tais intervenções, mesmo aqueles que se propõe como “participativas”, a fim de entender as correlações de poder imbricadas nesta, e principalmente como são feitos os processos decisórios e como os recursos são alocados. Neste processo é preciso indagar qual é o perfil de moradores que se está trabalhando, pois como vimos, trabalhar com os que mais precisam é extremamente desafiador por nem sempre estes chegam

a ter condições para a participação, tamanha são as limitações estruturais que se impõe em seu cotidiano.

Uma problematização neste sentido é feita por Souza (2014), focando a questão da participação das populações faveladas nas fronteiras das Unidades de Conservação (UC) em seus respectivos Conselhos:

como esperar “participação” e “co-responsabilização” de membros das camadas menos favorecidas da sociedade, que são à priori alvo de ações e políticas coercitivas dos órgãos governamentais? Como esperar que cidadãos que lutam diariamente pela sobrevivência em meio ao controle territorial por parte de organizações criminosas, atividades nocivas de empresas, sem acesso à moradia digna, serviços de saúde, educação, oferta de emprego e renda adequados se preocupem em participar de reuniões que, não raro, são verdadeiras palestras, em linguagem técnica e horários inadequados? (p. 4)

É muito difícil considerar que uma intervenção abranja toda a comunidade, portanto, é necessário esclarecer qual grupo está sendo focado e porque está se dando tal prioridade. A questão da representação política dentro da favela também é algo que precisa ser problematizada, considerando que muitas associações de moradores representam interesses de grupos específicos e não podem falar pelo todo.

5.1 Reflexões de âmbito teórico

Na prática fica difícil atribuir nestas intervenções que determinado lado seja portador de um corpo específico de conhecimento, utilizando rotulado como “técnico” ou “local”. Embora possa haver determinada predominância, existem muitos processos de hibridação pela interação entre técnicos intervencionistas e moradores locais, ou mesmo através de outros canais como a própria universidade, internet, meios de comunicação, etc.

Nas pesquisas realizadas na mesma localidade, tanto em Palermo (2014) quanto em Werder *et. all* (2003), é possível ver o conhecimento científico e o local se misturarem, embora nem sempre fique claro o papel dos conhecimentos e percepções dos moradores nas formulações destas pesquisas, nem como os pesquisadores lidam com as diferenças epistemológicas entre os corpos de conhecimento.

No primeiro ano do PE foi elaborado um Grupo de Trabalho “Plano de Coleta de Lixo” que contou com a colaboração de moradores e um agente de zoonose, a partir de saídas

de campo para localizar pontos de despejo irregular de lixo. O conhecimento dos agentes foi importantíssimo para a confecção da cartografia dos locais de despejo do lixo, como bem sistematiza Palermo (2014 p. 95). Algumas dessas considerações já faziam parte do repertório do agente, justamente pelo treinamento que recebera anteriormente, referente ao lixo ser um foco de doenças e permitir o acúmulo de água para o desenvolvimento das larvas do mosquito da dengue.

Entre os moradores participantes havia agentes de zoonose, agentes de saúde, estudantes universitários, o que coloca a questão de como estes transitam e correlacionam diferentes corpos de conhecimento. Mesmo os moradores que já tinham seus cultivos de plantas e criações animais detinham um conhecimento híbrido, tanto advindo de experiências empíricas e de interações entre gerações, como também de programas televisivos e materiais na internet. Desta forma, não seria possível dizer que a equipe do projeto detinha unilateralmente o conhecimento técnico.

Tanto no GT de Ervas Medicinais e Agroecologia quanto nos mutirões do segundo e terceiro ano, também como sistematizar a II Conferência Livre do Meio Ambiente, muitos conhecimentos sobre o cultivo e repertórios de utilização de plantas era de domínio de alguns moradores, muitas vezes além das capacidades dos próprios técnicos. Inclusive este conhecimento detido pelos moradores muitas vezes tencionou os conhecimentos e práticas apresentados pelos técnicos. Mas se então é preciso ver com maior simetria estes conjuntos de conhecimentos, como é possível pensar a Ciência neste caso?

Para Cunha esta relação entre o conhecimento tradicional e o científico não deveria se restringir a simples validação de resultados tradicionais pela ciência contemporânea, mas do reconhecimento de que os paradigmas e práticas de ciências tradicionais são fontes potenciais de inovação da nossa ciência.

Muitos conhecimentos trazidos pelos técnicos já tinham seus correlatos na favela. Ao entrar em contato com estas formas endógenas os próprios técnicos passam a mudar sua atuação do projeto passa a se dar de outra forma, a partir da inserção dos mesmos nas redes de reciprocidade e auxiliando em conexões intracomunitárias e trazendo outras referências fora da localidade. Entretanto a diminuição drástica do nível de formalidade do projeto, acarretada pelo abandono das oficinas de capacitação e a adoção de mutirões nas casas, ameaçou a sua própria reprodução e legitimação frente aos financiadores, mas ao mesmo tempo a favela como local de “carência” já não podia ser mais sustentada.

Neste processo de valorização dos conhecimentos dos moradores são relevantes os convites feitos a estes para apresentar suas experiências em outras comunidades, contribuindo. O próprio processo dos moradores construírem uma narrativa sobre sua experiência influenciou na forma com que vieram o projeto e os plantios, composteiras, sistemas de tratamento de esgoto, etc. No início o PE era definido pelos moradores como “os caras que vem aqui fazer plantios”, mas esta percepção foi se alterando em direção ao reconhecimento das experiências práticas ligadas ao cotidiano dos moradores, sendo a forma mais consistente de intervenção continuada. Este é o ponto em que há assim uma mudança nas correlações de autoridade entre técnicos e moradores sobre quais conhecimentos são pertinentes para o contexto das favelas.

É necessário buscar uma nova correlação entre estes universos distintos de saberes, conhecimentos e práticas. É preciso reabilitar a agência dos moradores e colocá-la numa posição simétrica, de tal forma que esta seja considerada em sua complexidade e não de maneira simplificada como geralmente os projetos preconizam (como por exemplo, reduzindo a questão ambiental a uma questão de “consciência” no âmbito do indivíduo, ou uma questão de escolha). A mudança social neste contexto ocorre através de processos muitas vezes contingenciais e imprevisíveis, contrariando o paradigma do “planejamento prévio” e “resultados esperados”.

5.2 Reflexões sobre intervenções ambientais

Mas então o que fazer com as constatações desta pesquisa e como operacionalizá-las? É de certo, um grande desafio transformar o conhecimento em “ação para transformar o caso”, ou seja, o buraco entre ação e conhecimento constantemente confronta ambos os lados, sendo muito mais fácil adotar uma retórica numa posição confortável (Olivier de Sardan, 2005, p. 214 e 215).

Olivier de Sardan (2005) fornece reflexões importantes sobre Pesquisa-Ação que coloca a necessidade de um novo caráter de mediadores, com um pé no mundo da ação e outro no mundo do conhecimento, ao mesmo tempo em que afirma que o antropólogo deve ser independente e com liberdade para desenvolver sua pesquisa científica. A qualidade do trabalho do antropólogo está diretamente ligada no manejo destas condições de autonomia e envolvimento, desta forma, o autor abre portas para reinos ainda desconhecidos, como a reflexão sobre a “ligação perdida” entre o conhecimento assim gerado pela Antropologia do Desenvolvimento e sua aplicabilidade nas dinâmicas a intervenção.

Durante a pesquisa não deixei de ser engenheiro agrônomo ou de me disponibilizar quando requisitado para tal. Muitos moradores me perguntam sobre doenças em seus plantios, qual eram os tratamentos culturais, como fazer muda, que tipo de adubo usar, o que fazer quando aparecer as “pragas”, como instalar o pasto para seus animais, como realizar a compostagem. Muitas vezes em meio a uma entrevista e outra eu mesmo era alvo de bombardeios de perguntas sobre estas práticas, o que fez-me sentir dentro deste processo de interação intercognitiva que estava estudando, não só por apresentar os conhecimentos agrônômicos, mas também aprendendo e incorporando os conhecimentos dos moradores.

Neste sentido a abordagem de Ingold muito me ajudou para compreender que esta é a base do trabalho de campo: duas pessoas de experiências singulares numa mesma situação e as diferenças de leitura e uso que eles dão aquele ambiente. Desta forma, não precisei distanciar-me de minha formação de origem, mas sim acoplar estes novos dispositivos que permitissem o refinamento da interpretação destas diferentes realidades.

Os resultados desta pesquisa a meu ver provam-se muito úteis como um trabalho prévio a ser realizado antes de qualquer intervenção e de forma contínua ao longo desta, sem perder a imunidade contra o que David Mosse (2005) chama de “regime de implementação”, no qual existe a ascensão do poder de influência dos conhecimentos sobre técnicas a serem inseridas, em detrimento ao levantamento da realidade social, justamente pelas demandas por números que expressem “resultados concretos”.

Muitas vezes durante a vigência de um determinado projeto prevê-se muitos incentivos para a participação, tais como subsídios condicionais (bolsas auxílio, insumos e benfeitorias), incubação de iniciativas (geração de renda) ou minimamente um certificado (que pode contribuir para inserção no mercado de trabalho). Entretanto o que é feito após o término da vigência de tais projetos muitas vezes revela a artificialidade criada por estes, o que é preocupação crescente nos escopos do projeto (geralmente em tópicos de “sustentabilidade à longo prazo”). Mas é onde acaba um projeto é que começa o trabalho do antropólogo em seguir os desdobramentos deste.

5.3 Proposta de uma agenda de pesquisa futura

Penso nesta agenda com base nas limitações que se impuseram sobre a pesquisa. Primeiramente é natural que haja falta de tempo hábil numa pesquisa de mestrado para se deter ao trabalho de campo e a uma revisão da literatura mais detalhados.

Ao escolher as delimitações do Programa Médico de Família da microbacia da Grota do Surucucu fiquei restrito a uma parte da bacia hidrográfica, o ideal seria subir a drenagem também para as comunidades do Atalaia e do Largo da Batalha como fez Weder et al. (2003), mas se baseando nas fronteiras apontadas pelos próprios residentes. Registrar as percepções ambientais dos moradores ao longo da rede de drenagem pode ser uma boa forma de conjugar conhecimentos, e ir mapeando os conflitos e suas interrelações com o meio físico.

Confesso que não tive tempo de realizar uma ampla revisão bibliográfica no que se tem produzido sobre a “construção” ou “produção” do conhecimento, como é o caso do campo da Agroecologia. Uma análise poderia ser feita em comparação com a abordagem teórica que escolhi para buscar as similaridades e diferenças. Também por conta desta restrição de tempo não pude retroalimentar as discussões no campo da Agricultura Urbana com os dados que levantei a partir do olhar desta prática como inerente a um modo de vida presente na favela. Creio que isto seria de extrema importância para que as políticas públicas não se restrinjam aos grupos organizados politicamente ou fiquem dependentes de instituições intermediárias.

Por último, creio que o diálogo com outras experiências de intervenções e projetos em outras localidades, seria algo que contribuiria para expandir a escala de análise. Durante a fase exploratória da pesquisa, entrei em contato com uma série de projetos de agricultura urbana e tecnologias sociais em favelas que apresentam muitas particularidades e similaridades. Nas últimas décadas cresceram o número de experiências nesta áreas que adentram às favelas e iniciam diversos processos de interação, promovendo diversas práticas tendo em vista melhoria das condições ambientais, a segurança alimentar, o acesso ao saneamento, entre outros. Os mais diversos atores estão envolvidos nestas experiências, tais como: universidades e grupos de estudos e pesquisa, ecovilas, escolas de Agroecologia e Permacultura, movimentos sociais, ONGs e setores do poder público. Por outro lado também existem muitas iniciativas empreendidas pelos próprios moradores e que estão ligadas à trajetória destes, seus modos de vida, descendência étnica e o pertencimento a grupos religiosos. E estas precisam ser visibilizadas.

Neste contato com os profissionais que trabalham em tais projetos, pude perceber que estes promovem ou reforçam determinadas relações de natureza e sociedade, e na medida em que interagem muitas vezes seus pressupostos são altamente tensionados por diferentes questões estruturais, tais como a violência, mas também por concepções locais e os modos de

vida das populações da favela numa relação que se dá num repertório amplo de fricções, colaborações, resistências diversas, trocas de conhecimento e compartilhamentos.

Desta forma o foco de uma futura pesquisa poderia ser de capturar como estes atores traçam esta rede complexa de relações, desde as conexões mais curtas dentro de uma localidade, mas também os casos em que estas se expandem em relações médias e longas entre diferentes atores, e que eventualmente têm a capacidade de gerar novas configurações nesta própria rede, criando ambientes institucionais mais favoráveis a sua emergência.

5.4 Considerações pessoais de teor político

O assassinato do casal ligado ao projeto muito me impactou como pesquisador, mas antes disso como amigo destas pessoas. Durante o trabalho de campo tive uma convivência intensa com eles, inclusive diversas vezes nossos filhos brincaram juntos. O sentimento que prevaleceu após o ocorrido foi de completa impotência. Nada podia ser feito, não havia a quem recorrer, não se podia nem falar sobre o ocorrido (“lei do silêncio”). Como é possível tratar da melhoria da qualidade ambiental num território onde quem estava se esforçando para isso está sob constantes ameaças e ocasionalmente se tornam vítimas de situações de violência?

Perguntar como a “questão ambiental” está sendo tratada na favela, tanto pelos agentes externos quanto pelos moradores, implica em entender as restrições enfrentadas no cotidiano que impedem que haja uma melhor qualidade ambiental nestas localidades. Se por um lado o “enxugar gelo” das ações paliativas do poder público, investem recursos em soluções paliativas e que pouco priorizam os territórios em questão, a “atuação local” das ONGs embora possa encontrar adesões entre moradores, fica restrito a uma parcela específica da comunidade.

No desenrolar destas intervenções ambientais, sejam elas do poder público ou da sociedade civil, muitas discontinuidades são constatadas e pouco se alteram as questões estruturais: falta recurso para implementar as ações previstas; há problemas de comunicação entre as diferentes secretarias dentro da prefeitura; a própria população local muitas vezes tem outras prioridades e muitos empecilhos para participar; as concessionárias por mais que sejam pressionadas são empresas que priorizam o atendimento às áreas que provém rendimento, e na favela nem todos pagam pelos serviços.

Por fim vale ressaltar, a história que vemos se repetir é aquela em que tanto se propõe e nada se altera, e continuar a ver o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal investindo

cifras elevadas em medidas paliativas para viabilizar mega-eventos sem se quer tocar na desigualdade estrutural que marca a urbanização brasileira.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. **GESTÃO COMUNITÁRIA DE RESÍDUOS ORGÂNICOS: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), Capital Social e Agricultura Urbana.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, D.; COSTA, H.. **Agricultura urbana : uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana.** Belém - PAIII Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano, 2014.
- AZEVEDO, L. **SHM 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico.** 2016
- CARVALHO, I.; STEIL, C. **Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica** *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental* Revista, 2013.
- CAVALCANTI, M. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “PACificação”. *Dilemas*, v. 6, n. 2, p. 191–228, 2013.
- COUTINHO, M. N. **Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas.** [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
- DESCOLA, P. Más allá de la Naturaleza y cultura. **Cultura y Naturaleza. Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia**, p. 75–98, 2011.
- FUKS, M. **Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do rio de janeiro** Caxambú - MGXVIII Encontro Anual da ANPOCS, , 1994.
- FUKS, M. **Arenas de ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro** *Dados* Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>
- GERHARDT, C. Grandes projetos de desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às “entidades-satélite”. *Ruris*, v. 8, n. 2, p. 53–89, 2014.
- GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade.** 2a. ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GONDIM, L. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. *Caderno CRH*, v. v. 25, n. n. 64, p. 115–130, 2012.
- HAAS, P. Introduction : Epistemic Communities and International Policy Coordination. Peter M . Haas. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1–35, 1992.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social : a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil** Indaiatuba - SPI Encontro da ANPPAS, , 2002.

HERCULANO, S. Desastres ambientais , vulnerabilidade social e pobreza. **Revista Nova América**, n. junho, 2006.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, p. 1–20, 2008.

HERCULANO, S. Conflitos entre usos de interesse social em área periurbana de. **Revista VITAS - Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade**, n. No. 6, 2013.

HOBART, M. (ed.) **An anthropological critique of development: the growth of ignorance**. London/New York: Routledge, 2002. p. 1-21.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). CENSO 2010, disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>

INGOLD, T. **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling, and Skill**. London: Taylor & Francis e-Library, 2002.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, v. 18, n. 37, p. 25–44, 2012.

INSTITUTO AMBIENTE EM MOVIMENTO. Relatório do Projeto Ecomagente, 2013.

LOMINITZ (1977). *Cómo sobreviven los marginados*. México: Siglo XXI Editores.

LONG, N. **Development sociology : actor perspectives**. [s.l.] Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 3-4, dec. 1989, p. 226-249.

LOVO, I. C. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania Tese**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2011.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, p. 121–192, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB**. Brasília, DF. 2000. Disponível em: <<http://www.bioone.org/doi/abs/10.1896/1413-4705.12.3.157a>>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Manual Metodológico das Conferências Livres 4ª CNMA**, Brasília, DF, 2013. Disponível:
<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/4CNMA/manual-conferencias-livres.pdf> Acesso em: 08/10/2017

MOSSE, D. Cultivating development: an ethnography of aid, policy and practice. London/Ann Arbor: Pluto Press, 2005. Chapter 5. Implementation: regime and relationships, p. 103-131.

NITERÓI (Prefeitura). **Plano de Desenvolvimento de Niterói**. Disponível em: <http://www.niteroiqueremos.com.br/> acesso em 10/01/2018

NITERÓI (Prefeitura). **Praias de Niterói alcançam maior índice de balneabilidade desde 2013**. 2017. Disponível em: http://www.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5092:2017-12-21-21-03-30 acesso em: 02/02/2018

NITERÓI (Prefeitura) e Lates Consultoria. **Diagnóstico para o Plano Local de Habitação de Interesse Social - Município de Niterói / RJ**. Outubro de 2011.

NITERÓI (Prefeitura). Cartilha - Projeto de Gestão Integrada de Resíduos da Grota do Surucucu, Igrejinha, Ponte Velha, Jamelão e Gavião. 2013.

OLIVEIRA, L. C. **Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: São Paulo, Montreal e Toronto**. [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2017.

OLIVIER DE SARDAN, J.-P. **Anthropology and Development: understanding contemporary social change**. [s.l.] Zed Books, 2005.

PALERMO, Vinícius Pinheiro. **Contribuições para a construção de políticas públicas direcionadas à redução do lixo marinho em enseadas urbanas: estudo de caso na microbacia contribuinte do Canal de São Francisco e da Enseada de Jurujuba – Niterói/RJ**. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEAMSS - **Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento - Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento**. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Brasília, DF, 2009.

POLLI, S. A. O discurso da desordem urbana : entre a preservação e a remoção. **IV Encontro Nacional da Anppas**, p. 1–21, 2008.

PORTO, M. *et al.* Saúde e ambiente na favela: **Serviço Social & Sociedade**, p. 523–543, 2015.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1493–1501, 2012.

RIO DE JANEIRO (PREFEITURA). Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009 - 2012. p. 98, 2010.

SABOURIN, E. **Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SCOTT, J. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. [s.l.] Yale University, 1990.

SHOVE, E.; PANTZAR, M.; WATSON, M. **The Dynamics of Social Practice**. [s.l.] SAGE Publications Ltd, 2012.

SILVA, R. A teoria da pessoa de Tim Ingold: mudança ou continuidade nas representações ocidentais e nos conceitos antropológicos? **Horizontes Antropológicos**, v. 4, n. July, p. 257–273, 2011.

SINHA R.; BHARAMBE B.; CHAUDARE U. Sewage treatment by vermifiltration with synchronous treatment of sludge by earthworms: a low-cost sustainable technology over conventional systems with potential for decentralization. **Environmentalist**. 28:409–420-2008

http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/10072/23488/55348_1.pdf?sequence=1

SINHA R. K.; SUNITA A.; KRUNAL C.; Chandran V. *et al.* Vermiculture Technology: Reviving the Dreams of Sir Charles Darwin for Scientific Use of Earthworms in Sustainable Development Programs. Published by **Technology and Investment**, Vol.1 No.3 – 2010 <http://www.scirp.org/journal/PaperInformation.aspx?PaperID=2490>

SOTO M. and Toha J. “**Ecological Wastewater Treatment,**” **Advanced Wastewater Treatment, Recycling and Reuse**. AWT 98, Milano, 14-16 September. 1998

SOUZA, C. Entre a Ocupação Acelerada e a Preservação Permanente de Áreas Urbanas . Um estudo de política ambiental e seus impasses. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, p. 1–16, 2014.

TRINDADE, C. O Programa de Aceleração do Crescimento: Infraestrutura/Urbanização de Favelas. **Anpuh.Org**, p. 1–10, 2009.

VALLADARES, L. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. No. 44, 2000.

VALLADARES, L. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. / Licia do Prado Valladares – Rio de Janeiro: Editora FGV, 204p, 2005.

UFFORD, P, Q. van. Knowledge and ignorance in the practices of development policy. In:

HOBART, M. (ed.) **An anthropological critique of development: the growth of ignorance**. London/New York: Routledge, 2002. p. 135-160.

VIAL, A.; CAVALLIERI, F. O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro : os Pouso's e o Programa Favela-Bairro. **Coleção Estudos Cariocas**, n. No. 20090501, 2009.

WERDER, U. *et al.* Estudo Socioambiental da Microbacia Contribuinte do Canal São Francisco (Antigo Rio Santo Antônio – Niterói, RJ). **Mundo & Vida: alternativas em estudos ambientais**, ano 4, V.4,n.2 pg63. UFF – CEG Instituto de Geociências. Niterói, 2003